

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

RENATA PEREZ

Um estudo sobre a não participação de
mulheres em situação de pobreza em cursos
oferecidos por um CRAS

São Paulo
2009

RENATA PEREZ

Um estudo sobre a não participação de
mulheres em situação de pobreza em cursos
oferecidos por um CRAS

Dissertação apresentada ao Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem,
do Desenvolvimento e da Personalidade

Orientadora: Profa. Dra. Marie Claire Sekkel

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Perez, Renata.

Um estudo sobre a não participação de mulheres em situação de pobreza em cursos oferecidos por um CRAS / Renata Perez; orientadora Marie Claire Sekkel. -- São Paulo, 2009.

240 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Assistência social 2. Psicologia social-história 3. Exclusão social 4. Trabalho feminino 5. Relações de gênero I. Título.

HM251

Um estudo sobre a não participação de
mulheres em situação de pobreza em cursos
oferecidos por um CRAS

RENATA PEREZ

BANCA EXAMINADORA

(Nome e assinatura)

(Nome e assinatura)

(Nome e assinatura)

Dissertação defendida e aprovada em: ___/___/___

Dedico este trabalho aos meus queridos tios Renato (in memoriam), que mesmo sem ter estado presente fisicamente nos últimos anos, esteve e sempre estará presente em minha memória, fazendo parte do que sou e inspirando o que faço; e Beto, pois foi todo o suporte que sempre me deu, em diversos sentidos, que permitiu que eu concluísse esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, minha flor, por estar comigo sempre, em todos os momentos e com todo o carinho do mundo;

À minha orientadora Claire, pela imensa atenção e paciência que teve durante esse percurso; pela abertura e disposição para conversar durante longas horas, acolhendo minhas inúmeras dúvidas e infinitas mudanças. E pelas sugestões, minuciosas, para a construção de todo o trabalho.

Ao professor Paulo Albertini, por ter me recebido em um primeiro momento, na entrada da Pós-Graduação.

A Marilene Proença e Marcelo Ribeiro, que aceitaram participar de meu exame de qualificação e ofereceram valiosas contribuições.

Ao meu Paulo, fofo, pela paciência e compreensão durante essa trajetória e, principalmente, por todo o amor, carinho e companheirismo que não faltam nunca!

A vó Regina, Nandinha, pai, tia Margareth, tia Beth, Bernardo, João e Terê, pelo carinho, incentivo e torcida constantes!

Ao Luís, pelas contribuições sobre a articulação entre Psicologia e Assistência Social.

À Alice, por ter compreendido que em alguns momentos eu precisava de mais tempo.

Aos meus queridos amigos, pelo apoio e compreensão por eu ter me ausentado durante tanto tempo!

*Ao lado do poder, há sempre a
potência. Ao lado da dominação,
há sempre a insubordinação. E
trata-se de escavar e ainda de
escavar a partir do ponto mais
baixo [...]; é simplesmente lá, onde
as pessoas sofrem, onde são as
mais pobres e as mais exploradas,
onde as linguagens e os sentidos
estão mais separados de todo e
qualquer poder de ação e onde, no
entanto, elas existem; porque tudo
isso é a vida e não a morte.*

(Antonio Negri, em *O Exílio*, 2001)

RESUMO

PEREZ, Renata. Um estudo sobre a não participação de mulheres em situação de pobreza em cursos oferecidos por um CRAS. São Paulo, 2009, 240 p. Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

Esta pesquisa teve como objetivo principal o estudo da não-participação de mulheres em situação de pobreza em cursos oferecidos por um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), localizado em município do Estado de São Paulo. Por meio de metodologia qualitativa baseada na psicologia sócio-histórica, foram entrevistadas três mulheres, buscando-se apreender os sentidos atribuídos por elas a tais cursos. Os resultados evidenciaram que as entrevistadas atribuem valor positivo aos cursos mas que não os relacionam com a possibilidade de obter melhorias significativas em suas vidas. Suas formas de agir parecem basear-se essencialmente em necessidades emergenciais, sem que sejam traçadas estratégias para o alcance de determinados objetivos a médio e longo prazo. Evidenciaram também a importância das relações sociais de gênero na determinação de suas escolhas. As falas das entrevistadas apontaram para a existência de acentuadas divisões de poder e de trabalho na esfera familiar, com o homem ocupando o lugar de autoridade, ficando reservado a elas, principalmente, o cuidado com os filhos, o marido e a casa. Mesmo quando trabalham fora, os fundamentos patriarcais familiares não parecem ser abalados. Esses resultados encontram ressonância com aqueles obtidos em pesquisas com temática semelhante. Invertendo a direção do olhar, também foi discutida a questão dos cursos, concluindo-se que o oferecimento dessas modalidades específicas não é condizente com aquilo que é preconizado pelo novo paradigma da Assistência Social. Concluiu-se que são necessários amplos debates e estudos sobre como devem ser organizados os serviços oferecidos pelos CRAS, para que estejam, de fato, em sintonia com os objetivos propostos.

ABSTRACT

PEREZ, Renata. A study on the non participation of women from lower social classes in courses offered by CRAS (equivalent to Social Service Assistance Reference Center). São Paulo, 2009, 240 p. Scholarly paper (Master's Degree). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

The objective of this research was to study the non-participation of women from lower social classes in courses offered by a Social Service Assistance Reference Center (or CRAS, in Portuguese), in a municipality of the State of São Paulo. Using a qualitative methodology based on socio-historical psychology, interviews were conducted with three women aiming at learning the meanings attributed by them to those courses. Results pinpointed the positive aspect of those courses in the viewpoint of those women, though they don't relate them to an eventual possibility of attaining a significant improvement of their lives. Their behavior seems to be fundamentally based on urgent needs, not as evidence of planned strategies to achieve defined objectives in medium and long run. Another conclusion was the importance of social relations of gender in the determination of their choices. Their manifestations made clear the existence of profound sexual divisions of power and work in the family environment, with man occupying the authoritative place, resting to the women the role of caring for children, husband, and home. Even when these women have a place in the work market, family patriarchal elements don't seem to be challenged. Such results are supported by others obtained from studies of similar nature. From the opposite point of view, courses were also discussed and the conclusion was that the offer of such specific modalities is not in agreement with the new paradigm proposed by Social Assistance. The conclusion is that ample debate and studies on how the courses offered by CRAS should be organized are necessary, so that they could really attend their proposed objectives.

Sumário

| | |
|---|-----------|
| RESUMO | i |
| ABSTRACT | ii |
| | |
| I. INTRODUÇÃO | 01 |
| 1. Relato de como cheguei ao tema da pesquisa | 02 |
| 2. Apresentação dos capítulos | 08 |
| 3. O lugar desta pesquisa: articulação entre os campos da Psicologia e da Assistência Social - uma visão em construção | 12 |
| 3.1 Referências para a prática do(a) psicólogo(a) | 13 |
| 3.2 Problematizando algumas questões | 18 |
| 4. Pesquisa Bibliográfica | 23 |
| 5. Perspectiva Teórica: Psicologia sócio-histórica | 27 |
| 5.1 Histórico | 27 |
| 5.2 Conceitos e pressupostos | 29 |
| 5.2.1 <i>Concepção de homem/indivíduo</i> | 29 |
| 5.2.2 <i>Condição humana</i> | 30 |
| 5.2.3 <i>Mediação</i> | 31 |
| 5.2.4 <i>Atividade</i> | 32 |
| 5.2.5 <i>Consciência</i> | 32 |
| 5.2.6 <i>Pensamento e linguagem</i> | 33 |
| 5.2.7 <i>Significado e sentido</i> | 34 |
| 5.2.8 <i>Afetividade</i> | 37 |
| 5.2.9 <i>Inconsciente</i> | 38 |
| 5.2.10 <i>Identidade</i> | 40 |
| | |
| II. DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS E IDÉIAS | 42 |
| 1. Conceito de pobreza | 44 |
| 2. Conceito de exclusão social | 48 |
| 3. Pobreza como uma das formas de exclusão social | 54 |
| 4. Introdução da afetividade na análise da exclusão social | 56 |

| | |
|--|------------|
| 5. Exclusão social como sofrimento ético-político | 59 |
| 6. Afetividade, consciência e ação | 62 |
| 7. A “subjetividade do fracasso” | 64 |
| | |
| III. TRABALHO | 71 |
| 1. Definições | 72 |
| 2. Transformações no mundo do trabalho..... | 75 |
| 3. Sentidos do trabalho | 78 |
| 4. Formação para o trabalho | 83 |
| | |
| IV. QUESTÕES RELATIVAS À MULHER E AO TRABALHO | 85 |
| 1. Mulher | 86 |
| 1.1 Questões gerais sobre a mulher na contemporaneidade | 86 |
| 1.2. Alguns dados sobre a mulher brasileira hoje..... | 89 |
| 1.2.1 <i>Mulheres participando mais da provisão familiar</i> | 89 |
| 1.2.2 <i>Aumento do número de mulheres chefes-de-domicílio</i> | 91 |
| 1.2.3 <i>Preferência dos programas sociais em pagar benefícios às mulheres</i> | 93 |
| 1.3. Famílias pobres e o lugar da mulher | 94 |
| 1.3.1 <i>Divisão de papéis: homem=chefe da família, mulher=chefe da casa</i> | 94 |
| 1.3.2 <i>Deslocamentos das figuras masculina e feminina</i> | 97 |
| 2. Mulher e trabalho | 99 |
| 2.1. Inserção da mulher no mercado de trabalho | 99 |
| 2.2. Desigualdades em relação à inserção de trabalhadores do sexo masculino | 101 |
| 2.2.1 <i>Desigualdade salarial</i> | 102 |
| 2.2.2 <i>Desigualdade ocupacional</i> | 102 |
| 2.3 A mulher pobre e o trabalho | 103 |
| 2.3.1 <i>Trabalho não abala os fundamentos patriarcais da família</i> | 104 |
| 2.3.2 <i>Trabalho feminino e “desordem familiar”</i> | 105 |
| 2.3.3 <i>Trabalho doméstico</i> | 106 |
| | |
| V. ASSISTÊNCIA SOCIAL..... | 109 |
| 1. Trajetória da Assistência Social brasileira. De caridade a direito social | 111 |
| 2. Políticas Públicas de Assistência Social na atualidade | 116 |

| | |
|---|------------|
| 2.1 A Constituição de 1988 e a mudança de paradigma na Assistência Social | 116 |
| 2.2 A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) | 119 |
| 2.3 Política Nacional de Assistência Social (PNAS) | 121 |
| 2.4 Sistema Único de Assistência Social (SUAS) | 122 |
| 2.4.1 Proteção Social Básica (PSB) | 124 |
| 2.4.2 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) | 124 |
| 2.4.3 Proteção Social Especial (PSE) | 131 |
| 2.4.4 Programa Bolsa Família (PBF) | 132 |
| 3. Assistência Social e a questão do trabalho | 134 |
| 3.1 O lugar do trabalho e da formação para o trabalho nas políticas de Assistência Social | 134 |
| 3.2 A <i>prática</i> - formação para o trabalho em alguns CRAS do Estado de São Paulo | 138 |
| 3.3 Os cursos oferecidos pelo CRAS em questão | 141 |
| VI. METODOLOGIA | 145 |
| 1. Retomando os objetivos da pesquisa | 146 |
| 2. Concepção metodológica | 147 |
| 3. Os sujeitos da pesquisa | 156 |
| 3.1 Critérios de escolha | 152 |
| 3.2 As entrevistadas | 153 |
| 4. Procedimentos | 155 |
| 4.1 Entrevista aberta com roteiro | 155 |
| 4.2 Roteiro para as entrevistas | 156 |
| 4.3 A abordagem das entrevistadas | 156 |
| 5. Análise do material qualitativo | 158 |
| 6. O CRAS em a pesquisa foi realizada | 160 |
| ANEXO 1 | |
| VII. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS | 164 |
| A) Categorias | |
| 1. Cursos oferecidos pelo CRAS | 166 |
| 1.1 A não-participação nos cursos | 166 |

| | |
|---|------------|
| 1.2 Os sentidos atribuídos aos cursos | 171 |
| 1.3 Apenas uma ajuda? | 174 |
| 2. Escolarização | 175 |
| 2.1 O passado escolar - pouca valorização dos estudos | 175 |
| 2.2 Gravidez, casamento e a interrupção dos estudos | 177 |
| 2.3 A vinda de um filho como algo que leva à busca de trabalho | 180 |
| 2.4 A questão do estudo para a geração anterior: os pais das entrevistadas ... | 182 |
| 2.5 Voltar à escola? | 184 |
| 3. Filhos | 186 |
| 3.1 A importância da escolarização de seus filhos. Escola como “cabide de sonhos” dos pais (ou das mães) | 186 |
| 3.2 Referência negativa? | 192 |
| 4. Relações sociais de gênero | 194 |
| 4.1 Trabalho da mulher pobre não abala os fundamentos patriarcais da família | 194 |
| 4.2 Separação como um momento de despertar | 198 |
| 5. Trabalho | 200 |
| 5.1 As experiências de trabalho das entrevistadas | 200 |
| 5.1.1 <i>A curta permanência nos empregos, e outras constantes mudanças</i> | 200 |
| 5.1.2 <i>Suas motivações ao buscarem trabalho</i> | 202 |
| 5.2 A impossibilidade de trabalhar | 203 |
| 5.3 Sentidos do trabalho | 205 |
| 5.3.1 <i>Trabalho = salário?</i> | 205 |
| 5.3.2 <i>Trabalho trazendo autonomia</i> | 207 |
| 5.3.3 <i>Trabalho como fonte de prazer</i> | 209 |
| 5.3.4 <i>Trabalhar fora “não compensa”, e pode implicar em desordem familiar</i> | 211 |
| 5.3.5 <i>Trabalho doméstico = não-trabalho?</i> | 212 |
| 5.3.6 <i>Trabalho mediado pelos papéis de mãe e dona-de-casa</i> | 213 |
| 5.4 Quais são as referências? | 214 |
| 5.4.1 <i>Ganhar bem = ganhar o suficiente</i> | 214 |

| | |
|--|------------|
| 5.4.2 O “bom” trabalho | 215 |
| 6. Futuro | 218 |
| 6.1 Vida no plano emergencial | 218 |
| 6.1.1 Tática x estratégia | 221 |
| 6.2 Projeto “melhorar de vida” | 223 |
| 6.3 O sonho da casa própria | 225 |
| B) Retomando a questão da não-participação nos cursos e a hipótese deste trabalho | 227 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 230 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 233 |

I. INTRODUÇÃO

I. INTRODUÇÃO

1. Relato de como cheguei ao tema da pesquisa

Em minha prática diária em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), dentre inúmeros fatos marcantes, um vem me chamando especialmente a atenção. São oferecidos, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, cursos¹ gratuitos, voltados para o trabalho, e é possível notar que muitas das pessoas mais desfavorecidas economicamente que moram na região, comumente ditas excluídas sociais², procuram pouco esses cursos. Por quê será?

Desde o início de meu trabalho nesse local, escutava de colegas de trabalho e também de alguns dos usuários do CRAS, que as pessoas mais pobres do bairro e que, supostamente, mais demandariam atendimento da Assistência Social, não participavam dos cursos oferecidos. Depois razoável período de tempo em que convivo nesse contexto, posso dizer que parece ser verdade que a população em situação de extrema pobreza procura os cursos com menor frequência do que aquelas que tem condições sócio-econômicas um pouco superiores. O contato com alguns colegas que trabalham em outros CRAS tem revelado situação semelhante. Mas, de qualquer forma, e independentemente de quaisquer comparações entre os pobres e os *mais* pobres, me chama a atenção os casos numerosos de pessoas que procuram o CRAS em busca de benefícios e inclusão em programas sócio-assistenciais, mas que não consideram a possibilidade de participar de um dos cursos oferecidos.

¹ Esses cursos são, por vezes, denominados “profissionalizantes”, mas não adotarei essa denominação. No Capítulo V apresentarei as justificativas.

² Os conceitos de exclusão social e de pobreza aqui adotados, serão discutidos no item 2 deste capítulo.

Não é raro que escutemos, de colegas e de pessoas da própria comunidade, que as razões para essa falta de participação seriam a “preguiça”, já que há pessoas que só querem aquilo que lhes vêm de “mão beijada”, tendo acostumado-se a ser “pedintes” que não se esforçam para melhorar suas condições de vida; alguns, beneficiários de programas de transferência de renda e/ou de cestas básicas, teriam tornado-se “acomodados”, ou “viciados” em receber algo sem precisar trabalhar. Será que essas afirmações condizem com a realidade?

Mais um tipo de comentário, relativamente freqüente, e que vale assinalar, é o de que algumas das pessoas em situação de maior pobreza, ficam constrangidas em recorrer à assistência social, têm vergonha de assumir suas necessidades, ou até receio de “*escutar um não*” como resposta a um pedido de auxílio. Mas se o fato de buscar benefícios da Assistência Social causaria alguma espécie de constrangimento, será que isso seria aplicável também em relação à procura de cursos?

Uma observação que pude fazer é a de que dentre as pessoas em situação de pobreza que moram na região do CRAS e que não participam dos cursos oferecidos, há aquelas que *nunca* foram ao CRAS (apesar de morarem muito perto e, provavelmente, saberem de sua existência através de vizinhos ou parentes) e há aquelas que já foram para tentar a inclusão programas e que, apesar de terem sido informadas sobre o oferecimento de cursos, nunca se matricularam; ou seja, há as que não procuram *nenhum* tipo de serviço ou programa oferecido pelo CRAS, e há as que procuram *alguns* tipos, e não outros. Em tempo, é fundamental dizer que grande parte das pessoas que procuram o CRAS, para quaisquer tipos de atendimentos ou cursos, são do sexo feminino, e que os cursos são, em sua maioria, voltados ao público feminino. Disso vem a escolha de realizar esta pesquisa

com mulheres e a justificativa de, daqui em diante, passar a falar em *usuárias* do CRAS.

A região onde está localizado o CRAS é considerada de alta vulnerabilidade social, com pouquíssima oferta de trabalho, e suas usuárias frequentemente queixam-se dessa falta de oportunidades. Por quê, afinal, não aproveitariam os cursos, a fim de buscar alguma qualificação, trilhando um caminho para uma possível geração de renda?

Pensando sobre essa questão, levantei algumas hipóteses:

1) Será que as mulheres citadas não vislumbrariam nesses cursos a possibilidade de uma qualificação que possa, de fato, facilitar a obtenção de um trabalho ou a geração de renda?

2) Prevaleceria entre elas uma cultura machista, de que quem deve estar fora de casa, ocupando-se com atividades extra-domiciliares, é apenas o homem? À mulher ainda caberia ficar em casa, dedicando-se aos afazeres domésticos e aos filhos?

3) Será que nas famílias em situação de maior pobreza o número de filhos é maior, e as mulheres têm mais dificuldades para conseguir sair de casa (já que não teriam condições, por exemplo, de pagar alguém para ficar com as crianças)?

4) Algo que já escutei, no cotidiano do trabalho, é a queixa de algumas pessoas de que as preocupações e problemas existentes são tão numerosos e graves, que fica difícil concentrar-se em quaisquer coisas para além das próprias preocupações como, por exemplo, em um curso.

Discutirei brevemente cada uma das hipóteses levantadas:

1) Quanto à primeira hipótese, será que algumas pessoas vêem nos cursos a possibilidade de qualificarem-se e terem mais facilidade para obter um emprego,

enquanto outras não a vêem? Se sim, o que ocasiona essa significativa diferença? Talvez os cursos contemplem os desejos de alguns, e não os de outros? Ou ainda, será que a concepção geral sobre os cursos, é diferente no primeiro e no segundo caso?

2) Para esta segunda pergunta, é difícil antecipar uma discussão; seria preciso ouvir das próprias mulheres sua posição a respeito.

3) A maioria dos cursos acontece uma vez por semana apenas, em um período de, em média, 2 horas. É oferecida às mães a possibilidade de deixar suas crianças, na faixa etária de 2 a 10 anos, em uma brinquedoteca do CRAS, onde há um monitor disponível em período integral. Além disso, a prática e a literatura mostram que entre muitas famílias em situação de pobreza, é comum que parentes e vizinhos tomem conta de crianças nos períodos em que os pais por algum motivo não podem fazê-lo. Porém, percebo em minha prática que esses cuidados são vistos como trabalho e, mesmo aos parentes, em geral é paga uma quantia em dinheiro.

4) Sobre esse ponto, será que, as preocupações de algumas pessoas que vivem em situação de pobreza, ou de exclusão social, são tão intensas, que acabam dificultando que a atenção possa se voltar a atividades “extra”? O não suprimento de necessidades básicas de suas famílias faria com que estivessem ocupadas com isto de forma tamanha, que não haveria um “espaço interno” disponível para ocuparem-se com outros assuntos?

E, além das hipóteses levantadas, é possível pensar em outras?

O contato prévio com os trabalhos e pesquisas feitas por alguns autores, tais como Simone Weil, Bader Sawaia, Maria Helena Souza Patto, Gonçalves Filho, dentre outros, teve influência no sentido de que eu pensasse, sim, em *outras* possibilidades. Colocando a questão de forma extremamente simplificada e

generalista, esses autores discutem, de formas diferentes, as várias formas de exclusão social como causadoras de “marcas” na subjetividade das pessoas que experienciam tal exclusão.

Inspirada por essas discussões, cheguei às questões centrais desse trabalho: será que entre essas mulheres que vivem privadas de uma renda digna (e privadas de muitas outras coisas, conforme discutirei posteriormente) há uma falta de confiança em suas capacidades, que não permitiria a visualização de si mesmas como futuras profissionais? Será que se acostumaram de tal forma a *não* ocupar lugar digno na sociedade (se é que com isso é possível acostumar-se), a *não* serem vistas, a *não* participar de tantas e tantas coisas, que já não dar-se-iam o *direito* de participar de algo que lhes é oferecido? Como se o que é oferecido não o fosse de fato, ou não o fosse para elas? Será que foram, por tanto tempo, excluídas de tantas oportunidades que, agora, quando lhes são oferecidas as oportunidades para participação em algo que *talvez* seja interessante, “auto-excluem-se”? Em síntese, a exclusão, por anos sofrida, teria sido interiorizada, e se sentiriam impedidas de assumir papel mais ativo na determinação de suas próprias vidas?

Como parte dos “excluídos sociais” tem, historicamente, recebido algum tipo de atendimento da Assistência Social (seja ela governamental, ou não), hipotetizo também que dentre as contribuições históricas e sociais envolvidas na constituição da subjetividade a que estou me referindo, esteja a contribuição das formas de atendimento prestado pela Assistência Social a estas pessoas, as quais durante muito tempo foram caracterizadas pelas práticas assistencialistas de prestação de favores e de caridade aos “necessitados” e “carentes”.

A partir dessas reflexões, apresento o objetivo central deste estudo, que será o de escutar algumas das mulheres em situação de pobreza, buscando

compreender sua dimensão subjetiva a respeito dos cursos oferecidos pelo CRAS. Especificamente, meu interesse será ouvir dessas mulheres o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) nunca participaram desses cursos, tendo em vista já terem procurado serviços ou programas sócio-assistenciais que o CRAS oferece, como programas de transferência de renda e de fornecimento de cestas básicas.

Com isso, a temática da exclusão social estará em pauta, mas através de um enfoque diferente do que ela é, em geral, (amplamente) tratada. Buscando fundamentação nos estudos de Sawaia (2002a, 2002b), introduzirei a afetividade na análise da exclusão social, admitindo-a como sofrimento ético-político. A partir da escuta dessas pessoas, refletirei sobre as hipóteses mencionadas nos dois parágrafos anteriores.

Além de buscar uma reflexão a partir do ponto de vista dos usuários do CRAS, também buscarei inverter o olhar, e pensar um pouco na questão dos cursos. O que são esses cursos, como surgem, será que vão de encontro àquilo que se propõe, e àquilo que a população-alvo da Assistência Social demanda? Qual sua efetividade?

2. Apresentação dos capítulos

Este trabalho estará dividido em sete capítulos, sendo a presente Introdução o Capítulo I. Neste primeiro capítulo, discutirei a importante questão da articulação entre os campos da Psicologia e da Assistência Social (item 3), contexto em que esta pesquisa se realiza. Para isso, utilizarei dois documentos normativos - publicados pelo Conselho Federal de Psicologia e Conselho Federal de Serviço Social -, que tratam da questão da atuação do(a) psicólogo(a) na área da Assistência Social. Apresentarei também, ainda neste capítulo, a pesquisa bibliográfica realizada (item 4), e a perspectiva teórica adotada: a psicologia sócio-histórica (item 5). Além de fazer um breve histórico sobre essa corrente teórica, apresentarei seus principais conceitos e pressupostos.

No Capítulo II, discutirei os conceitos de exclusão social e de pobreza (itens 1 e 2), oferecendo elementos teóricos para que se possa refletir sobre quem são os denominados “excluídos sociais”. A partir das primeiras discussões, passarei a tratar da pobreza como uma das formas de exclusão social, talvez a mais presente na atualidade de nosso país (item 3) Justificarei também a perspectiva que adoto ao falar em mulheres “em situação de pobreza”, ao invés de referir-me a elas como mulheres “pobres”. Trarei a relevante concepção de Bader Sawaia, que considera a existência de um conceito-processo exclusão/inclusão.

Pretendo também introduzir a dimensão da afetividade na análise dos conceitos de inclusão e exclusão social (item 4), a partir, novamente, das discussões feitas por Sawaia. Acredito que a consideração do fator afetividade seja de extremo valor para se refletir sobre estes conceitos e para se pensar as políticas

públicas que lidam com as pessoas em “situação de pobreza”, e buscarei fundamentação teórica para estas afirmações.

Trarei ainda idéias a respeito da concepção de exclusão social como um sofrimento ético-político (item 5). As citações de Sawaia (ibid.) serão numerosas, e será difícil diminuir esse número, já que as considero bastante elucidativas e abrangentes. Apresentarei a perspectiva dessa mesma autora a respeito da necessidade de que as categorias ação, afetividade e consciência estejam integradas, na dimensão da vida de cada pessoa, e nas análises teóricas (item 6).

Por fim, discutirei a questão da subjetividade, especificamente de *uma* subjetividade que, inspirada nas reflexões de Patto sobre “A produção do fracasso escolar” (1990) e de Machado e Souza (1997), chamarei de *subjetividade do fracasso*. Discutirei como o resultado da construção desta subjetividade é, muitas vezes, considerada “natural”, quando, no entanto, é fruto de relações e práticas instituídas (item 7).

O objetivo do Capítulo III será apresentar contextualizar a temática do trabalho, que permeia a presente pesquisa. Apresentarei definições sobre o que é trabalho, baseando-me principalmente nas concepções de Hannah Arendt (item 1). Ainda nesse capítulo, introduzirei a questão das importantes mudanças que vêm ocorrendo no mundo trabalho, com consequências bastante importantes, como, por exemplo, o fenômeno da precarização das formas de trabalho (item 2). Tratarei de reflexões feitas por alguns autores, a respeito do trabalho continuar, ou não, sendo um eixo estruturante na vida das pessoas hoje. Buscarei suporte em autores que discutem a temática do trabalho, tais como Marcelo Ribeiro e Ricardo Antunes. Trarei ainda interessantes pesquisas realizadas em diversos países, sobre os sentidos do trabalho (item 3). E, finalmente, apontarei para uma discussão feita por

Batista, sobre haver hoje uma espécie de “consenso nacional” a respeito da necessidade de as pessoas constantemente buscarem qualificação profissional e “reciclagens”.

No Capítulo IV, apresentarei questões diversas relacionadas à questão da mulher na contemporaneidade (item 1), já que os sujeitos dessa pesquisa serão mulheres. Falarei também sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho, apontando para a existência de diversas formas de desigualdade, relativas à questão de gênero, ainda hoje. Uma das autoras em que basearei as discussões será a antropóloga Cynthia Sarti.

Já no Capítulo V, apresentarei um histórico das práticas de Assistência Social realizadas no Brasil nas últimas décadas; como os “excluídos sociais” foram vistos e atendidos em um passado recente, e como o são atualmente? Houve, de fato, mudanças? Quais são as políticas públicas existentes na área da Assistência Social hoje? Há contradições entre o que dizem os documentos oficiais e o que ocorre na prática? Estas serão algumas das perguntas que procurarei contemplar. Apresentarei ainda a atual política de Assistência Social, destacando alguns de seus “carros-chefes”, importantes, seja pela inovação trazida, seja pela abrangência que possuem, como por exemplo os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Programa Bolsa Família (PBF). As referências utilizadas serão principalmente documentos normativos da área da Assistência Social, além do livro de Aldaísa Sposati “A menina Loas” (itens 1 e 2). Outra questão importante que será tratada nesse Capítulo é a relação entre as políticas de Assistência Social e a questão do trabalho e da formação para o trabalho. Tratarei do oferecimento de cursos nos CRAS de determinada região do Estado de São Paulo (item 3) e, mais especificamente, sobre o oferecimento de cursos no CRAS considerado nessa

pesquisa (item 4).

O Capítulo VI conterà a descrição da metodologia desta pesquisa, e justificará a opção pela abordagem qualitativa e pela realização de *entrevistas abertas com roteiro*, dentre outros pontos (itens 1 a 5). Também estará contido nesse capítulo uma descrição do CRAS onde será desenvolvida a pesquisa. O objetivo dessa descrição será contextualizar o local onde os cursos profissionalizantes são oferecidos, sua população-alvo, a forma com que acontece, etc. Além disso, haverá o objetivo de ilustrar um CRAS em funcionamento, dada a quase inexistência de material publicado sobre o tema (item 6).

A análise das entrevistas será realizada no Capítulo VII. As principais referências teóricas utilizadas serão Cynthia Sarti, Leser de Mello e Bader Sawaia. Neste Capítulo, constará a parte A, relativa à análise das categorias, e a parte B, onde farei algumas considerações, relacionando os dados obtidos nas entrevistas com a hipótese formulada no início deste trabalho. Optei por não fazer um Capítulo específico de discussão de resultados, pois a maior parte deles foi discutida durante a análise das categorias.

Por fim, virão as Considerações Finais, a partir das quais pretendo deixar registradas questões que possam inspirar outras pesquisas, e as Referências Bibliográficas.

3. O “lugar” desta pesquisa: a Psicologia em articulação com a Assistência Social - uma visão em construção

Pretendo apresentar aqui um panorama relativo à articulação entre os campos da Psicologia e da Assistência Social. Não tenho a intenção de fazer uma discussão aprofundada, mas apenas de *problematizar* algumas questões, apontando para a importância de que sejam pensadas e debatidas em publicações futuras. Já que não é o foco, mas o pano de fundo que dará sustentação ao trabalho.

Sou psicóloga e atualmente atuo na área da Assistência Social, especificamente em um Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, onde a presente pesquisa foi desenvolvida. Como eu, centenas de psicólogo(as) passaram a ocupar as equipes de trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - há pouco tempo, sendo também recente a articulação entre os trabalhos de psicólogos(as) e assistentes sociais em um mesmo equipamento - o CRAS. É neste recente “acontecer” que o presente trabalho de pesquisa está inserido.

Considero importante tratar aqui da questão da inserção profissional do psicólogo na área da Assistência Social por dois motivos: o primeiro, já citado, diz respeito à necessidade de localizar a discussão que será feita no decorrer deste trabalho; o segundo refere-se justamente ao fato de se tratar de um campo novo para a Psicologia, sobre o qual praticamente inexistem pesquisas e artigos publicados.

No ano de 2008, foi formado um Grupo de Trabalho (GT) no Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Região 06), para discussão de questões pertinentes à temática da relação entre Psicologia e Assistência Social. Membro do GT, L. F. O. Saraiva coloca que

as discussões tem ocorrido principalmente em torno da questão da inserção da psicologia na política em defesa dos direitos humanos, um dos pontos fundantes de toda e qualquer ação da psicologia, conforme previsto pelo CFP. Nosso posicionamento tem sido recusar a delimitação/diferenciação entre o trabalho do psicólogo e do assistente social, entendendo que esta questão é bastante enfraquecedora e possui um viés corporativista. A idéia, então, é pensar como a Psicologia pode contribuir para a consolidação da PNAS [Política Nacional de Assistência Social], o que, em nosso entendimento, significa também consolidar os direitos humanos (comunicado por email, 10 de dezembro, 2008)

Até o presente momento, não há publicações do grupo.

3.1 Referências para a prática do(a) psicólogo(a)

No ano de 2007, foram publicados dois documentos com o objetivo de traçar referências sobre a prática do(a) psicólogo(a) na área da Assistência Social. Um deles é o documento elaborado em conjunto pelos Conselhos Federal de Psicologia – CFP – e de Serviço Social – CFESS, denominado *“Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social”*. O segundo documento, elaborado pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Política Pública (CREPOP), iniciou-se com um grupo de Trabalho do CFP, tendo, posteriormente, passado por consulta pública *on-line* de psicólogos(as) que trabalham na área da Assistência Social; esse documento foi chamado de *“Referências Técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS”*.

Vale apontar para uma primeira diferença entre ambos: enquanto *“Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos”* trata da inserção do(a) psicólogo(a) na área da Assistência Social, o *“Referências técnicas para*

atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS” trata mais especificamente da atuação nos CRAS; além disso, como o nome diz, o primeiro documento trata também da atuação dos profissionais assistentes sociais na área da Assistência.

Ademais, ambos os documentos são extensos, e possuem muitas informações coincidentes entre si e em si. Com o objetivo de fazer uma apresentação geral e simplificada de seus conteúdos - assumindo o risco de talvez simplificar demais questões complexas e tornar a exposição demasiado didática -, buscarei fazer uma síntese dos principais pontos abordados, no que diz respeito especificamente ao trabalho do(a) psicólogo(a) na área. Diversos pontos poderão parecer genéricos ou vagos mas, reafirmo, não tenho a intenção de esgotar os sentidos do material apresentado nesses documentos.

Os dois textos descrevem o contexto em que deve ser realizado o trabalho de psicólogos(as) na área da Assistência. Entretanto, não pretendem estabelecer um “manual” de procedimentos, por adotarem a perspectiva de que o trabalho profissional, resguardando as competências e atribuições da profissão, requer inteligência e criatividade, no sentido de responder dinamicamente ao movimento da realidade. Ambos assumem que não basta discutir sobre as melhores técnicas e estratégias de atuação dos profissionais, e apontam para a necessidade de uma discussão mais ampla, sobre as concepções e pressupostos que orientam a política da Assistência Social e a inserção do trabalho do(a) psicólogo(a) nessa política. Apresento uma sistematização dos principais pontos abordados pelos documentos:

1) Importância de não individualizar problemas sociais e políticos.

Um dos principais pressupostos, ponto de partida para o trabalho na área da Assistência Social, é o alerta para que as intervenções profissionais (de

psicólogos(as) e de assistentes sociais) não assumam a ótica da psicopatologização e individualização de problemas sociais e políticos. É necessária uma compreensão ampla, de que as situações sociais vividas pelos sujeitos que demandam a política de Assistência Social, têm a mesma estrutural e histórica raiz na desigualdade de classe e em suas determinações, que se expressam pela ausência e precariedade de um amplo conjunto de direitos. Apenas a partir dessa contextualização, será possível ao(à) psicólogo(a) contribuir para a desnaturalização de violações de direitos e desigualdades sociais.

2) Comprometimento com a transformação social e com uma ética voltada para a emancipação humana

Ao tratar do trabalho do psicólogo(a) nas políticas públicas em geral, ambos os documentos valorizam a construção de práticas comprometidas com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana. Apontam para a importância do fortalecimento dos indivíduos e grupos e para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade. No CRAS, o foco da atuação deve ser “a prevenção e promoção da vida”, e o trabalho do(a) psicólogo(a) deve priorizar as *potencialidades*, voltando-se para a valorização dos aspectos saudáveis presentes nos sujeitos, nas famílias e na comunidade. Porém, isto não significa desconsiderar os aspectos relacionados às vulnerabilidades.

3) Não inverter demanda

Os documentos advertem para que não ocorra o equívoco de os profissionais considerarem-se, como acontecia no modelo assistencialista, “salvadores” que julgavam saber o que era melhor para os usuários. Apontam para a

importância de uma *escuta qualificada* das demandas, e da compreensão dessas demandas em seus aspectos históricos, sociais, pessoais e contextuais.

4) Trabalho com a subjetividade dos indivíduos

É nesse quesito que a especificidade do trabalho do psicólogo especialmente evidencia-se. Trata-se de valorizar a experiência subjetiva dos indivíduos, contribuindo para fazê-los “reconhecer sua identidade e seu poder pessoal”. Operando no campo simbólico e afetivo-emocional da expressividade e da interpretação dialógica, o trabalho do(a) psicólogo(a) pode propiciar o desenvolvimento das condições subjetivas de inserção social e promover o desenvolvimento de sua capacidade de transformação do meio social onde vive. A partir de tal fortalecimento subjetivo, o(a) psicólogo(a) pode contribuir na *apropriação* do lugar de *protagonistas* na conquista e afirmação de direitos.

As orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para as ações dos profissionais que atuam no CRAS também apontam para a necessidade de se “provocar impactos na dimensão da subjetividade política dos usuários, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia, na garantia dos direitos, com superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos” (BRASIL, 2006a, p. 13).

5) Fortalecimento de espaços e instâncias de controle social das políticas de Assistência Social.

Além do fortalecimento dos sujeitos e grupos, está previsto nas normatizações o fortalecimento de espaços e instâncias de controle social das políticas de Assistência Social, para que estejam conectadas com as necessidades

dos sujeitos e a defesa da vida. A participação social é condição básica à cidadania. Como afirma Lane (2001), a Psicologia deve recuperar o indivíduo na interseção de sua história com a história de sua sociedade, pois é somente este conhecimento que permite compreender o homem como produtor de sua história. E a Psicologia pode cumprir o papel de contribuir para resgatar o vínculo do usuário com a Assistência Social; a partir de uma relação qualificada entre ambos, a dignidade do público-participante é favorecida. Isto impõe a necessidade de serem pensadas as possibilidades de enfrentamento das dificuldades de realização do controle social.

Uma importante questão é colocada: “existiria, de fato, espaço para os usuários, na elaboração das ações e políticas destinadas a sua comunidade? A partir de uma análise crítica da Assistência Social, os psicólogos devem contribuir para a superação dessas barreiras” (CREPOP, 2007, p.15).

6) Função estratégica no sentido de fomentar o debate sobre reconhecimento e defesa do papel da AS e das políticas sociais na garantia de direitos

Segundo as normatizações, os(as) psicólogos(as), junto com os(as) assistentes sociais, devem assumir uma função estratégica na análise crítica da realidade, no sentido de fomentar o debate sobre o reconhecimento e defesa do papel da Assistência Social e das políticas sociais na garantia dos direitos e melhoria das condições de vida de seus usuários. Mas isso deve ser feito sem superestimar suas possibilidades e potencialidades no enfrentamento das desigualdades sociais, gestadas e cimentadas nas determinações macroeconômicas que impedem a criação de emprego, redistribuição de renda e ampliação dos direitos.

7) Valorização das relações comunitárias

Focar as relações entre indivíduos, e entre estes e a sociedade, em uma busca de valorização das relações comunitárias que visem o bem comum, é um dos desafios que estão colocados. As ações com famílias visam a intervir em seu sofrimento, de forma a integrar as dimensões individual e social, a partir da análise da forma como se dão as relações entre indivíduos, e/ou entre indivíduos e instituições. Segundo CFP/CEFESS (2007), há trabalhos que relatam experiências de “reuniões multifamiliares” junto a famílias de baixa renda, cujos resultados têm sido positivos, no sentido de ocorrer um alívio de tensões e um compartilhamento de sentimentos, além de ampliação da consciência sobre os problemas comuns enfrentados, e a busca conjunta de soluções.

Por outro lado, é feita uma ressalva: a questão da centralidade na família merecer ser vista com cuidado, pois não deve representar a substituição da ação pública pela priorização do espaço familiar.

3.2 Problematizando algumas questões

A exposição feita evidencia que os documentos normativos existentes sobre a atuação do(a) psicólogo(a) no campo da Assistência Social tratam de questões gerais e de alguns pressupostos para a prática. Porém, não tratam das diretrizes de operacionalização, as quais devem ser construídas no cotidiano das intervenções de cada profissional, em cada contexto específico.

Esse cotidiano de intervenções vem levantando uma série de questionamentos de diversas ordens para os profissionais. Apesar de praticamente

não haver publicações a respeito, contatos informais entre psicólogos vêm deixando claro o grande número de inquietações existentes.

Uma dessas inquietações aponta para uma freqüente indiferenciação entre a prática de psicólogos e assistentes sociais atuantes no campo da Assistência, especificamente nos CRAS. Assim, deve ser destacada a necessidade de muito diálogo entre os profissionais envolvidos, no sentido de discutir e aprofundar debates que tornem as especificidades de cada área mais claras; também merece destaque a necessidade de participação dos Conselhos de Psicologia e de Assistência Social nessa construção. É possível dizer que a leitura dos “*Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social.*” é pouco esclarecedora nesse sentido, já que boa parte das atribuições de psicólogos(as) e assistentes sociais assemelham-se.

Outro ponto que merece ser assinalado é o de que ainda há grande distância entre aquilo que está escrito nas leis e nas políticas de Assistência Social, e o que vem acontecendo, de fato, na prática. Há um grande desafio pela frente para gestores e profissionais dessas duas áreas, no sentido de efetivar os direitos conquistados no ordenamento jurídico.

Uma questão importante, específica dos(as) psicólogos(as), é o fato de existir uma demanda da população para atenção especializada de psicoterapia (expectativas de serem realizados os mesmos atendimentos das UBSs). Caberá aos(às) próprios(as) psicólogos(as) desconstruir(em) essa demanda, e construir uma outra que, para muitos, ainda não está clara. Os documentos de referência falam sobre a construção de uma *demandada planejada*, que seria construída pelo diálogo entre o saber do técnico e da população referenciada *ao mesmo tempo*.

Ainda sobre a questão da demanda, vale citar algumas colocações de Cruz et al. (2007), pesquisadoras colombianas que publicaram um artigo onde discutem a trajetória da Assistência Social no Brasil. As autoras afirmam que alguns psicólogos, habituados ao trabalho clínico, se recusam a fazer visitas domiciliares ou trabalhos com grupos, justificando que tais atividades extrapolariam sua especificidade profissional. Porém, para elas, tais recusas apenas reafirmariam a exclusão (“no puedo atender, no hay demanda”), ao invés de provocar leituras possíveis do processo de exclusão com propostas de ação e inclusão. O que está em jogo, afirmam, é o próprio olhar da psicologia (“la própria mirada de la psicología”). Elas questionam se os psicólogos estariam produzindo demanda de atenção quando se trata da especificidade da “clientela” usuária da Assistência Social, e colocam a pergunta sobre como seria possível produzir tal demanda.

Segundo as autoras, há uma tendência dos serviços de Assistência em considerar os sujeitos como portadores de “uma única história”, sendo igualmente catalogados como “dependientes y excluidos”. Discordando dessa uniformização, apontam para a importância “de la escucha y del acogimiento pues solo así se aclara la demanda” (p.17).

Apontam também para a existência de toda uma discussão sobre o lugar do psicólogo: deveria estar na saúde e não na Assistência? E, embora tal discussão possa parecer nova, Cruz et. al (Ibid.) apontam que ela já fôra prevista por Freud no início do século XX, com sua obra “Caminhos da Terapêutica Psicanalítica” (1918).

Para as autoras

Esta discusión sobre el lugar del psicólogo, sea en la salud o en la asistencia, y las primeras interfaces con las políticas públicas, es antigua y al mismo tiempo actual. La diferencia es que las discusiones están dejando

de tener carácter informal para ocupar territorios legitimados como las publicaciones, los congresos y los simposios, así como grupos de estudios para discutir cuestiones relativas a la psicología y a las políticas públicas (Cruz et al., 2007, p.08)

Mais uma pontuação importante a ser feita é a de que atuando na Assistência Social, os psicólogos deparam-se com questões que ultrapassam as questões subjetivas (ou, pelo menos, que diferem-se delas). As demandas materiais trazidas pelo público usuário são intensas. Se os indivíduos e famílias que chegam às portas de entrada do SUAS, os CRAS, falam sobre necessidades de comida, de remédios, de roupas, de teto, de trabalho, como poderá a escuta do psicólogo focalizar as dimensões subjetivas de quem fala? Ficaria a escuta da história e dos sentidos do sujeito prejudicada, dificultada? Ou ainda, *faría sentido* um determinado tipo de escuta quando as necessidades apresentadas mostram-se tão prementes, relacionadas a questões de sobrevivência?

Não disponho de respostas, mas acredito poder apontar para a necessidade de que tal *contexto*, quando presente, seja sempre levado em consideração durante a escuta. Vale aqui lembrar da concepção de cuidado apresentada por Leonardo Boff (1999), chamado por ele de “saber cuidar”. Para o autor, essa forma de cuidado envolve mais do que um ato ou um momento de atenção, e representa responsabilização e envolvimento afetivo com o outro. Cuidar significa reconhecer as necessidades do outro, o que em si já seria muito importante, e não significa poder atendê-las prontamente.

Mais um ponto que, a meu ver, é fundamental: na prática cotidiana, tem sido possível observar que, com frequência, o(a) psicólogo(a) tem assumido o papel de “fiscalizador de condicionalidades” de programas sócio-assistenciais. Assim, a família deve prestar contas a ele e, cabe a ele, nessa função, normatizar

determinadas condutas. Quais são as possibilidades de que o psicólogo possa assumir tal papel e, ao mesmo tempo, manter o papel de quem escuta a subjetividade do sujeito e “suas verdades”? Vale citar uma reflexão sobre o controle e fiscalização que vem sendo exercidos sobre as famílias, previstos pelos programas sócio-assistenciais

El desafío está planteado: ¿cómo trabajar con los programas de orientación y apoyo sociofamiliar de forma que promuevan la autonomía y los derechos de la familia sin que esta acción se transforme en un vínculo más de control? ¿Estos programas serían los nuevos aparatos de la “Policía de las Familias”? Muchas acciones se configuran en dispositivos de control sobre las familias y los sujetos, exactamente como se vio con la figura del criminal (Foucault, 1984) y con los dispositivos higiénicos que fundaron la familia nuclear moderna (Donzelot, 2001, citado por Cruz et al., 2007).

Diversas questões e inquietações estão lançadas. Apresento uma última citação, propondo que outros trabalhos possam discuti-la e elaborar muitas *outras* questões, contribuindo para a construção desse novo lugar da Psicologia.

Para la psicología comprometida con el reconocimiento de las singularidades y la promoción de la autonomía, de la superación del trabajo infantil de los niños en los semáforos y, en fin, con intervenciones asertivas que garanticen los derechos establecidos por ley, supone un cambio de miradas y con certeza un avance en la integración de la red que lleve su texto a las últimas consecuencias en el sentido del cambio por la vía de la integración. De lo contrario, se corre el riesgo de ser más un sistema que sólo se ve bonito en el papel (Cruz et al., 2007, p.08).

As autoras apontam para a importante questão do trabalho em rede, sobre o qual falarei no Capítulo V deste trabalho.

3. Pesquisa Bibliográfica

A fonte das pesquisas bibliográficas feitas foi o site www.bvs-psi.org, através do qual busquei publicações nas bases virtuais da Scielo e Pepsic, que apresentam textos completos. Procurei seguir a de sugestão de Minayo (1998) sobre a pesquisa bibliográfica ser suficientemente ampla para “traçar a moldura dentro da qual o objeto se situa”.

A seguir apresento os descritores que utilizei, e o número de artigos que vieram em cada uma das bases consultadas.

a) Psicologia x Assistência Social

Scielo: 31

Pepsic: 11

b) Psicologia x CRAS

Scielo: 0

Pepsic: 0

c) Psicólogo x CRAS

Scielo: 0

Pepsic: 0

d) CRAS

Scielo: 0

Pepsic: 0

e) Centro Referência Assistência Social

Scielo: 13

Pepsic: 0

f) Mulher x Assistência Social

SciELO: 50

Pepsic: 01

g) Mulher x Profissionalização

SciELO: 2

Pepsic: 0

h) Mulher pobre x Qualificação

SciELO: 0

Pepsic: 0

i) Mulher x pobre x cursos

SciELO: 0

Pepsic: 0

j) Assistência social x cursos

SciELO: 9

Pepsic: 1

k) Assistência social x Profissionalização

SciELO: 0

Pepsic: 0

l) Exclusão social

SciELO: 223

Pepsic: 33

m) Inclusão social

SciELO: 216

Pepsic: 45

n) Exclusão psicossocial

SciELO: 08

Pepsic: 02

Falarei de maneira geral sobre os artigos encontrados. Em primeiro lugar, embora tenham sido encontrados diversos artigos a partir dos descritores relacionados à Assistência Social, a quase totalidade deles se refere a trabalhos na área da enfermagem. Da mesma forma, os descritores “mulheres” e “assistência social”, resultaram na apresentação de artigos que tratavam quase exclusivamente de questões relacionadas à área da enfermagem. Não foi diferente com a questão dos cursos e de profissionalização, a partir dos quais vieram artigos relacionados ao ensino na área da enfermagem.

Na busca em que utilizei como descritores “psicologia” e “assistência social”, apareceram alguns trabalhos de psicólogos relacionados ao Programa Saúde da Família e à inclusão de psicólogos em equipes de trabalho de prevenção às DST/AIDS. Além disso, apareceu um trabalho que trata da questão do abrigamento de crianças no campo das políticas públicas (Cruz, L.R., 2007), e outro sobre Psicologia Comunitária e Assistencialismo (Ramminger, 2001), que traz reflexões de uma aluna de graduação em Psicologia, a qual realizou estágio em um Centro Comunitário no estado do Rio Grande do Sul. Nesse artigo, Ramminger questiona algumas práticas assistencialistas que observou atravessarem o trabalho das equipes que trabalhavam no Centro. Vale notar que esta publicação data de 2001, período anterior à publicação da Política Nacional de Assistência Social, e anterior ao Sistema Único de Assistência Social.

A respeito da inserção do psicólogo na nova política de Assistência Social, da atuação de psicólogos no CRAS, ou sobre o CRAS em geral, não encontrei nenhuma publicação. Já sobre exclusão e inclusão social, os artigos foram

numerosos³. Seus conteúdos estavam relacionados aos mais diversos temas: direitos humanos, organizações criminosas no Brasil, violência urbana, prostituição, desenvolvimento tecnológico, mulheres infectadas pelo HIV, vulnerabilidade de adolescentes, luta anti-manicomial, entre outros.

A partir das bases consultadas, foi possível observar a escassez de publicações no campo de articulação entre Psicologia e Assistência Social, assim como a escassez (ou ausência) de trabalhos que abordem a questão do oferecimento de cursos no contexto da Assistência.

Vale dizer que, através de uma indicação, encontrei um artigo na biblioteca virtual da Scielo denominado “La trayectoria de la asistencia social en Brasil: atención a la familia y el lugar de la psicología”(Cruz et al, 2007). Provavelmente ele não apareceu a partir dos descritores utilizados por estar escrito em espanhol.

³ Tratarei da diversidade relativa aos conceitos de exclusão e inclusão social no Capítulo II.

5. Perspectiva Teórica: Psicologia sócio-histórica

A perspectiva teórica adotada neste trabalho é a da psicologia sócio-histórica, corrente derivada da Psicologia Social, que surgiu a partir de um processo de revisão e crítica da mesma, com o objetivo de produzir um conhecimento comprometido com a transformação social da realidade.

A psicologia sócio-histórica remonta, dentre outras influências, aos trabalhos desenvolvidos pelo soviético L. S. Vigotski (1896-1934), que realizou sua produção científica num período fortemente marcado pelas idéias decorrentes da revolução bolchevique de 1917, o que contribuiu para que desenvolvesse uma psicologia chamada histórico-cultural, de base marxista, pautada no materialismo histórico e dialético (Marchesan, 2007).

A partir da escolha desta linha teórica para o embasamento da presente pesquisa, entendemos ser necessário apontar a concepção de homem que fundamenta a produção vigotskiana e, de uma maneira mais geral, a psicologia sócio-histórica. Mas antes disso, faremos uma breve retrospectiva do surgimento desta corrente teórica no campo da psicologia, descrevendo seu ponto de ligação com as idéias de Vigotski.

5.1 Histórico

A obra de Vigotski data do começo o século XX, tendo sido redescoberta várias décadas depois. Entre as décadas de 1970 e 1980, passou a atrair a atenção de pesquisadores e estudiosos de diferentes campos da Psicologia, não apenas na Europa e nos países anglo-saxões, como também na América Latina, incluindo o

Brasil (Leite & La Taille, 1994). Neste período, tais idéias exerceram importante influência em um processo de revisão e crítica que acontecia em relação à psicologia social predominante naquele momento.

Segundo Bock, Ferreira, Gonçalves e Furtado (2007), no início da década de 70, quando surgiu o curso de Psicologia na PUC-SP, um grupo de alunos e professores, no qual destacava-se a professora Sílvia Lane, preocupava-se em produzir conhecimentos que, além de possibilitar uma compreensão da realidade, implicassem necessariamente em sua transformação.

Trabalhos então realizados em sindicatos e comunidades operárias contribuíram para que esse grupo realizasse um profundo questionamento da metodologia e da teoria da psicologia social, predominantemente norte-americana naquele momento, “de base experimental e positivista, que falava de mecanismos psicológicos universais e abstratos, desconsiderando o conteúdo histórico e social presente na constituição do homem” (Bock et al., 2007, p. 49).

Para esse grupo, tais perspectivas mostravam-se inadequadas para a compreensão de fenômenos sociais presentes na realidade brasileira, tendo surgido a preocupação em construir uma psicologia social voltada para nossa realidade, com vistas a contribuir para a superação das desigualdades e das situações de opressão. Havia a demanda de uma construção teórica que permitisse compreender o homem como participante do processo social (Ibid.).

Demandas semelhantes também emergiam em outros países da América Latina, e contatos feitos entre os psicólogos envolvidos com essas mesmas preocupações fizeram com que fosse sendo constituída uma nova perspectiva para a psicologia social. Nela, o objeto já não seriam as ‘relações interpessoais e

influências sociais', como propunha a psicologia social tradicional; deveria haver uma outra concepção de homem na psicologia: um homem social e histórico.

Surgia a psicologia sócio-histórica, apresentada por Bock da seguinte maneira:

Fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método. Nesse sentido, concebe o homem como ativo, social e histórico; a sociedade, como produção histórica dos homens que, através do trabalho, produzem sua vida material; as idéias, como representações da realidade material; a realidade material, como fundada em contradições que se expressam nas idéias; e a história, como o movimento contraditório constante do fazer humano. (Bock, 2002).

Partindo dessas concepções, o objetivo da psicologia sócio-histórica é compreender o indivíduo nessa relação dialética com a sociedade, sua constituição histórica e social, os elementos que explicam os processos de consciência e alienação, e as possibilidades de ação do indivíduo frente às determinações sociais. (Bock et. al., 2007).

Segundo esses mesmos autores, foram diversas as inspirações para a constituição dessa perspectiva, mas foi com a (re)descoberta de Vigotski, Luria e Leontiev, que se tornou possível o salto de qualidade que levou à fundamentação de algumas das categorias básicas do psiquismo, como a consciência e a atividade.

A seguir, apresentarei tais categorias, assim como alguns pressupostos e questões teóricas que dão sustentação à psicologia sócio-histórica.

5.2 Conceitos e pressupostos

5.2.1 Concepção de homem/indivíduo

Coloquei anteriormente que nesta perspectiva é assumida a concepção marxista de indivíduo; o homem, para a psicologia sócio-histórica, é um ser histórica e socialmente determinado. Para Aguiar (2000), isto quer dizer que além de produto da evolução biológica das espécies, o homem é também produto mutável, pertencente a uma determinada sociedade, em uma determinada etapa de sua evolução. Com isso, explica a autora, não se está simplesmente afirmando que o homem se encontra ligado ao mundo e à sociedade ou que é influenciado por ela, mas sim que se *constitui* sob determinadas condições sociais, resultado da atividade de gerações anteriores. “Trata-se de adotar uma visão de indivíduo concreto, mediado pelo social, [...] que não pode, jamais, ser compreendido independentemente de suas relações e vínculos” (Aguiar, 2000, pp.126-127).

5.2.2 *Condição humana*

Para a psicologia sócio-histórica, não existe uma *natureza humana* inata e imutável, de caráter universal. O que existe é uma *condição humana* relacionada ao fato de que o homem é um ser ativo, histórico e social e, a partir disso, ele se constituirá como ser humano (Aguiar, 2000).

O homem, ao nascer, é candidato à humanidade e a adquire no processo de apropriação do mundo. Nesse processo, converte o mundo externo em um mundo interno e desenvolve, de forma singular, sua individualidade. (Bock & Gonçalves, 2002, p.129)

Em sua existência, portanto, o homem se apropria das tarefas do mundo e as integra, desenvolvendo, assim, suas formas de pensar, sentir e agir, que, por sua vez, constituirão sua singularidade e consciência (Aguiar, 2000).

Para esta perspectiva, é central a questão do homem *construir* seu mundo interno, ou psicológico, o que se dá através de sua relação com o ambiente sócio-cultural (Marchesan, 2007).

5.2.3 Mediação

A mediação, ou o “*processo de intervenção de um elemento intermediário numa relação*” (Oliveira, 1993 citado por Lucci, 2006) é um dos conceitos fundamentais da construção teórica vigotskiana. O homem, segundo essa concepção, interioriza suas funções psicológicas, e isto não ocorre simplesmente pela transferência de uma atividade externa para um plano interno, mas sim através do *processo* de mediação (Lucci, 2006).

Para Vigotski (1991), é na apreensão dos diferentes processos de mediação que se encontram os fundamentos explicativos da objetivação/apropriação dos elementos que constituem as características tipicamente humanas, os elementos que constituem as funções psicológicas superiores do homem. Duarte (1993) coloca que o homem age e transforma o meio no qual atua, apropriando-se das características culturais da humanidade ao mesmo tempo em que transforma a si mesmo, o que é possível através das mediações presentes nos diferentes espaços sociais de atuação do sujeito.

Lucci também discorre a respeito do processo de mediação; afirma que o indivíduo se relaciona com o ambiente e a cultura através de mediadores, já que, enquanto sujeito do conhecimento, não tem acesso direto aos objetos, mas, apenas, a sistemas simbólicos que representam a realidade (Lucci, 2006). A partir dessas

afirmações, é possível notar a importância da categoria mediação nessa perspectiva; ela tem a função de, digamos, “ligar” a singularidade e a universalidade.

Severino (2005, citado por Aguiar & Soares, 2008), ao discutir a existência humana como um processo histórico, destaca a prática como a substância do existir, e afirma que o próprio processo de mediação configura-se como práxis, ou seja, como um “movimento que articula dialéticamente a operação e a reflexão, a teoria e a prática” (p.223).

5.2.4 Atividade

Em relação a esta categoria, tomemos a explicação de Bock (2004):

O sujeito se põe no mundo e age no mundo para se constituir. Esta é a categoria do psiquismo chamada “atividade”. Assim, tudo que é do sujeito tem sua origem no mundo exterior a ele e tudo que é interno é o que o sujeito teve capacidade de registrar do mundo. Ele por inteiro lida com o mundo por essa sua atividade.

Para a autora, é por meio da atividade que, inclusive, é constituída a subjetividade dos indivíduos, a partir de um processo de relação com o mundo externo.

Para atuar no mundo, construindo sua subjetividade, o homem utiliza instrumentos, sendo um dos principais a linguagem. Essa atividade é mediada por significados, razão pela qual Vigotski (2000) nos diz que a atividade é semioticamente mediada.

5.2.5 Consciência

Com o desenvolvimento do pensamento de Vigotski, bem como com o de Leontiev e Luria, observa-se um avanço no conceito de consciência. Esses autores criticaram os reducionistas, tanto objetivistas quanto subjetivistas, chamando a atenção para o fato de que a consciência não é constituída com base em fenômenos internos, e também não é um reflexo passivo do meio. Para eles, a consciência é produzida de maneira ativa e criativa, sobre a base e no decorrer da transformação prática da realidade (Aguiar, 2000).

A consciência constitui a forma como o indivíduo apreende o mundo físico e social, “em um trabalho de interpretação da vida, de nós mesmos, da relação com o mundo, através do pensar, do sentir, do sonhar” (Sawaia, 1987, p.296). A origem da consciência reside na ação concreta e material dos homens (Marchesan, 2007).

Para Vigotski, Leontiev e Luria, o desenvolvimento da consciência é propiciado pela linguagem (que por sua vez está intimamente ligada ao pensamento, conforme discutiremos adiante). Para eles, é pela palavra que se apreende o modo de “ser, pensar e agir do sujeito” (Aguiar & Soares, 2008). A linguagem faz a mediação da relação dialética entre interno e externo e, portanto, pode-se dizer que ela está na base da consciência (Marchesan, 2007). A partir das atividades humanas, a linguagem possibilita a apropriação de significações socialmente produzidas e a construção de novas significações e sentidos subjetivos.

5.2.6 Pensamento e linguagem

Para Vigotski, pensamento e linguagem são elementos de uma relação dialética e, portanto, são diferentes, não se diluem um no outro, mas também não existem apartados: um não é sem o outro. E é na maneira como o homem se

relaciona com o mundo e com os outros seres humanos através da atividade que vai se construindo o pensamento, a linguagem e a maneira como estas instâncias se relacionam (Marchesan, 2007).

Vigotski (2000) afirma que a linguagem não é um simples reflexo do pensamento; ela não se apresenta apenas como um momento no qual o pensamento, até então silencioso, se expressa. Segundo o autor, o pensamento se *realiza* na fala. Porém, tal relação é dinâmica, complexa e às vezes até contraditória. Assim, nem sempre o ato do pensamento coincide com a própria fala. Todos conhecem, por exemplo, a experiência de não conseguir dizer algo que se esteja pensando, ou até que se diga tal coisa de um modo totalmente diferente do pensamento. Isso, contudo, não nega a tese segundo a qual “ao transformar-se em linguagem, o pensamento se reestrutura e se modifica” (Vigotski, 2001, citado por Aguiar & Soares, 2008).

Vigotski (2000) considera a linguagem como instrumento fundamental no processo de constituição do sujeito. “Os signos, entendidos como instrumentos convencionais de natureza social, são os meios de contato com o mundo exterior e, também, do homem consigo mesmo e com a própria consciência” (p.132).

5.2.7 Significado social e sentido pessoal

A questão do significado e do sentido é central para a psicologia sócio-histórica. O ser humano entra em contato com as significações historicamente construídas à medida em que apropria-se da linguagem. Porém, é a partir das significações que vai atribuindo às suas experiências, que ele constitui sua consciência (Marchesan, 2007). O significado, portanto, diz respeito ao que há de

mais genérico na palavra; poderia ser compreendido como seu aspecto dicionarizado (Aguiar & Soares, 2008). No entanto, esta significação da palavra é tomada de forma particular por cada indivíduo, variando de acordo com a totalidade de sua vida e todas as experiências vividas por ele (Rey, 2003). A partir dessa concepção, Vigotski propõe a categoria que ele chama de *sentido*, e afirma que

[...] o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. (...) Tomada isoladamente no léxico, a palavra tem apenas um significado. Mas este não é mais que uma potência que se realiza no discurso vivo, no qual o significado é apenas uma pedra no edifício do sentido. (Vigotski, 2000, p.122)

Assim, enquanto o significado é mais estável, permitindo que a comunicação ocorra, o sentido é mais instável porque se refere àquilo que é do sujeito ou, de *cada* sujeito. Os sentidos estão mais próximos dos indivíduos, e mais implicados pela unidade afetivo-cognitiva que constitui o ser humano e sua história de desenvolvimento (Rey, 2003).

Leontiev reflete sobre a questão da distinção entre o significado e sentido das palavras; ao analisar o processo histórico de desenvolvimento da consciência humana, ele mostra que a divisão social do trabalho e a propriedade privada produziram historicamente uma determinada forma de estruturação da consciência que se caracteriza pela dissociação entre o significado e sentido. Exemplifica com uma situação de trabalho numa tecelagem:

A tecelagem tem [...] para o operário a significação objetiva de tecelagem, a fiação, de fiação. Todavia não é por aí que se caracteriza sua consciência,

mas pela relação que existe entre estas significações e o sentido pessoal que têm para ele as suas ações de trabalho. Sabemos que o sentido depende do motivo. Por consequência, o sentido da tecelagem ou da fiação para o operário é determinado por aquilo que o incita a tecer ou a fiar. Mas são tais as suas condições de existência que ele não fia ou não tece para corresponder às necessidades da sociedade em fio ou em tecido, mas unicamente pelo salário; é o salário que confere ao fio e ao tecido o seu sentido para o operário que os produziu [...]. Com efeito, para o capitalista, o sentido da fiação ou da tecelagem reside no lucro que dela tira, isto é, uma coisa estranha às propriedades do fruto da produção e à sua significação objetiva (Leontiev, 1978, citado por Duarte, 2004).

Enquanto o significado da palavra tecelagem pode ser encontrado no dicionário e compartilhado por quaisquer pessoas, pelo operário e pelo capitalista, os sentidos que tal palavra adquire não o são; são inúmeros, e dependem das experiências de cada sujeito. Leontiev afirma que o sentido pessoal é produzido pelas condições objetivas de vida; no caso do operário, pelas condições que o levam a vender a sua força de trabalho em troca de salário. Assim, “o sentido do trabalho do operário será para ele o mesmo, esteja ele trabalhando em uma fábrica de tecidos, ou em uma fábrica de armas ou em uma fábrica de remédios que salvam vidas”. (Duarte, 2004, pp.56-57)

Vale dizer que apesar de os significados das palavras terem alguma estabilidade não são, entretanto, estáticos. Pelo contrário, são dinâmicos e se desenvolvem. Com isso, modificam também a relação do pensamento com a palavra. “Nesse sentido, toda essa relação que tem como elemento mediador a palavra carregada de significado, configura-se como um processo dinâmico, em pleno desenvolvimento” (Aguiar & Soares, 2008, p.224).

5.2.8 Afetividade

Para a psicologia sócio-histórica, a emoção deve ser vista como dimensão fundamental da consciência, um de seus elementos constitutivos, ao lado da linguagem e do pensamento.

Apesar de Vigotski não ter desenvolvido estudos sistemáticos sobre as emoções, elas aparecem em seus trabalhos iniciais como uma importante inquietação. Em momentos posteriores, ele também as aborda, ao discutir os processos motivacionais e o próprio pensamento (Aguar & Soares, 2008).

Ao estudar-se a constituição humana, muitas vezes a dimensão afetiva é esquecida. Com isso, o ser humano parece reduzido apenas à dimensão cognitiva. Para a perspectiva aqui adotada, o ser humano não é constituído apenas de pensamento e linguagem, mas a emoção também é uma condição permanente na definição do sujeito. Para Rey (2003, p.236), “a linguagem e o pensamento se expressam a partir do estado emocional de quem fala e pensa”.

Vigotski considera que pensamento e emoção não podem ser compreendidos de forma dicotomizada, já que o processo cognitivo não existe descolado da emoção: independentemente de o pensamento ser lógico ou emocional, ele sempre será um fenômeno que tem como base a emoção (Lane & Camargo, 1994). Discutindo inexistência de dicotomia entre pensamento e emoção, Vigotski afirma que:

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, por nossos desejos e necessidades, nossos interesses e emoções. Por trás de cada pensamento há uma tendência afetivo-volitiva, que traz em si a resposta ao último “por que” de nossa análise do pensamento. Uma

compreensão plena e verdadeira do pensamento de outrem só é possível quando entendemos sua base afetivo-volitiva (Vigotski, 2000, p.118).

Dessa forma, o atuar, pensar, sentir, perceber, citados anteriormente, constituem um processo único, que podem separar-se funcionalmente, mas que sempre voltam a se integrar. Segundo Aguiar (2000), “o pensamento deve ser concebido como emocional e a linguagem como algo sempre emocionado, ou seja, ambos terão como elemento constitutivo a dimensão afetiva, expressando uma avaliação do sujeito” (p.134).

Aguiar (ibid.) destaca a contribuição de Heller (1985) para a compreensão dessas questões. Para esta autora, sentir – seja positiva ou negativamente – significa estar implicado em algo e, dessa forma, a implicação está sempre presente no atuar e no pensar, sendo um fator constitutivo e inerente destes dois últimos. Para Aguiar, o sentimento informa, em última instância, sobre a importância do objeto para o sujeito. No capítulo II, trarei contribuições importantes de Bader Sawaia para esta temática.

5.2.9 Inconsciente

Citando novamente Aguiar (2000), é possível dizer que apesar das emoções serem sempre constituídas a partir das experiências, elas são, por um lado, significadas (passando a ter um sentido para o sujeito e podendo ser expressas pela linguagem) e, por outro, podem não o ser (permanecendo inconscientes). Tal reflexão implica, segundo a autora, numa discussão bastante complexa: a questão do inconsciente, definido de forma semelhante por Vigotski, Heller e Rey. Apresentemos, sucintamente, as definições de Vigotski e Rey.

Para Vigotski, o inconsciente constitui os aspectos não significados, aqueles que, muitas vezes, são cultural e socialmente negados: “a vida psíquica supõe uma série de fenômenos excessivamente fragmentários, que continuam a existir mesmo sem termos consciência deles” (Vigotski, 1992, citado por Aguiar, 2000). Assim, “pode parecer que fazemos algo por uma causa determinada mas, na realidade, a causa é outra” (Ibid.)

Já para Rey (1996), inconsciente refere-se a tudo que não se encontra simbolizado, significado, no momento atual. Segundo esse autor, diante de algumas experiências, os indivíduos não conseguem apreender os múltiplos estados emocionais nelas envolvidos; assim, alguns aspectos permaneceriam inconscientes. Para Rey, mesmo aquelas emoções que aparentemente são significadas pelo sujeito, que podem ser nomeadas, não necessariamente são apreendidas em sua complexidade:

o que emerge, o que é apreendido pelo próprio indivíduo, pode ser algo fragmentado, descolado de seu processo de constituição. É freqüente a expressão de significações fortemente emocionais mas extremamente confusas e contraditórias, descoladas de sua história. Pode-se dizer que essas expressões contêm elementos não significados” (Rey, 1996, citado por Aguiar, 2000).

Considerando que para ambos os autores podem existir elementos que não sejam totalmente apreendidos e significados, Aguiar ressalta que empenho deve ser feito visando à compreensão das formas de significação expressas pelo sujeito, tendo clareza de que não se pode ficar na aparência. Para a autora

[...] há que se alcançar explicações para os sentidos atribuídos, de modo que se revelem e se explicitem as formas de pensar, sentir e agir. Será pelas significações (mesmo que carregadas de emoções mal apreendidas pelo sujeito), pela busca de suas determinações, que se poderá investigar a

constituição histórica e social, única e irrepetível do sujeito. Desse modo, não há como discordar de Rey, quando ele afirma que: ...a análise psicológica não pode ficar no plano da atividade e de suas operações, mas dirigir-se às operações e mecanismos internos, subjetivos, os quais estão na base das diferentes formas de atividade que, de alguma maneira, mudam e se desenvolvem através dela. (Aguiar, 2000, p.137)

Neste trabalho, utilizarei esta perspectiva, procurando dirigir-me às operações subjetivas, buscando compreender sentidos que estejam para além da aparência.

2.2.10 *Identidade*

Embora o conceito de identidade não tenha sido tratado por Vigotski ou Leontiev, foi trabalhado por teóricos da psicologia sócio-histórica, tal como Ciampa (1987). Ciampa fez críticas ao modelo funcionalista e retomou o interacionismo simbólico de George Mead, à procura de um conceito de identidade que permitisse uma concepção de sujeito transformador e autor da história social. Esta sua procura o levou a analisar dialeticamente a identidade de Severina, uma nordestina, empregada doméstica, manicure, que se tornou budista; este estudo permitiu que o autor definisse *identidade* enquanto metamorfose.

Para Ciampa, a identidade social se constitui num processo de metamorfose/cristalização do Eu, decorrente do conjunto das relações vividas pelo sujeito. Ele também aponta para a necessidade social das instituições darem espaços para desempenho de novos papéis menos rígidos que permitam a inovação da identidade.

Embora não tenha tratado do conceito de identidade, Leontiev apresentou a personalidade como sendo constituída das características peculiares ao indivíduo decorrentes das interações sociais, sendo portanto um processo contínuo. Nessa ênfase, há semelhança entre o conceito de identidade desenvolvido por Ciampa, e o que o Leontiev denominou de personalidade (Lane, 1995).

II. DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS E IDÉIAS

II. DISCUTINDO ALGUNS CONCEITOS E IDÉIAS

Sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização..

Bader Sawaia, 2002b, p.99.

Sendo o objetivo deste trabalho *escutar* mulheres em situação de pobreza, frequentemente designadas de “excluídas sociais” buscando compreender sua dimensão subjetiva a respeito dos cursos oferecidos pelo CRAS, é de suma importância que se possa discutir quem são essas pessoas, e qual é o conceito de pobreza e de exclusão social aqui adotados. Conforme explicitarei no decorrer do capítulo, assumo a perspectiva de que pobreza é uma das formas de exclusão social, talvez a mais presente na atual realidade brasileira.

Pretendo também saber se as vivências de pobreza e exclusão podem acarretar em uma determinada forma de subjetividade na qual tal exclusão foi assumida como algo *do* indivíduo, e a que ele está permanentemente vinculado e identificado. Para oferecer subsídios a essa reflexão, neste capítulo trarei idéias que defendem a introdução da afetividade na análise da exclusão, assim como idéias que tratam da construção de uma *subjetividade do fracasso*.

1. Conceito de pobreza

Existe hoje, no Brasil e no mundo, um grande debate conceitual e ideológico sobre o que é pobreza, não havendo consenso sobre sua definição. Segundo Sarti (2003), pobreza é uma categoria relativa, e qualquer tentativa de confiná-la a um único eixo de classificação, ou a um único registro, reduz seu significado social e simbólico. Yazbek (2003), na mesma direção, afirma que a noção de pobreza é ampla, ambígua e supõe gradações.

Embora seja uma concepção relativa, usualmente vem sendo medida através de indicadores de renda e emprego, ao lado do usufruto de recursos sociais que interferem na determinação do padrão de vida, tais como saúde, educação, transporte, moradia, aposentadoria e pensões, entre outros. Esses critérios, marcados por um viés economicista, acabam por convergir na definição de que são pobres aqueles que, de modo temporário ou permanente, não têm acesso a um mínimo de bens e recursos, sendo, portanto, excluídos, em graus diferenciados, da riqueza social (Yazbek, 2003).

A partir desses critérios, são considerados pobres: os trabalhadores, assalariados ou por conta própria, que estão incluídos nas faixas mais baixas de renda, e os desempregados e subempregados que fazem parte de uma vastíssima reserva de mão-de-obra que, possivelmente, não será absorvida. Do ponto de vista da renda, o que se evidencia é que para a grande maioria dos trabalhadores, com registro em carteira ou não, com contrato ou por conta própria, predominam os baixos rendimentos e a conseqüente privação material daí advinda (Ibid.).

Para a implementação de políticas públicas na área da Assistência Social, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à

Fome (MDS), estabelece critérios para a definição de pobreza, os quais se relacionam, em geral, à renda familiar (múltiplos e submúltiplos do salário mínimo). Para que uma família seja incluída no programa Bolsa-Família, por exemplo, ela deve ser considerada *pobre* ou *extremamente pobre*. O critério adotado estipula que *pobres* são aquelas em que a renda familiar *per capita* se situa entre 60 e 120 reais⁴, e *extremamente pobres* aquelas em que essa média não chega a 60 reais (www.mds.gov.br). Vale dizer que em relação aos cursos oferecidos pelo CRAS, tratados neste trabalho, o critério para participação é de que a renda familiar máxima seja de dois salários mínimos por mês (independentemente do número de pessoas da família).

Embora o estabelecimento de critérios objetivos seja uma necessidade prática na implementação de políticas públicas, é essencial que no âmbito teórico tais definições possam ser constantemente discutidas. Nesse sentido, diversos autores criticam o critério exclusivamente econômico como definidor do que é pobreza. A partir de tais críticas, amplamente difundidas, surgiu uma tendência de se considerar a pobreza como “carência de direitos” (Sarti, 2003), da qual Yazbek (2003) é uma das representantes. À carência de direitos, Yazbek acrescenta ainda que a pobreza é expressão direta das relações vigentes na sociedade, e “alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência” (Ibid. p.63).

Embora as duas concepções (pobreza como privação econômica e como privação de direitos) apresentem diferenças importantes e alterem o eixo de significação da condição social dos pobres, Sarti aponta para algo comum entre elas: nas duas, o pressuposto da *falta* está implícito. Para a autora, ambas as

⁴ O salário mínimo, vigente no Brasil desde março de 2008, é de 415 reais.

abordagens falam mais da pobreza do que do pobre e, ao denunciarem o sistema, elidem o sujeito (Sarti, 2003).

Sarti considera que a tendência de definir a pobreza por uma negatividade, como o avesso do que deveria ser, acaba tendo como resultado a desatenção para a vida social e simbólica dos pobres no que ela representa como positividade concreta, a partir da qual se define o horizonte de sua atuação no mundo social e a possibilidade de transposição dessa atuação para o plano propriamente político”. Para Sarti, portanto, não há apenas faltas, mas peculiaridades que apresentam decorrências concretas. Ela aponta ainda para a presença, na vida dos pobres, da dimensão “da experiência subjetiva de opressão, permanente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato vivido, a cada palavra ouvida” (Ibid., p.12)⁵.

Há uma outra dimensão que pode ser considerada e que faz todo o sentido que seja considerada neste trabalho, apresentada por Paugam (2002). Ele cita um escritor do começo do século XX, Simmel, cujo objeto de estudos foi a relação de assistência entre os pobres e a sociedade em que vivem. Segundo Simmel

o fato de alguém ser pobre não significa que pertença a uma categoria específica de pobres. Não obstante ser um pobre comerciante, um pobre artista ou um pobre empregado, o indivíduo permanece numa categoria

⁵ É interessante notar que a percepção da pobreza, da perspectiva de *quem a experiencia*, vem sendo alvo de estudos por órgãos de pesquisas brasileiros. Pesquisas anuais feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE relativas à questão da pobreza, por exemplo, tem se voltado para dois tipos de medidas: a da pobreza objetiva, e a da pobreza subjetiva, sendo esta última “derivada da opinião dos entrevistados, e calculada levando-se em consideração a própria percepção das pessoas sobre suas condições de vida”. A título de ilustração, cito uma interessante pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2008, que mostrou que no Norte e Nordeste a *percepção* da pobreza foi, no geral, superior ao resultado observado pelo índice de pobreza objetiva. Já no Sul, ocorreu o oposto, com as pessoas percebendo-se menos pobres do que foi medido pelo índice. E no Sudeste e Centro-Oeste houve maior proximidade entre as duas medidas. Segundo informa o próprio IBGE, há diversas explicações possíveis para esses resultados como, por exemplo, a possibilidade de a percepção de bem-estar de um indivíduo sofrer influência de acordo com sua posição em relação aos demais indivíduos de um determinado grupo de referência, e o “efeito-migração”, que leva as pessoas a se compararem não com seu local atual de moradia, mas com seu local de origem. Fonte: www.ibge.gov.br

definida por uma atividade específica ou uma posição [...] A partir do momento em que são assistidos, ou quando sua situação lhes dá direito à assistência – mesmo se ela ainda não foi outorgada – é que eles passam a participar de um grupo caracterizado pela pobreza” (Simmel, 1907, citado por Paugam, 2002).

O autor afirma ainda que este grupo não permanece unido pela interação de seus membros, mas pela atitude coletiva adotada pelo conjunto da sociedade. De modo mais explícito, assinala Paugam, “Simmel afirma que os pobres, enquanto categoria social, não são os indivíduos que sofrem de carências ou privações específicas, mas os que recebem assistência – ou os que deveriam recebê-la segundo as normas sociais”.

A partir de tudo o que foi colocado, afirmo agora que a perspectiva adotada neste trabalho assume a *complexidade* da noção de pobreza. Ao falar sobre “mulheres em situação de pobreza”, estou considerando sua “negatividade”, ou falta⁶, no sentido de haver, sim, dificuldades materiais de existência, limitação a riquezas sociais, privação de direitos, precariedade no acesso a necessidades básicas, privação ao acesso à cultura produzida pela humanidade, limitação no acesso a uma educação de qualidade e, conseqüentemente, a inúmeras possibilidades de trabalho, além de considerar experiências subjetivas como a opressão; mas também considero sua “positividade concreta”, no sentido apontado por Sarti, ao identificar a presença de determinadas características em relação à vida social e simbólica das pessoas que vivem em condição de pobreza. Por fim, ao falar em “situação de pobreza”, não poderia deixar de considerar a relação com a Assistência Social, conforme discutido por Paugam, visto que o lugar a partir do qual faço minhas reflexões, parte exatamente dessa condição.

⁶ Esse sentido de falta se relaciona com a idéia de exclusão a determinadas possibilidade e acessos. Sobre essa idéia falarei no item 2 deste Capítulo.

Há mais dois pontos que gostaria de colocar. Neste trabalho, a começar por seu título, refiro-me a mulheres “em situação de pobreza”; não falo em “mulheres pobres”. Isto se deve ao fato de que considero a pobreza correspondente a um processo⁷, e não a uma situação imutável. Alguém que hoje é pobre, não necessariamente o será amanhã, e aderir a palavra “pobre” a pessoas que estão vivenciando esta condição, poderia contribuir para a cristalização desta identidade. Além disso, concordo com Paugam (2002), quando afirma que “toda definição estática da pobreza contribui para agrupar, num mesmo conjunto, populações cuja situação é heterogênea, ocultando a origem e os efeitos a longo prazo das dificuldades dos indivíduos e de suas famílias” (p.68).

O último ponto que quero colocar aqui é que, apesar de adotar a expressão “situação de pobreza”, em alguns momentos, quando tratar de discussões e teorizações apresentadas por Sarti (2003), poderei referir-me à categoria “pobres”, pois a autora assim o faz. Ela justifica sua escolha a partir da abordagem etnográfica utilizada em suas pesquisas. Trata-se, no jargão antropológico, de uma “categoria nativa”, que emergiu em seu trabalho de campo, uma vez que os sujeitos pesquisados assim se definiam e assim se referiam à forma como são definidos pela sociedade mais ampla. Sarti afirma que “a oposição entre pobres e ricos é um dos eixos fundamentais em torno dos quais constroem sua identidade social” (Ibid., p.11).

⁷ A noção de processo utilizada ficará mais clara no item 2 deste Capítulo.

2. O conceito de exclusão social

Habituaamo-nos, na atualidade, a escutar os termos *exclusão* e *inclusão social*. Fala-se deles no meio acadêmico, na mídia, nos discursos políticos, nos planos e programas governamentais e, também, falam deles cotidianamente as pessoas, nos diversos meios sociais. Porém, todos falam exatamente do mesmo tema? Basta uma observação um pouco mais atenta para notar-se claramente que não. Portanto, assim como não há consensos sobre o conceito de pobreza, também não há consenso (e talvez haja ainda menos) em relação ao conceito de exclusão e inclusão social. Diversos autores (Wanderley, 2002; Verás, 2002; Castel, 1998; Pagaum, 2002; Sposati, 1998, 2006) já chamaram a atenção para a utilização indiscriminada desses conceitos e para a dubiedade do ponto de vista ideológico, especialmente do conceito de *exclusão*, fazendo a discussão sobre seus significados. Segundo Sawaia (2002a)

[exclusão é] Conceito que permite usos retóricos de diferentes qualidades, desde a concepção de desigualdade como resultante de deficiência ou inadaptação individual, falta de qualquer coisa, um sinônimo do sufixo sem (less), até a de injustiça e exploração social. Um “conceito mala ou bonde”, como falam Morin e Castel, que carrega qualquer fenômeno social e que provoca consensos, sem que se saiba ao certo o significado que está em jogo (p.7).

Alguns consideram a exclusão como um novo paradigma em construção, “brutalmente dominante há alguns anos, enquanto que o da luta de classes e desigualdades dominou os debates políticos e a reflexão sociológica desde o fim da Segunda Guerra mundial” (Schapper, 1996, citado por Wanderley, 2002).

Sposati (2006) aborda a questão da “banalização” dos conceitos de exclusão/inclusão social, que viria de seu uso substituto a conceitos como os de

opressão, dominação, exploração, subordinação, ou “como mera modernização da definição de pobre, carente, necessitado, oprimido” (p.2). A autora não concorda com a equivalência automática entre pobreza e exclusão social, ou entre pobres e excluídos sociais, e faz a diferenciação:

Não entendo esses conceitos como sinônimos quando se tem uma visão alargada da exclusão, pois ela estende a noção de capacidade aquisitiva relacionada à pobreza a outras condições atitudinais, comportamentais que não se referem tão só a capacidade de não retenção de bens. [...] A exclusão alcança valores culturais, discriminações. Isto não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas que a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza (Sposati, 1998, p.4).

A autora destaca, no trecho citado, sua visão sobre a exclusão social ser um fenômeno mais abrangente do que a pobreza. Ela parece considerar mais fortemente a dimensão econômica na definição da pobreza. Considera que há condições vivenciadas na exclusão que, embora possam ser também vivenciadas na pobreza, não o são necessariamente, tais como a discriminação. Além disso, Sposati afirma que a exclusão *pode* incluir o esgarçamento de vínculos, o que não estaria presente na definição de pobreza. O francês Robert Castel (1998) também faz tal distinção, concordando com a caracterização da exclusão pelo aspecto do rompimento de vínculos. Wanderley (2002) exemplifica algumas das manifestações que podem aparecer como fraturas e rupturas do vínculo social, contidas sob o rótulo de exclusão: “pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais; minorias étnicas ou de cor; desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de aceder ao mercado de trabalho; etc” (p.17).

Há algo importante a ser discutido a respeito do conceito de exclusão social. Sawaia (2002a) argumenta que o fenômeno é apenas aparente, ou até mesmo falso. Ela destaca a contraditoriedade que constitui o termo: a sociedade exclui para incluir, uma condição da ordem social desigual, e isto implica no caráter ilusório da inclusão. Patto (1997) concorda, e esclarece

[...] estas populações, consideradas como “excluídas”, “não integradas a”, mantêm com a sociedade a que pertencem uma relação de participação-exclusão, ou seja: *participam* do mercado de trabalho como ofertantes de mão-de-obra mas não estão ‘*necessária e definitivamente* incorporadas no processo global de produção, dada a *debilidade crônica da demanda* de força de trabalho que tipifica o sistema econômico capitalista ‘periférico’ em sua etapa contemporânea’ (Pereira, 1971, pp.167-168; Paoli, 1974, pp.15-40). Trata-se, portanto, de uma forma especial de participação (*necessária* à sobrevivência do capitalismo), de uma marginalização apenas aparente, cuja falsidade se revela quando passamos dos esquemas funcionalistas de análise do universo social para o referencial materialista histórico. Sua aparente marginalidade, quer econômica, quer cultural, nada mais é, portanto, que uma forma de participação que garante a acumulação do capital e a riqueza dos que os oprimem. (pp.271-272, grifo do autor).

Dada a ambiguidade do termo exclusão social, diversos autores sugerem que sejam criados novos termos para tratar dessa temática, com o objetivo de aumentar a precisão conceitual (Castel, 1998; Fontes, 1997; Foracchi, 1974, Martins, 1997; Paugam, 1999). Mas Sawaia (2002a) defende a opção de que, ao invés de rechaçar o termo, busque-se um aprimoramento do mesmo. Para ela, as ambiguidades não revelam erro ou imprecisão mas, sim, a complexidade e contraditoriedade que *constituem* o processo de exclusão social; não precisariam, portanto, ser eliminadas mas, apenas, explicitadas.

Segundo Sawaia, “analisar a ambiguidade constitutiva da exclusão é captar o enigma da coesão social sob a lógica da exclusão na versão social, subjetiva, física e mental” (Ibid., p.07). Seguindo esse raciocínio, ela conclui que “em lugar da exclusão, o que se tem é a ‘dialética exclusão/inclusão’” (Ibid., p.8).

Utilizando como referência teórica as reflexões de Foucault, a autora nos apresenta sua concepção de exclusão como processo dialético da inclusão, como um “conceito-processo”:

[...] o que queremos enfatizar ao optar pela expressão dialética exclusão/inclusão é [...] que ambas não constituem categorias em si, cujo significado é dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação (p.108).

Para Sawaia, a utilização de conceito-processo traz a vantagem de não indicar essencialidade mas, sim, movimento, só adquirindo sentido quando “recheado com a vida pulsante nos diferentes contextos históricos” (Sawaia, ibid., p.109). Sposati (2006) também concorda que não deve haver cristalização dos conceitos de exclusão e inclusão

Ninguém é plenamente excluído ou permanentemente incluído. Não se trata de uma condição de permanência mas da identificação da potência do movimento de indignação e inconformismo. A exclusão social é a apartação de uma inclusão pela presença da discriminação e do estigma. Em conseqüência, seu exame envolve o significado que tem para o sujeito, ou para os sujeitos, que a vivenciam (p. 2).

Esta concepção de conceito-processo introduz a ética e a subjetividade na análise sociológica da desigualdade, e faz com que a exclusão passe a ser entendida como descompromisso político com o sofrimento do outro (Sawaia, ibid.). Para a autora, a utilização de conceito-processo representa

a busca de outros referenciais de análise da exclusão, capazes de desorganizar os consensos que mutilam a vida nas pesquisas, especialmente os que consideram que o excluído constitui uma categoria homogênea e inerte, ocupada apenas com a sobrevivência física e presa às necessidades. [...] Para tanto, é preciso realizar pesquisas com aqueles que estão sendo instituídos sujeito desqualificado socialmente (deixando-se ser ou resistindo), isto é com aqueles que estão incluídos socialmente pela exclusão dos direitos humanos, para ouvir e compreender os seus brados de sofrimento” (p. 109)

Além de afirmar a necessidade de “movimento” dos conceitos de exclusão e inclusão, Sposati também ressalta a importância da dimensão subjetiva, com a consideração do significado destes processos para o sujeito que os vivenciam.

Estes últimos parágrafos apontam para a mesma direção: Sawaia (ibid.). Sposati (1998) e Souza Santos (citado por Sawaia, 2002b) defendem a inclusão da subjetividade, do ponto de vista dos próprios excluídos, de sua expressão, ou de sua afetividade, nas análises da exclusão e inclusão social. A partir desta perspectiva, escutar os “brados de sofrimento” (expressão utilizada por Sawaia) destes que vêm sendo instituídos sujeitos desqualificados socialmente, torna-se central.

3. Pobreza como uma das formas de exclusão social

O primeiro ponto que quero assinalar é o de que tanto o processo de pobreza, a partir da perspectiva considerada neste trabalho, quanto o processo dialético de exclusão/inclusão social não se referem só ao sujeito, ou só à sociedade, mas a ambos; as dimensões subjetiva e social estão presentes. Assim, talvez os termos inclusão social e exclusão social pudessem ser substituídos, de forma justificada, pelos termos inclusão psicossocial e exclusão psicossocial. Entretanto, assumir tal perspectiva exigiria maior aprofundamento e discussão, a fim de que o rigor teórico não fosse perdido.

Como antecipei no início deste capítulo, adoto a perspectiva de que a pobreza é uma das formas de exclusão social, talvez a mais presente hoje na realidade de nosso país.

Quando se leva em conta as diversas dimensões da exclusão e as diversas dimensões da pobreza, tal como aqui foi feito, percebe-se que os sentidos das duas tem elementos em comum. No entanto, o conceito de exclusão social adotado é mais amplo, já que inclui também situações onde pode haver esgarçamento ou rompimento de vínculos, o que não é o caso das pessoas entrevistadas neste trabalho.

Além disso, a discussão feita por diversos autores a respeito de a exclusão ser algo apenas aparente, já que tais “excluídos” são parte integrante de um determinado sistema, me faz sentir um considerável incômodo ao denominar pessoas em situação de pobreza como “excluídos sociais”, mesmo considerando serem, ou estarem, realmente excluídos em muitos aspectos. Considero que a proposta de Sawaia em relação à existência de um processo dialético

exclusão/inclusão em nossa sociedade, faz todo o sentido. Mas entra em contradição com essa idéia denominar as pessoas que sofrem tal processo de “excluídos sociais”. Denominá-las assim, a meu ver, não estaria em consonância com o “conceito-processo” adotado.

Assim, finalizo esta discussão dizendo que considerarei as pessoas entrevistadas neste trabalho como “mulheres em situação de pobreza”, e que a perspectiva apresentada por Sawaia, sobre a dialética exclusão/inclusão, estará presente enquanto “pano de fundo”, no sentido de contextualizar as discussões que virão.

4. Introdução da afetividade nas análises da exclusão e inclusão social e a exclusão como sofrimento ético-político

Sawaia (2002b) introduz a afetividade nas análise da exclusão e inclusão social, justificando que “uma vez olhada positivamente, a afetividade nega a neutralidade das reflexões científicas sobre desigualdade social, permitindo que, sem que se perca o rigor teórico-metodológico, mantenha-se viva a capacidade de se indignar diante da pobreza” (p.98).

Estudar exclusão pelas emoções dos que a vivem, “é refletir sobre o “cuidado” que o Estado tem com seus cidadãos. Elas são indicadoras do (des)compromisso com o sofrimento do homem, tanto por parte do aparelho estatal quanto da sociedade civil e do próprio indivíduo” (Ibid., p.99).

Contrária à idéia de que a preocupação do pobre é somente a sobrevivência, Sawaia explica que uma concepção de necessidade humana, transcende os vínculos biológicos e as contingências, superando a dicotomia entre ética e necessidade. Ela afirma que “o homem da necessidade não é antagônico ao homem da ética, e não é preciso superar um patamar mais alto de conforto material para pensar e agir eticamente, como sugerem algumas teorias” (Ibid., p.114).

Estas colocações me fazem lembrar de uma pessoa atendida no CRAS, cuja privação de recursos materiais é enorme. Após um atendimento em que falou bastante de si e de sua história, ela disse:

“Filha, esta atenção e preocupação que teve comigo vale mais que tudo, vale mais que dinheiro, vale mais que um prato de comida”.

Voltemos a Sawaia, e com ela à afirmação de que a exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises

econômicas e políticas, mas sem perder o coletivo. Porém, a autora adverte: é o indivíduo que sofre, mas esse sofrimento não tem a gênese nele, e sim em intersubjetividades delineadas socialmente. Ela afirma que

[...] se os brados de sofrimento evidenciam a dominação oculta em relações muitas vezes consideradas como parte da natureza humana, o conhecimento dos mesmos possibilita a análise da vivência particular das questões sociais dominantes em cada época histórica [...] (Ibid.,p.99)

Sawaia fez estudos com moradores de rua, escutando seus “brados de sofrimento”; com eles, relata ter aprendido que é preciso associar duas estratégias de enfrentamento da exclusão, uma de ordem material e jurídica e outra de ordem afetiva e intersubjetiva. Esta primeira estratégia é de responsabilidade do poder público, enquanto a segunda é caracterizada pela compreensão e apreciação do excluído na luta pela cidadania (Ibid.).

A autora ressalta que a união dessas duas dimensões faz com que as políticas públicas se humanizem, “capacitando-se para responder aos desejos da alma e do corpo, com sabedoria”. Ela ainda acrescenta que

A preocupação com a afetividade leva o psicólogo social a encarar o presente como tempo fundante da exclusão, recusando o paradigma da redenção, dominante nas teorias transformadoras, que remete ao futuro a realização dos desejos e da justiça social, como se o presente fosse apenas aparência” (Ibid., p.115).

Bordieu, em livro de 1998, propõe a substituição da *economia de visão curta* pela *economia da felicidade*; segundo este autor, seria preciso combater a tecnocracia econômica, trazendo à tona o conhecimento dos homens, de seu cotidiano e de seu sofrimento (Ibid., p.99).

Enfim, para Sawaia,

[...] introduzir a afetividade na análise e na prática de enfrentamento da exclusão é colocar a felicidade como critério de definição de cidadania e do cuidado que a sociedade e o Estado tem para com o seu cidadão, sem cair no excesso de negar as determinações estruturais e jurídicas, e enaltecer a estatização individualista, promovendo o enfraquecimento da política e das ações na esfera pública, ou aprisionando os homens em egos escravizados pela tirania do narcisismo da intimidade (Ibid., p.99).

Finalizemos este item com algumas idéias de Amartya Sen (2000), economista ganhador do Prêmio Nobel, voltando a falar de pobreza. Sen defende fortemente a idéia de que pobreza é muito mais do que deficiência de renda; é também fonte de privação de *liberdade* e das *capacidades* dos indivíduos. Sendo que, para Sen, ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. Para este autor, a política pública pode contribuir com o aumento desta liberdade, ou das capacidades de um indivíduo e, numa via de mão dupla, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas do povo.

5. Exclusão como sofrimento ético-político

Ao discutir suas pesquisas realizadas com moradores de rua, Sawaia (2002b) coloca que um dos sofrimentos mais verbalizados por eles é aquele gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano (por causa da pobreza ou em virtude da natureza restritiva das circunstâncias em que vive). Ela afirma que

Os moradores de rua demonstram empiricamente a tese de que o desejo e a ética não estão atrelados às necessidades da espécie. Não lhes interessam qualquer sobrevivência, mas uma específica, com reconhecimento e dignidade. Mesmo na miséria, eles não estão reduzidos às necessidades biológicas, indicando que não há um patamar em que o homem é animal. O sofrimento deles revela o processo de exclusão afetando o corpo e a alma, com muito sofrimento, sendo o maior deles o descrédito social, que os atormenta mais que a fome. O brado angustiante do “eu quero ser gente” perpassa o subtexto de todos os discursos. E ele não é apenas o desejo de igualar-se, mas de distinguir-se e ser reconhecido (Sawaia, *Ibid.*, pp.114-115)

A partir destas constatações, a autora denomina o sofrimento observado de “sofrimento ético-político”. A idéia de que o psicológico é fenômeno ético-político, resguardaria a noção de homem por inteiro, já que “abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas” (*Ibid.*, p.104). Além disso, ele retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica.

A autora descreve diversos tipos de comportamentos e de posicionamentos diante da situação de exclusão entre os moradores de rua. Em suas pesquisas, pôde observar que

[...] há desde os que resistem à exclusão, sabem que são excluídos, querem sair dela e desenvolvem potência de ação para tanto; aos que se submetem à exclusão, sabem que são excluídos, querem sair, mas afirmam que não podem; até os que falam que não querem sair da situação atual, porque ela é boa (Ibid., p.112).

Sawaia então questiona

Será que, a afirmação de não querer sair da rua, é experiência de liberdade? Não seria a revelação da ruptura psicológica e social com a inclusão? Ou o abandono do direito de ser dono de sua própria liberdade, segundo expressão de Neri referindo-se a Espinosa (1993:173)? Ou a cristalização de uma identidade negativa? (Paugam, 1997) Ou a auto-repressão de quem interioriza tão profundamente a servidão e a miséria que já nem sequer sabe desejar uma coisa quando ela lhe é oferecida (Baudrillard, 1995:219) ? (p.113).

Considero que estes questionamentos podem estar intimamente relacionados às hipóteses formuladas nesta pesquisa (apresentadas no Capítulo I). São, a meu ver, indagações bastante pertinentes, justamente por levarem em consideração a expressão do fenômeno da exclusão em *cada* indivíduo excluído. Neste trabalho, adoto a perspectiva⁸ teórica da psicologia sócio-histórica, a qual considera que cada indivíduo *constrói* seu mundo interno, ou psicológico, a partir do mundo externo, através de sua relação com o ambiente sócio-cultural. Assim, é inevitável que as vivências objetivas da vida de cada pessoa acarrete em determinadas “marcas” em sua subjetividade. Vivências marcantes de servidão ou miséria, como destaca Sawaia, trarão certamente conseqüências. No entanto, como

⁸ A perspectiva adotada será melhor definida no Capítulo VI.

coloquei, o mundo interno não é uma simples transposição do externo, é uma *construção* individual. Isso significa que não é possível considerar o estado e as experiências das pessoas supracitadas como algo homogêneo; as expressões subjetivas são diversas, e para lidar-se com elas provavelmente serão necessárias formas também diversas.

6. Afetividade, consciência e ação

Após falar sobre dimensões presentes nas situações de pobreza e exclusão social, e introduzir a questão da afetividade nas pesquisas referentes a essas temáticas, considero importante tratar, ainda que brevemente, das questões da consciência e atividade, já que assumo a perspectiva proposta por Sawaia (1995b) sobre a existência de um encadeamento e determinação recíproca entre as três categorias.

Sawaia ressalta que o pensamento não é autônomo, descolado do empírico. Ao contrário, é a partir das condições materiais de existência, que ele pode se desenvolver em direção à uma consciência crítica. O pensamento descolado da ação, segundo a autora, pode gerar uma forma de alienação talvez até mais perigosa, que separa a consciência da atividade e o pensar do fazer e do sentir. Simultaneamente, não basta que a ação avance para que automaticamente a consciência se transforme. A ação tem que ser *refletida* e *sentida*, para que seja incorporada à subjetividade (Sawaia, 1995b).

A autora assinala que a consciência vem sendo considerada sinônimo de razão, e a ação política vem sendo relacionada apenas à ação *racional*, sem que seja levada em conta a afetividade. Com isso, afirma Sawaia (Ibid.), alienação e ideologia tornaram-se adjetivos da consciência, a partir dos quais se rotulam grupos de pessoas, “separando maniqueistamente os sujeitos da história dos excluídos dela” (pp.50-51). A autora defende a idéia de que se pense “desfetichizadamente”, operando as categorias de ideologia e alienação de forma a perguntar sobre idéias, sentimentos, motivações e necessidades individuais, em vez de *imputar* idéias aos homens.

Sawaia refere-se a Espinosa, filósofo que, tomando em conta as três categorias aqui citadas, propôs a idéia de “potência de ação”. Fundamentou-se no conceito de potência, entendido como o direito que cada indivíduo tem de *ser*, de se *afirmar* e de se *expandir*, cujo desenvolvimento é condição para se atingir a liberdade. Seu contrário é a potência de padecer, “situação em que as idéias sobre as afecções do próprio corpo são colocadas nas mãos do outro, gerando a servidão” (Sawaia, 2002b, p.111).

A partir da hipótese colocada neste trabalho, sobre uma possível “auto-exclusão” ou cristalização de um lugar de “excluído social” entre as mulheres consideradas, talvez seja possível pensar sobre uma limitação de sua “potência de ação”. Mas, claro, trata-se apenas de uma hipótese, que poderá ser verificada a partir das entrevistas.

7. A “*subjetividade do fracasso*”

Na presente pesquisa, há interesse em saber especificamente da *subjetividade* de pessoas em situação de pobreza. E, ainda mais especificamente, há o interesse em saber de determinado grupo mulheres que não participa de certas oportunidades oferecidas, determinados cursos, os quais poderiam, eventualmente, lhes proporcionar melhoria em suas condições de vida⁹. Conforme já introduzi no capítulo anterior, hipotetizo que exista em algumas dessas pessoas, a crença de que são incapazes e de que não podem ocupar determinados espaços sociais.

Para refletir a respeito desta hipótese e fundamentá-la, busquei recursos em autores que pensaram a respeito da “produção do fracasso escolar” e sobre a produção de uma “*subjetividade do fracasso*” entre alunos, especialmente dentre alunos das classes populares.

Iniciarei por um conceito importante: o de *subjetividade*. De maneira simplificada, *subjetividade* é o *mundo interno* do indivíduo, seu espaço íntimo, a partir do qual ele se relaciona com o meio externo. Machado (no prelo), coloca que a *subjetividade* está relacionada com as maneiras de viver, de sentir, de agir e de pensar que vão sendo engendradas, dependendo das práticas, das relações de poder, das experiências e das ligações que as pessoas estabelecem.

A partir da afirmação de Machado sobre as *subjetividades* serem produzidas em determinado território existencial, é possível dizer que as características desse território são determinantes externos que vão criando marcas, muitas vezes profundas, na *subjetividade* dos indivíduos. Também a identidade vai sendo construída e moldada pelo contexto em que cada indivíduo está inserido.

⁹ No Capítulo V apresentarei discussão relativa a questão dos cursos, e sobre o que, de fato, parecem oferecer aos participantes.

Machado e Souza (1997) propõem que “pensemos no mundo como sendo uma matéria-viva se movimentando”. Para as autoras

Existe uma diversidade de tendências, afetos, desejos, com diferentes forças, sendo efetuados, realizando encontros que produzem efeitos. Esses afetos atravessam a matéria-viva, acontecem. [...] Eles não são monopólio do indivíduo, eles atravessam o ser. (p.36).

Enfim, segundo essas colocações, uma pessoa pode apresentar, em dado momento de sua vida, uma determinada tendência; ela pode *estar* com mais dificuldades em determinada atividade, por exemplo. Ela não é uma pessoa que sempre tem dificuldades mas, sim, que *está* com dificuldades *naquele* momento, talvez por estar sendo atravessada por certos afetos (está chateada por ter brigado com um familiar, está nervosa por medo de demissões que vêm ocorrendo na empresa onde trabalha...). Por vir apresentando certas dificuldades, pode ser que aconteça de seus colegas lhe atribuírem o estatuto de quem “é” lento, por exemplo. Isto é, havia uma *tendência* que nas relações foi cristalizada, tendo sido criado um personagem, “o” lento (em casos semelhantes, poderiam ser “o” excluído, “o” tímido, “o” aluno que não aprende, “o” preguiçoso, “o” inútil).

Segundo as autoras, esses personagens são resultados, objetivações, de uma série de práticas que, por sua vez, vêm sempre acompanhadas de subjetivações: “produz-se algo e produz-se o sujeito que entende este algo naturalmente” (Machado & Souza, 1997, p.37). Aquela pessoa que apresentava algumas dificuldades, pode ter interiorizado a crença de que “é” lenta; em meio a uma série de tendências, uma delas teria sido “capturada”.

Utilizando essa fundamentação, as autoras refletem criticamente sobre práticas educacionais, revelando que o próprio sistema de relações presente na escola pode criar e intensificar práticas de exclusão.

Patto (1990) coordenou pesquisa, já clássica, que teve como objeto de estudo o fracasso escolar. A partir da constatação do aumento expressivo no número de alunos que não obtêm sucesso em sua vida escolar, a autora faz questionamentos e busca respostas para este problema colocado, apontando para a necessidade de se entender o contexto histórico em que tal situação foi sendo produzida. Com suas análises, a autora desnaturaliza o fracasso escolar, apontando para a sua produção, diretamente relacionada ao contexto histórico e social. Segundo Souza (2006), este estudo de Patto revelou a existência de práticas e processos escolares que, por si só, seriam capazes de responder por grande parte das dificuldades de escolarização apresentadas, já que fomentariam a estigmatização de grupos de alunos considerados fracos, induziriam ao estabelecimento de profecias auto-realizadoras¹⁰, desrespeitariam os alunos, atingindo sua auto-imagem, dentre outras consequências.

Estou tratando desta questão, descrita a partir do contexto escolar, por entender que embora o conteúdo seja diferente do conteúdo deste trabalho (contexto da pobreza e exclusão social), há pontos em comum entre essas problemáticas. Afinal, as pessoas em situação de pobreza, ou aquelas designadas como excluídas sociais, não teriam sua subjetividade marcada profundamente por uma série de práticas e de relações muitas vezes humilhantes, degradantes, desrespeitosas, estigmatizantes? Não estariam sujeitas ao atravessamento de afetos que, a partir de relações historicamente determinadas, em suas dimensões

¹⁰ Rosenthal e Jacobson (1968) levantaram hipóteses referentes a possíveis consequências de expectativas de professores em relação a seus alunos. Realizaram, então, uma pesquisa onde os professores eram induzidos a pensar que alguns dos alunos eram mais adiantados na aprendizagem. O resultado disto foi que as expectativas funcionaram como “profecias auto-realizadoras”, já que as profecias iniciais tenderam a realizar-se. Este trabalho gerou, posteriormente, muitos outros, e foi muito importante para motivar pesquisas sobre as expectativas que ocorrem automaticamente, sem reflexão.

econômica, política, social e subjetiva, poderiam resultar em cristalizações de personagens como “o” incapaz, “o” que não tem direitos, “o” desempregado, “o” invisível, “o” assistido social, etc?

Em suma, talvez uma multideterminação de condições possa predispor as pessoas em questão nesta pesquisa a terem sua auto-imagem diminuída, a construir uma subjetividade de auto-fracasso, ocupando um lugar daquele que “não pode”, que “não é”?

Patto (1990) faz uma afirmação marcante: “A crença na incompetência das pessoas pobres é generalizada em nossa sociedade. Às vezes, nem mesmo os pesquisadores munidos de um referencial teórico-crítico estão livres dela” (pp.50-51). Estas crenças provavelmente implicam em determinadas práticas: de exclusão, de desvalorização, talvez até mesmo de menosprezo por parte dos outros, não-pobres. E uma pessoa que sofre as consequências de tais práticas por anos a fio, trará inevitavelmente marcas em sua identidade, introjetará de alguma forma este tratamento. Diversos estudos já demonstraram a “potência” das profecias auto-realizadoras; talvez algo parecido aconteça com pessoas em situação de pobreza, ou denominadas excluídas sociais, das quais muitas vezes pouco se espera. E, acreditando em seu pouco valor, que posições almejariam ocupar na sociedade, no mercado de trabalho? Esperam ter direito a quê?

Estas indagações me remetem a um relato de Weil (1979) que, ao utilizar um bonde, sentia que a qualquer momento alguém a mandaria descer, como se não fosse direito seu estar ali, mesmo tendo pago a passagem. Gonçalves F^o. (2007) reflete sobre esta passagem de Weil, apontando para a presença de um sentimento de não possuir direitos, sempre precedido pelo sentimento de vigilância (o sentimento de ordens, comandos ou reprimendas iminentes). Talvez, de maneira

análoga, as pessoas a que neste estudo me refiro tenham a sensação de não poder ocupar determinados espaços, mesmo quando convidadas.

Outros autores realizaram pesquisas e reflexões pertinentes à presente discussão. Gonçalves F⁰. (ibid., p.203) falou sobre aquilo que chamou de “sentimento de invisibilidade”, experimentado por pessoas das classes populares de nossa sociedade . Ele foi levado a pensar sobre a existência deste sentimento a partir de experiências vivenciadas e descritas por seus alunos de Psicologia numa disciplina de graduação, para os quais foi feita a proposta de experienciarem por um dia a prática de um trabalho subalterno¹¹.

Muitos desses alunos descreveram a sensação de não terem sido vistos pelas pessoas e, a partir destes relatos, o autor reflete sobre o conceito de “rostos”, de Emmanuel Levinás, que “seria a mistura do que ao mesmo tempo se oferece e se furta à percepção, imanente e transcendente, sensível e inapreensível. Para Gonçalves F⁰, “devemos pensar o humilhado como quem experimentou um bloqueio do rosto, ficou sem aparição e sem segredo. Desapareceu ou foi devassado por quem nele fixou os olhos como na máscara de um indivíduo abaixo e servil” (Ibid., p.205).

Citando novamente Weil, Gonçalves F⁰. (ibid., p.206) fala sobre o poder de um alguém influir sobre a percepção, sentimento e movimento de outros, poder este que desaparece nos governados, escravos, servos, criados, operários e funcionários. Com esta colocação, o autor nos assinala o peso advindo das relações

¹¹ Também passei por esta experiência, quando fui aluna da disciplina de psicologia social durante minha graduação. Na ocasião, tive um dia de trabalho como empacotadora em um supermercado, tendo, por vezes, me sentido “invisível”, sensação também descrita por diversos colegas.

radicalmente verticais e desiguais existentes em muitos tipos de trabalho (contemporâneos ou não).

A partir de tudo o que foi até aqui colocado e do que a realidade cotidiana nos mostra (acredito que mostra com veemência), afirmo que a “idéia de não valor”, uma vez introjetada, não é facilmente transformável; ela é inculcada na subjetividade do indivíduo, marcando-o profunda e longamente. Estas idéias, ou marcas, ou a “subjetividade do fracasso”, podem operar de forma a impedir que oportunidades sejam aproveitadas por toda uma vida.

E tais afirmações nos levam a um ponto importante: mesmo que um indivíduo esteja incluído socialmente (esteja, por exemplo, matriculado em dada instituição de ensino ou inserido no mercado de trabalho ou em determinado grupo social), ele pode ter a *sensação* de exclusão. Ou seja, estar *incluído* do ponto de vista sociológico não significa, necessariamente, que o indivíduo se *sinta* assim.

Para estes indivíduos, como será que, subjetivamente, se dá a contradição: “o outro diz que estou incluído, mas não é assim que me sinto” ? Um dos pontos que desde já pode ser colocado é que a inclusão pressupõe a existência de relações horizontais (o que não quer dizer que em um contexto de trabalho, ou familiar, não deva existir hierarquia - mesmo porque a hierarquia pode ser importante para a organização das relações), mas sim que não haja abuso de poder e de autoridade. A presença de relações horizontais pressupõe que todos os envolvidos tenham o direito de serem ouvidos em suas necessidades e que a cada um dos *diferentes* (seres humanos são sempre diferentes uns dos outros, em diversos aspectos) seja designado o *mesmo valor*. A injustiça e a exclusão se dão quando os diferentes são tratados com *valorações* diferentes.

A partir do que foi aqui colocado, e tendo em vista a complexidade dessa temática, como pensar em políticas públicas na área da Assistência Social? Como podem tais políticas levar em consideração a questão da afetividade, do sofrimento ético-político, das questões relacionadas à exclusão/inclusão?

Imbuída destes questionamentos, falarei sobre as políticas de Assistência Social brasileiras no Capítulo V.

III. TRABALHO

III. TRABALHO

1. Definições

O trabalho sempre teve lugar de destaque na história da humanidade, por se constituir na forma maior de dominação da natureza (Ribeiro, 2007).

Na perspectiva marxista, o trabalho pode ser entendido, de uma forma genérica, como a capacidade de transformar a natureza para atender às necessidades humanas (Marx, 1993). Sendo o homem parte constituinte da natureza, transformá-la significa transformar também a si próprio e, nesse sentido, o trabalho dá forma útil à existência e garante o reconhecimento do homem no mundo externo a ele (Ribeiro, 2007).

Hannah Arendt (1991) postula a existência de três dimensões para o trabalho: o labor [*labor*], a obra [*work*], e a ação [*action*]. Labor e obra estão no campo das atividades através das quais os homens renovam o ciclo natural da sua própria vida ou transformam os objetos naturais. Na tradição marxista, seriam atividades capazes de gerar consciência. Arendt discorda deste ponto, e vai buscar na Grécia, em particular na Atenas pré-socrática, uma concepção alternativa (Alvritzer, 2006). Arendt (1991) descreve o labor como “a atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano, cujo crescimento espontâneo, metabolismo, e eventual declínio estão ligados às necessidades vitais produzidas pelo trabalho para alimentar o processo da vida” (p.09). Afirma que o trabalho industrial modificara a própria natureza do trabalho, transformando-o em labor, uma categoria que define a atividade sem fim nem começo, infundavelmente repetitiva, e que chega a se confundir com o processo vital. Sua característica marcante é “nada

deixar atrás de si: o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido” (Ibid., p.98). Trata-se, portanto, de uma atividade que não deixa marcas duráveis.

Mello (1988) assinala que o labor é parte da condição humana; por ser uma resposta dos homens à necessidade, nenhum ser humano pode dele escapar. Entretanto, “uma vida dedicada inteiramente ao labor e ao consumo, uma vida dedicada ao corpo e às suas funções, é uma vida desligada do mundo, privada, dobrada sobre si mesma “(Ibid., p.18).

Já a obra é a atividade que corresponde à não naturalidade da existência do homem; ela produz um mundo artificial de objetos, nitidamente diferente do meio natural. É uma atividade que possui um começo preciso e um fim, determinando um objeto *durável* que não é consumido imediatamente e, sim, utilizado para fins que não são propriamente os da vida biológica (Arendt, 1991). Entretanto, o tipo de permanência que essas atividades produzem é uma questão a ser pensada; a obra produz objetos cuja durabilidade depende da ação humana. Uma cadeira sem uso, por exemplo, volta a ser apenas um pedaço de madeira. É a durabilidade fornecida às coisas do mundo que possibilitam a elas “uma relativa independência dos homens que as produziram e as utilizam e que fornecem a sua ‘objetividade” (Arendt, 1991, p.137).

Quanto à ação, trata-se da única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação dos objetos ou da matéria. Tal concepção encontra inspiração na busca ateniense pela imortalidade e pela permanência identificada com as atividades eminentemente políticas. “Nesse sentido, o que diferenciaria o labor e o trabalho, de um lado, e ação, do outro, seria a capacidade da ação de criar permanência” (Avritzer, 2006).

Uma ação, para Arendt (1991), corresponde ao início de algo inédito e singular, em que um homem se revela aos outros não sob a mediação da matéria, mas por meio de atos e palavras. Entre os antigos atenienses, a condição humana só se expressava exatamente

quando desenhava-se, entre os homens, um espaço de ação e palavra, de iniciativa e de conversa não econômicas (economia vem do grego *oikia*, “casa”, designando atividades, palavras e interesses domésticos)”. No âmbito da pólis ateniense, mesmo os problemas econômicos tornavam-se problemas políticos, porque o cidadão os enfrentava como problemas da cidade, problemas do outro e não como problemas de sua casa e de seus agregados (Gonçalves F^o,1997, pp.57-58)

Frochtengarten (2005) aponta para a importância, no âmbito da ação e da palavra, dos termos “iniciar” e “começar”, cujas origens remetem a *archein*, termo grego equivalente ao latino *agere* que, por sua vez, significa “imprimir movimento a alguma coisa”. Para os atenienses, o homem não é simplesmente um exemplar da sua espécie, ele apresenta uma singularidade, é um “iniciador”, capaz de instaurar processos inesperados, furar automatismos, abrir sistemas fechados, ultrapassar processos dados da natureza.

Assim, é possível concluir que na perspectiva apresentada, ação tem um significado diferente de trabalho, no sentido de labor ou de obra. Ação envolve reflexão e a superação dos automatismos do mundo, características especificamente humanas.

2. Transformações no mundo do trabalho

Sob a égide da lógica capitalista nos últimos séculos, o mundo tem assistido à transformação do trabalho humano em múltiplos aspectos. Tais mudanças, ocorridas desde as últimas décadas do século XX, incluem fenômenos como a globalização dos mercados, o aumento da competitividade entre países ou empresas, a reestruturação produtiva, as inovações tecnológicas e/ou sócio-organizacionais, a flexibilização das relações de trabalho, dentre outras (Tolfo & Piccinini, 2007).

As novas tecnologias vêm substituindo a mão-de-obra humana. Com isso, multidões de pessoas vêm sendo dispensadas de seus empregos. As relações centrais que definem nossa sociedade não são mais apenas a dominação e a exploração, pois são bem menos os que agora podem ser dominados ou explorados. As pessoas são simplesmente *excluídas* do trabalho, excluídas da produção. Nesse novo mundo que vem surgindo, grande parte delas não chega mais ao “mercado de trabalho”, ou, ao menos, a um *determinado* tipo de trabalho (Guareschi, 2002).

Guareschi fala em números: a exclusão é da ordem de bilhões de seres humanos. Para ele, não se pode falar apenas em “bolsões” de pobreza, quando esses bolsões se referem a cerca de 3,2 bilhões de pessoas, 60% da humanidade, que sobrevivem com uma média de 350 dólares por ano, sendo que a média mundial é equivalente a 4200 dólares por pessoa ao ano (Ibid., p.148).

Embora os processos de reestruturação produtiva e de flexibilização como bases para um novo mercado, venham acarretando na diminuição do trabalho formal associado ao emprego como modelo hegemônico (Ribeiro, 2007), simultaneamente

vem sendo observada uma tendência significativa que se caracteriza pelo aumento de um novo proletariado, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho precarizado. São os terceirizados, subcontratados, trabalhadores em tempo parcial, temporário, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global” (Antunes & Alves, 2004, p.337). E quanto mais o sistema tecnológico da automação e das novas formas de organização do trabalho avança, mais intensa também pode se tornar a alienação¹² dos trabalhadores em relação a seu próprio trabalho. Pensando na grande massa de *desempregados*, a alienação pode assumir formas diferenciadas, que variam “da *rejeição da vida social, do isolamento, da apatia e do silêncio (da maioria) até a violência e agressão diretas*” (Ibid., p.348, grifos dos autores).

Para alguns autores, como Offe (1989), o trabalho no capitalismo teria perdido o seu papel associativo e a proteção política, e, mais racionalizado e precarizado, teria deixado de se constituir em categoria sociológica chave. Por outro lado, há aqueles que, como Antunes (1999, 2004), Alves (2004) e Ribeiro (2004, 2007), reafirmam a centralidade do trabalho para a sociedade, ainda que sua concepção atual precise ser redimensionada. Esses autores assumem a posição de que o *emprego* teria, sim, perdido sua centralidade no mundo contemporâneo, mas não o *trabalho*, que permaneceria tendo uma função ontológica e básica para a existência humana.

Ribeiro (2007) cita colocações feitas por Gorz (1987), sobre a existência contemporânea de uma “não-classe de não-trabalhadores”, ou de “trabalhadores

¹² Em Marx (1993), encontramos a alienação como o processo pelo qual o trabalhador, desapropriado dos seus instrumentos de trabalho, se distancia do produto final a que sua força de trabalho se dirige. O trabalhador tem apenas os conhecimentos técnicos e restritos para realizar uma etapa particularizada do produto final. Assim há uma priorização da técnica em detrimento da consciência do reconhecimento daquilo que se faz.

provisoriamente empregados em uma tarefa indiferente”, fazendo a crítica de que Gorz nega uma ordem, mas não propõe uma nova, “já que a ordenação ainda se dá pela via do trabalho ou pela sua negação” (Ibid., p.79). Assim, a referência dessa não-classe de não-trabalhadores ainda seria o trabalho, “corroborando, portanto, a idéia de que ele ainda é a categoria central para a existência humana” (Ibid., p.80).

A concepção adotada por esses autores, de trabalho como categoria central para a existência humana, trata de trabalho como transformação da natureza de forma geral, independentemente de trazer permanência ou não. Além disso, como aponta Ribeiro (2004), a distinção entre os significados de trabalho proposta por Arendt nem sempre fica claramente delimitada na história do pensamento ocidental, já que comumente esses dois significados são englobados numa mesma atividade designada como trabalho.

Neste estudo, adoto a perspectiva de que o trabalho, em suas diversas formas, continua sendo fundamental para a existência e sociabilidade humana. Concordo com Ribeiro (2007), quando afirma que o trabalho tem um valor fundante para todos os indivíduos, e que a impossibilidade de laborar na construção do mundo, via trabalho, pode gerar rupturas psicossociais significativas; e com a colocação de Dejours (2003), de que o trabalho poder gerar a alienação, mas também poder ser “o mediador, insubstituível, da emancipação” (p.27).

3. Sentidos do trabalho¹³

Os primeiros estudos sobre o sentido do trabalho, segundo Tolfo e Piccinini (2007) são atribuídos a Hackman e Oldhan (1975), dois psicólogos que teriam relacionado a qualidade de vida no trabalho ao sentido atribuído pelo trabalhador ao *próprio* trabalho . Para tais autores, o *trabalho que tem sentido* é importante, útil e legítimo para aquele que o realiza, e apresenta três características fundamentais:

(a) a variedade de tarefas que possibilita a utilização de competências diversas, de forma que o trabalhador se identifique com a execução;

(b) um trabalho não-alienante, onde o trabalhador consegue identificar todo o processo – desde sua concepção até sua finalização – e perceber o significado de seu trabalho; [...]

(c) o retorno (*feedback*) sobre seu desempenho nas atividades realizadas, permitindo ao indivíduo que faça os ajustes necessários para melhorar sua performance (Tolfo & Piccinini, 2007, p.39).

É possível a afirmação de que grande parte dos trabalhos disponíveis na contemporaneidade parecem não apresentar tais características, especialmente os trabalhos precarizados, que mais de perto tocam os sujeitos focados nessa pesquisa.

A visão de totalidade do próprio trabalho, por exemplo, parece não existir em boa parte dos casos. A divisão do trabalho teria feito com que a maioria dos trabalhadores passasse a ignorar o sentido do seu trabalho, tanto em relação à sua tarefa individual, quanto ao sentido da tarefa coletiva. E com isso, “no choque entre um indivíduo, dotado de uma história personalizada, e a organização do trabalho,

¹³ Os conceitos de sentido e de significados aqui utilizados foram descritos no Capítulo I, item 5.2.7.

portadora de um caráter despersonalizante, emerge uma vivência e um sofrimento” (Tolfo & Piccinini, p.44).

Antunes (1999) destaca a relação entre sentido e trabalho na atual realidade social em uma perspectiva sociológica. Ele afirma a relação necessária entre uma vida cheia de sentido fora do trabalho, com uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não seria possível, segundo o autor, compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com satisfação, realização e pertença, que trazem sentido para a vida dos indivíduos; uma vida desprovida de sentido no trabalho seria incompatível com uma vida cheia de sentido fora dele.

O trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade. É valorizado tanto pelos defensores tradicionais do capitalismo quanto pelos marxistas, apesar das diferenças entre as duas perspectivas (Tolfo & Piccinini, 2007).

Em seu artigo, Tolfo & Piccinini (Ibid.) discutem resultados encontrados em pesquisas feitas em oito países, a respeito dos sentidos atribuídos ao trabalho, por sujeitos de escolaridade e ocupações variadas¹⁴. Embora tenham constatado diferenças e peculiaridades entre os grupos, eixos comuns parecem ter ocorrido entre alguns deles¹⁵. A partir de tais eixos, as autoras puderam falar em três dimensões de sentidos do trabalho: individual, organizacional e social.

De forma geral, na dimensão individual, o trabalho que faz sentido seria aquele que: permite identificação com os valores da pessoa, sabe-se por quê está sendo realizado, a pessoa sente-se valorizada, é prazeroso, possibilita

¹⁴ A definição de “sentido” utilizada pelas autoras é a mesma que apresentei no Capítulo I.

¹⁵ Parecem não terem sido pesquisados grupos onde o trabalho era precarizado; apenas um grupo onde o trabalho era insalubre. Em relação a tal grupo, entretanto, o artigo não deixa claro se apareceram os eixos comuns citados.

desenvolvimento e crescimento e garante retorno financeiro, dentre outras características. Na dimensão organizacional, seriam importantes fatores como: o trabalho não ser rotineiro, possibilitar a autonomia, permitir pensar e criar, permitir o contato com pessoas e desenvolver-se num ambiente agradável. Já na dimensão social, para fazer sentido o trabalho deveria, principalmente, contribuir para alguém e/ou para a sociedade.

Mas esses resultados seriam válidos quando se trata de extratos da população que se ocupam de trabalhos precarizados, insalubres, com baixa remuneração, e que exigem pouca qualificação profissional?

Vale então citar especificamente uma das pesquisas referidas pelas autoras, realizada por D'acri (2003), com empregados de uma indústria têxtil de amianto no Rio de Janeiro. Segundo a pesquisa, mesmo tratando-se de atividade extremamente insalubre, os trabalhadores encontram sentido em seu trabalho:

Com base na fala dos trabalhadores, mesmo sob más condições de trabalho, incluindo sofrimento, esforço e dor, existe a alegria da realização, da criação de um fazer humano e do sentimento de participação no mundo. A autora afirma ainda que, mesmo em um trabalho alienado, há espaço para que o indivíduo encontre sentido na execução de suas atividades. Os operários sentem-se importantes como pessoas e por ajudar a família, apesar de que muitos fazem referência ao trabalho apenas pelo aspecto econômico. Outros, no entanto, demonstraram uma acentuada preocupação com a autonomia econômica que influencia a forma como atuam na construção da vida da própria família. No que diz respeito ao sentido do trabalho, exaltaram experiências com a realização das atividades; as formas como solucionavam as dúvidas ou problemas; o insucesso com as tarefas prescritas, das quais não participavam; a inovação e a criatividade para atender à execução do trabalho (Tolfo & Piccinini, 2007, p.43)

Para as autoras, os resultados encontrados nas pesquisas confirmaram que o trabalho permanece sendo central, do ponto de vista sociológico e psicológico, para os trabalhadores, tanto para aqueles que desenvolvem atividades mais intelectualizadas, quanto entre aqueles sujeitos a atividades insalubres (Tolfo & Piccinini, 2007).

Assim, talvez seja possível afirmar que, ao menos na dimensão individual, as pessoas que trabalham sempre atribuem um sentido ao seu trabalho. Porém, vale lembrar a ressalva de que não foram pesquisados grupos de trabalhadores ocupados com trabalhos precarizados.

Outra pesquisa que merece destaque foi realizada com pessoas de escolaridade superior, na qual o fator financeiro foi citado, mas com pouca ênfase, sendo considerado apenas como complementar e não essencial para que o trabalho fizesse sentido. Em contrapartida, tal grupo considerou que um trabalho que vai contra os valores pessoais, que não possibilita crescimento e em que o indivíduo não é reconhecido e valorizado, é um trabalho sem sentido.

Mello encontrou resultados diferentes em sua pesquisa com mulheres moradoras da periferia da cidade de São Paulo, que trabalhavam como empregadas domésticas, tendo observado a centralidade da questão do salário entre as entrevistadas. A partir dos depoimentos colhidos, a pesquisadora afirma que

[...] o salário é a única relação significativa com o trabalho, que, em si mesmo, não tem gosto ou cor. Há sempre e radicalmente uma troca de certa quantidade de esforço por certa quantidade de dinheiro. Como e onde quer que trabalhem fora do lar, elas são objetivas na sua apreciação do trabalho. Essa objetividade é o salário. O salário e a consciência de ganhar o direito à vida com a labuta dão forma ao conteúdo possível da consciência de classe – aquela que deve afastar com o trabalho de cada dia o espectro da fome no dia seguinte.

O salário é, sem dúvida, a única finalidade do trabalho, e a única relação que podem estabelecer com ele. É o trabalho abstrato: não traz em si nenhuma das características que Simone Weil deseja que o trabalho manual assuma: inteligibilidade, compreensão da sua relação com o todo, importância do trabalho para o próprio trabalhador, não pelo produto final, mas em si. (Mello, 1988, p.179)

4. Formação para o trabalho

Segundo Batista (2008), a partir das mudanças profundas que vêm atingindo o mundo do trabalho nas últimas décadas, vem se configurando no Brasil uma ideologia da nova educação profissional, presente em diversos documentos oficiais, e que tem na noção de competências e de empregabilidade sua retórica principal. Tal visão aponta para a centralidade da educação dos indivíduos, sobretudo porque à educação caberia a formação da força de trabalho, desenvolvendo as “competências” para atender às necessidades do mercado.

No Brasil essa ideologia apresenta as denominadas competências como requisitos exigidos da força de trabalho como uma espécie de “consenso nacional”, que faz com que a formação para o trabalho exija níveis cada vez maiores de educação básica, não se limitando à aprendizagem de algumas habilidades técnicas. Tal formação pode inclusive se dar em cursos de curta duração voltados para a adaptação do trabalhador às oportunidades do mercado, desde que associados à promoção de níveis crescentes de escolarização regular; além disso, deve constituir-se num processo de educação continuada, que perpassa toda a vida do trabalhador (Batista, 2008).

Essa ideologia parece estar de tal forma engendrada na sociedade contemporânea, que assistimos à preocupação freqüente e incessante (talvez possamos chamar de panacéia) entre grande parte das pessoas, sejam elas de quaisquer classes sociais, com cursos, capacitações, “reciclagens” e certificações.

A partir destas colocações, muito poderia ser dito e pensado; questões relativas aos próprios cursos oferecidos em todo o país, sejam eles superiores,

técnicos, ou de quaisquer outras modalidades, e suas origens históricas, seus sentidos sociais, etc. Mas talvez isso extrapolasse os objetivos desse trabalho.

Os cursos oferecidos no CRAS¹⁶, aos quais me refiro nessa pesquisa, embora estejam inseridos em um contexto mais amplo - tal qual citado anteriormente-, possuem uma característica peculiar: são oferecidos no campo específico da Política de Assistência Social. Assim, a discussão a respeito de tais cursos virá no Capítulo V, o qual se refere a tal campo.

¹⁶ A descrição dos cursos oferecidos pelo CRAS em que foi realizada esta pesquisa, será feita no Capítulo V.

IV. QUESTÕES RELATIVAS À MULHER E AO TRABALHO

IV. QUESTÕES RELATIVAS À MULHER E AO TRABALHO

1. Mulher

Não poderia, nesse trabalho, furtar-me a discutir, ainda que brevemente, questões relativas ao feminino e à relação do feminino com o trabalho. Tais questões permearão esse trabalho de maneira significativa, dado que vivemos em uma sociedade em que um sistema de práticas sociais constitui relações de desigualdade com base nas diferenças de gênero. Isso acarreta que, em determinados contextos, a própria questão de gênero pode ser um fator de exclusão. Assim, não é desprezível o fato de entrevistadas nesse trabalho serem do sexo feminino.

Por ser tema muito abrangente e que abarca diversas dimensões, limitar-me-ei a uma apresentação que considero suficiente para contextualizar o que será posteriormente tratado. Apresentarei informações gerais sobre a situação da mulher no Brasil e no mundo hoje, e depois tratarei especificamente da questão do lugar da mulher nas famílias brasileiras pobres.

1.1 Questões gerais sobre a mulher na contemporaneidade

Estudos e reflexões sobre a mulher não são recentes; Martin-Gamero (1975) compilou vasta bibliografia de filósofos, teólogos, pedagogos, médicos e juristas, que desde o século XVI vinham contemplando as mais diversificadas abordagens da "questão feminina". No entanto, foi com o movimento feminista da segunda metade do século XX, que a especificidade da opressão da mulher em todas as esferas da vida, tanto pública quanto privada, foi denunciada; passaram a ser questionadas a

discriminação, os tabus e os preconceitos que pesam sobre a mulher, além de terem sido buscadas as raízes das práticas que as mantêm sob o domínio masculino (Holzmann, 2000).

Vale lembrar que a *Declaração Universal dos Direitos dos Homens* (atual *Declaração Universal dos Direitos Humanos*), promulgada em 1948, introduziu discussões importantes no contexto internacional e provocou impacto nas Constituições de diversos países. Entretanto, naquele momento histórico as mulheres tinham direito a voto em apenas 31 países e eram tratadas como pessoas de "segunda classe" em quase todo o mundo. Além disso, a própria *Declaração*, escrita no masculino, reforçava a posição inferior das mulheres e sua falta de poder, bem como a conotação evidente de que existiam direitos para os homens, mas não para a totalidade da humanidade. (Azambuja & Nogueira, 2008).

No Brasil, a atuação do movimento feminista e de mulheres foi determinante em diversos aspectos, entre eles no processo de revisão do texto constitucional. Na Constituição Federal de 1988, o Artigo 5º afirma que todos os homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Além disso, desde meados da década de 1970 e, principalmente, da década de 1990, o país passou a participar de diversas conferências no âmbito das Nações Unidas, e assumiu compromissos no sentido de assegurar os direitos humanos das mulheres. Vale dizer também que em 2003, o novo Código Civil finalmente eliminou todas as discriminações legais contra as mulheres que ainda vigoravam e, em 2005, a lei penal eliminou a possibilidade de impunidade do agressor sexual que se casasse com sua vítima, retirou do rol de criminalidades o adultério que servia para justificar as maiores atrocidades em nome da "defesa da honra" - e eliminou a expressão discriminatória "mulher honesta", até

então presente na definição de vítima de alguns crimes sexuais. Em 2006 foi promulgada a Lei Maria da Penha que, destinada especificamente à violência doméstica e familiar e reconhecendo-a como uma violação dos direitos humanos, define uma política pública articulada, destinada à segurança das mulheres (Azambuja & Nogueira, 2008).

O movimento feminista também “invadiu” os meios acadêmicos, tendo sido decisivo para tornar visíveis os mecanismos que asseguravam a reprodução da subordinação da mulher na família e na sociedade, mesmo no contexto da moderna sociedade urbano-industrial, na qual “grandes avanços já foram conquistados na desmitificação de uma suposta "essência feminina" e da naturalização da condição subordinada da mulher” (Holzmann, 2000)

Porém, apesar dos inegáveis avanços, ainda há muito para se refletir e avançar. Azambuja e Nogueira (2008) lembram que ainda hoje

[...] a maior parte dos pobres do mundo são mulheres; a maior parte dos analfabetos são mulheres; a maior parte dos crimes sexuais são praticados contra mulheres; as mulheres e jovens são a maior parte das pessoas traficadas e exploradas sexualmente; quem mais sofre as conseqüências da falta de assistência e de cuidado na saúde sexual e reprodutiva são as mulheres e as adolescentes e, por fim, a maior parte dos refugiados e deslocados em situações de guerra e conflitos armados, externos e internos, são as mulheres e suas crianças (Azambuja & Nogueira, 2008, p.05).

Holzmann (2000) aponta para a importância de considerar que as relações sociais entre homens e mulheres são historicamente transformáveis, o que permite desnaturalizar uma série de fenômenos históricos e superar a abordagem limitadora

da consideração estritamente biológica como fundamento das *diferenças* entre homens e mulheres. Assim, tais diferenças podem ser interpretadas como *desigualdades*, enraizadas nas concepções e práticas culturais do que é definido como "ser homem" e "ser mulher" em cada contexto particular, e por isso, passíveis de diferentes configurações e conteúdos concretos e simbólicos.

Porém, apesar desse amplo leque de configurações, há um dado que pode ser considerado universal, segundo a autora: o de que as funções prioritárias da mulher são sua dedicação à esfera doméstica e o desempenho de tarefas que assegurem a manutenção e a reprodução do grupo familiar, sendo o conteúdo do trabalho doméstico diferenciado em cada contexto sociocultural.

1.2. Alguns dados sobre a mulher brasileira hoje

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD-, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE-, traz periodicamente dados gerais sobre a população brasileira, além de informações a respeito de temas como migração, educação, trabalho, família, domicílios e rendimento.

Tais pesquisas têm mostrado que a família brasileira vem passando por transformações ao longo do tempo. Apresentarei algumas dessas mudanças.

1.2.1 Mulheres participando mais da provisão familiar

Segundo dados da PNAD 2002, em um período de 22 anos (1980/2002), a participação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho quase triplicou, passando de 20 para 56%. Na década de 90, com a acentuação das transformações da economia sob o processo de reestruturação produtiva e o baixo ritmo de

crescimento, as estatísticas oficiais registraram um aumento na precarização dos vínculos contratuais e na instabilidade no emprego, com a conseqüente queda do rendimento proveniente do trabalho e da renda familiar *per capita*. Isto teve efeito no interior das famílias, ocasionando rearranjos de inserção de seus componentes no mercado, nem sempre com a possibilidade de manter os rendimentos familiares em seus níveis anteriores (Montali, 2006).

Durante esse processo de reestruturação produtiva, os componentes da família que apresentavam maior disponibilidade para o mercado de trabalho (chefes masculinos, filhos e filhas adultos) – evidenciada pelas taxas de participação e de ocupação mais elevadas – e que apresentavam também melhor qualidade de inserção – indicada por ocupações "regulamentadas" e protegidas pela legislação trabalhista -, foram os que sofreram maior impacto. Nesse período, as cônjuges e chefes femininas, caracterizadas por um padrão de inserção marcado por ocupações precárias, passaram a ter maior peso entre os ocupados da família. Apesar do freqüente baixo rendimento, sua crescente participação na composição da renda familiar tem reduzido o impacto do empobrecimento de suas famílias, quando comparadas às famílias das não-ocupadas (Ibid.).

Segundo a mesma autora, alguns estudos recentes, que também apontam na direção de maior participação das cônjuges na provisão familiar, têm evidenciado as resistências a tais mudanças nas relações de poder internas à família. Embora presentes nas diversas situações sociais, tais resistências têm se explicitado de forma mais clara nas famílias de baixa renda, nas quais, apesar das evidências na mudança do padrão de provisão, a autoridade masculina é reivindicada como prerrogativa, gerando conflitos, violência doméstica e alcoolismo masculino.

Essa tendência de redução da participação do chefe entre os ocupados da família e de crescimento da importância dos demais componentes da família na renda familiar, já começava a ser apontada por estudos sobre os anos 80. Porém, só a partir da década de 90 foi possível detectar o estabelecimento de um novo padrão familiar de inserção no mercado de trabalho, no qual, cada vez mais, a mulher-cônjuge assume o papel de co-provedora (Ibid.).

1.2.2 Aumento do número de mulheres chefes-de-domicílio

Os dados da PNAD 2002 mostram que outra das mudanças que vêm ocorrendo na família brasileira refere-se à pessoa de referência da família. Em dez anos, houve um crescimento de 30% da participação da mulher como pessoa de referência da família. Em 1992, elas eram referência para aproximadamente 22% das famílias brasileiras, e em 2002, passaram a ser referência para próximo de 29% delas. Esta tendência de crescimento ocorreu de forma diferente entre as regiões do País e foi mais acentuada nas regiões metropolitanas.

A análise dos tipos de arranjo familiar mostrou que os homens 'chefes' estão mais presentes em famílias formadas por casais com ou sem filhos (acima de 85% das famílias). Já a proporção de mulheres consideradas responsáveis em famílias do tipo "casal com filhos" variava, em 2002, de 7,7% (entre as mulheres brancas) e 12% (entre as negras). Já nas famílias monoparentais com filhos, a pesquisa mostra que as mulheres são preponderantes como responsáveis em aproximadamente 60% dos casos. As mulheres também estão mais presentes em famílias unipessoais, sendo mais numerosas entre as brancas (22,5% em comparação a 12,6% de negras). Fonte: PNAD 2002.

Segundo Comunicação Social do IBGE do ano de 2002, nas regiões Sudeste e Nordeste encontra-se o maior número de mulheres responsáveis por

domicílios. Coerentes com a distribuição geográfica da população, essas proporções, além de refletirem fenômenos culturais, refletem também a intensidade da migração nordestina masculina das últimas décadas e a alta frequência de dissoluções conjugais nas camadas mais pobres da população (www.ibge.gov.br).

Um terço das mulheres responsáveis pelos domicílios tem mais de 60 anos, sendo a maior parte, viúvas. Mas a faixa etária que vai de 30 a 50 anos provavelmente inclui mais mulheres com casamentos dissolvidos. Segundo os dados mais recentes do Registro Civil, 60% das dissoluções conjugais ocorrem justamente nesta faixa etária. No outro extremo está o alto índice de mulheres (27,4%) de 15 a 19 anos responsáveis por domicílios. A proporção de mulheres neste grupo é bastante elevada em relação às outras faixas etárias. Basta dizer que, na faixa dos 20 aos 29 anos, a taxa é menor (16,6%). Por isso, pode-se concluir que, no primeiro grupo etário há muitas jovens mães solteiras e arrimo de família, principalmente em áreas mais pobres (Comunicação Social do IBGE, 2002).

Sarti (2003), apoiada na literatura sobre famílias pobres no Brasil, aponta para a relação entre pobreza e chefia feminina; ela confirma a possibilidade de se estabelecer uma relação entre as condições socioeconômicas e a estabilidade familiar, o que significa dizer que “as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente” (p.66). A autora assinala a existência de pesquisas que indicam haver, em grupos de operários economicamente mais estáveis, maior possibilidade de realização do padrão de complementaridade de papéis sexuais no núcleo doméstico, o que seria um fator que tornaria mais improvável a dissolução desse casamento.

Já a vulnerabilidade da família pobre, quando centrada no pai/provedor, ajudaria a explicar a frequência de rupturas conjugais, diante de tantas expectativas

não cumpridas, para o homem, que se sente *fracassado*, e para a mulher, que vê rolar por água abaixo suas chances de *ter alguma coisa* através do projeto do casamento (Sarti, 2003).

Segundo Comunicação Social do IBGE (2002), o aumento do número de domicílios cujos responsáveis são mulheres é um fenômeno tipicamente urbano: mais de 90% dos casos estão em cidades, enquanto aproximadamente 8% estão nas zonas rurais. Outro dado notável é que nas capitais, a proporção de mulheres responsáveis por domicílios é bem maior do que a média nacional (em alguns casos, uma das possíveis causas principais seria a maior expectativa de vida feminina nessas capitais).

1.2.3 Preferência dos programas sociais em pagar benefícios às mulheres

Encontramos na Política de Assistência Social a indicação de relação entre famílias chefiadas por mulheres e maiores índices de vulnerabilidade social. Tal relação acarreta na prioridade de inclusão dessas famílias nos atuais programas do governo de transferência de renda do governo.

Outra questão que vale ser colocada é a preferência desses programas em pagar os benefícios diretamente às mulheres. Segundo IBAM e UNICARIOCA (2008), o Bolsa Família, apesar de identificar o alvo da sua ação na família, reconhece e reforça a importância do papel da mulher:

[...] ela é a responsável legal e preferencial para o recebimento dos benefícios, situação que está presente em 97% das famílias atendidas pelo PBF. Estudos mostram que as mulheres administram melhor os recursos financeiros em proveito de toda a família. Elas fazem as melhores escolhas

sobre onde e em que aplicar os recursos, de forma que toda a família possa ser beneficiada (IBAM & UNICARIOCA, 2008).

Essa mesma fonte nos informa, com base em pesquisas realizadas pelo MDS, que o fato de receber e administrar os recursos tem feito com que as mulheres tenham fortalecido seu papel na família e na sua comunidade.

1.3 Famílias pobres e o lugar da mulher

1.3.1 Divisão de papéis: homem=chefe da família, mulher=chefe da casa

Segundo Samara (2002), a designação legal do homem como chefe de família já ocorria no velho Código Filipino, compilado em Portugal em 1603. A autora afirma que a legislação posterior continuou reforçando o privilégio masculino e que, em 1916, o Código Civil brasileiro reconheceu e legitimou a supremacia masculina, limitando o acesso feminino ao emprego e à propriedade. As mulheres casadas eram, então, legalmente incapacitadas e apenas na ausência do marido poderiam assumir a liderança da família.

Em se tratando de famílias pobres na contemporaneidade, e buscando fundamentação nos escritos de Sarti (2003), é possível dizer que há, nas regras implícitas na convivência cotidiana, a demarcação da hierarquia familiar, reafirmando as fronteiras entre o masculino e o feminino e atribuindo ao homem um lugar de autoridade que ele, trabalhador e pobre, não encontra no mundo da rua.

A autora assinala a existência de um padrão ideal na divisão dos papéis femininos e masculinos na organização familiar, no qual cabe ao homem o lugar de “pai de família”, que pressupõe o papel de prover teto, alimento e autoridade. E para constituir uma “boa” autoridade, digna da obediência dos outros membros da família,

não basta a ele “*botar comida dentro de casa e falar que manda. Para mandar, tem que ter caráter, moral. [...] o ganho e a honra mesclam-se para compor a autoridade paterna*” (Sarti, 2003, p.63, grifos do autor). Segundo a autora, numa relação complementar, o papel de dona-de-casa é para as mulheres fonte de igual sentimento de dignidade pessoal.

Ela afirma que

O fato de o homem ser identificado com a figura de autoridade, no entanto, não significa que a mulher seja privada de autoridade. Existe uma divisão complementar de autoridades entre o homem e a mulher na família que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. Casa e família, como mulher e homem, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família (p.63).

Em consonância com a precedência descrita, do homem sobre a mulher e da família sobre a casa, o homem é considerado o *chefe da família* e a mulher a *chefe da casa*. Tal divisão complementar permite a realização das diferentes funções da autoridade na família. O homem, especificamente, corporifica a idéia de autoridade, fazendo a mediação da família com o mundo externo; ele é o responsável pela respeitabilidade familiar. À mulher cabe outra importante dimensão da autoridade: manter a unidade do grupo. Ela cuida de todos e zela para que as coisas estejam no lugar. “É a *patroa*, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho” (Sarti, 2003, p.64).

Assim, a distribuição da autoridade familiar fundamenta-se nos diferentes papéis do homem e da mulher. A autoridade feminina vincula-se também à valorização da mãe, num universo simbólico em que o que faz da mulher mulher, é a

maternidade. Outro ponto importante da autoridade feminina, atribuição de seu papel de dona-de-casa é o controle do dinheiro.

A partir de suas pesquisas, Mello (1988) observa que os papéis tradicionais de homem e mulher são formalmente marcados e mantidos.

As prerrogativas da masculinidade, como a chefia da família e o poder de decisão sobre todos os seus membros, são indiscutíveis, mesmo quando a mulher contribui com porção substancial da renda familiar. O trabalho feminino, absolutamente necessário à sobrevivência do grupo, é “consentido” pelo marido. São deixadas à mulher as decisões “menores” relativas à escola das crianças, às doenças, à obtenção dos alimentos e assim por diante. [...] As mulheres, muitas vezes, descansam trabalhando, pondo em ordem a casa para poderem retomar o emprego na segunda-feira (p.117).

Sarti coloca que a vulnerabilidade da mulher está em ter sua relação com o mundo externo mediada pelo homem,

o que a fragiliza em face deste mundo que, por sua vez, reproduz e reitera as diferenciações sexuais, o *status* central do homem na família, como trabalhador/provedor, torna-o também vulnerável, porque o faz dependente de condições externas cujas determinações escapam a seu controle. Este fato torna-se particularmente grave no caso da população pobre, exposta à instabilidade estrutural do mercado de trabalho que a absorve (p.67).

Segundo Sarti, as dificuldades enfrentadas para a realização dos papéis familiares no núcleo conjugal, diante de uniões instáveis e empregos incertos, pode levar ao desencadeamento de arranjos que envolvem a rede de parentesco como um todo. Com isso, as figuras masculinas e femininas podem não ser necessariamente depositadas no par pai/marido e mãe/esposa, e sim serem

transferidas para outros membros da rede familiar, reproduzindo esta estrutura hierárquica (Sarti, 2003).

1.3.2 *Deslocamentos das figuras masculina e feminina*

Apresentei anteriormente dados que mostram o crescimento do número famílias onde as mulheres vêm atuando como co-provedoras, e também daquelas onde as mulheres são as responsáveis pela provisão familiar. Para Sarti, nos casos onde as mulheres são chefes de domicílio, o papel masculino de provedor pode ser assumido por elas, sem que isso se configure em um problema, já que as mulheres estão acostumadas a trabalhar, sobretudo *quando tem precisão*. Entretanto, poderá ser sentida a falta, pela família como um todo, da figura de autoridade, usualmente atrelada à figura masculina e, a partir disso, acontecer uma busca da substituição de tal figura de autoridade em outros homens da rede familiar.

A autora aponta que é comum que mulheres que sustentam economicamente suas unidades domésticas, continuem designando, em algum nível, um “chefe” masculino. Isso significa que, mesmo nos casos em que assumem o papel de provedora, podem não ocorrer alterações na identificação do homem com a autoridade moral, o que confere respeitabilidade à família. Sarti afirma que os freqüentes casos de separação e a freqüente ocorrência de gravidez entre as adolescentes – cujo filho tende a ficar na casa dos avós – levam a uma divisão dos papéis masculinos e femininos entre diversos homens e mulheres na rede familiar, deixando de se concentrar no núcleo conjugal.

Ainda, a sobrevivência dos grupos domésticos onde as mulheres são chefes de família é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas.

Da mesma forma como acontece o deslocamento dos papéis masculinos, os papéis femininos, na impossibilidade de serem exercidos pela mãe, são transferidos para outras mulheres, de fora ou de dentro da unidade doméstica.

A autora conclui que não é, portanto, necessariamente o controle dos recursos internos do grupo doméstico que fundamenta a autoridade do homem, mas sim seu papel de intermediário entre a família e o mundo externo, em seu papel de guardião da responsabilidade familiar.

O papel fundamental da mulher na casa dá-se, portanto, dentro de uma estrutura familiar em que o homem é essencial para a própria concepção do que é a família, porque a família é pensada como uma ordem moral, onde o homem representa a autoridade. Mesmo quando ele não provê a família, sua presença “desnecessária” continua necessária”. (p.70)

2. Mulher e trabalho

O objetivo do presente trabalho está relacionado com a questão da participação de mulheres em cursos que, de alguma forma, oferecem uma preparação para o trabalho. Assim, é essencial que a questão do trabalho feminino seja aqui abordada. É uma temática ampla, e selecionei alguns pontos para discussão.

Começo com a questão da distinção de gênero nos estudos sobre trabalho. Holzmann (2000) coloca que até um passado recente, os estudos sobre as condições de trabalho e de produção haviam privilegiado particularmente as relações e conflitos entre capital e trabalho, sem distinção de gênero. Porém, estudos acadêmicos realizados a partir da especificidade da problemática feminina demonstraram que a classe operária não é um coletivo assexuado em que homens e mulheres são indistintamente oprimidos e explorados pelo capital. Segundo a autora

a abordagem da classe trabalhadora como portadora de atributos sexuais distintos permitiu revelar a articulação capitalismo/patriarcalismo, que assegura, simultaneamente, a sobreexploração da mulher pelo capital e sua subordinação ao poder masculino, reproduzido na família e na sociedade (Ibid., p.02).

2.1 Inserção da mulher no mercado de trabalho

O crescente ingresso das mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno de abrangência quase universal. No Brasil, a proporção da população feminina na PEA brasileira (população economicamente ativa) era de 14,6% em 1950, tendo

elevado-se para 20,9% em 1970 e alcançado 40,4% em 1997 (Fonte: IBGE, 1999). Esse aumento significativo da população feminina integrada ao mercado de trabalho também foi observado em grande parte dos países do mundo (Holzmann, 2000).

O trabalho da mulher fora do âmbito doméstico, executado em troca de salário, chegou a ser considerado como um fenômeno passageiro, provocado por fatores conjunturais, os quais, quando superados, restabeleceriam a natural divisão do trabalho entre homens e mulheres. Porém, tal hipótese não foi confirmada, e a persistente tendência de aumento do número de mulheres integradas ao mercado de trabalho permite considerá-la como um fato irreversível (Ibid.)

Apesar disso, em praticamente todos os países do mundo o trabalho feminino vem apresentando desigualdades em relação ao masculino, e tal fato tem despertado um grande esforço de investigação e interpretação tanto na literatura econômica quanto na sociológica (Santos, 2008). A inserção das mulheres vem ocorrendo predominantemente em situação periférica, em ocupações mal remuneradas, banalizadas pela fragmentação das tarefas ou pela automação, ou sob condições de desregulamentação das relações de trabalho (Holzmann, 2000). Nos primeiros anos do novo milênio, parcela significativa do contingente de trabalhadoras brasileiras apresentava como lugares privilegiados as atividades informais, não remuneradas e o trabalho doméstico (www.fcc.org.br/mulher/serieshistoricas)

Segundo dados do IBGE (2002), um dado expressivo é o de que no ano de 2002, entre as trabalhadoras domésticas, 75% não possuíam carteira de trabalho e 94% ganhavam até 2 salários mínimos. Havia, segundo a pesquisa, importantes variações regionais nesse perfil; no que se refere à de carteira de trabalho, nas

regiões Sudeste e Sul, 68% não possuíam carteira de trabalho; no Norte a proporção era bem maior atingindo 90%; no Nordeste 88% e no Centro-oeste, 80%.

Algo importante a ser observado é que há alguns anos, Institutos de Pesquisa, tal como o IBGE, passaram a adotar um conceito de trabalho ampliado, o que acabou por se refletir, particularmente, nas taxas de atividade feminina. O aumento dessa participação no mercado de trabalho formal é um processo que, ao longo do século XX, vinha se acentuando, mas a inserção nos setores informais e o trabalho domiciliar não eram, até então, contabilizados; nos dados gerais referentes às profissões nos censos brasileiros, muitas trabalhadoras, por estarem no mercado informal ou domiciliar, apareciam sem profissão (Samara, 2002).

Outro ponto essencial a ser ressaltado é o fato de o trabalho das mulheres não depender apenas da demanda do mercado e das suas qualificações para atendê-la, mas também de uma articulação complexa de características pessoais e familiares. A presença de filhos, associada ao ciclo de vida das trabalhadoras, à sua posição no grupo familiar - como cônjuge, ou chefe de família, por exemplo -, à necessidade de prover ou complementar o sustento do lar, são fatores que estão sempre presentes nas decisões das mulheres de ingressar ou permanecer no mercado de trabalho (www.fcc.org.br/mulher/serieshistoricas). Para Samara (2002), historicamente muitas mulheres têm buscado formas de trabalho remunerado que possam ser associadas às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos.

2.2 Desigualdades em relação à inserção de trabalhadores do sexo masculino

A expansão do trabalho feminino tem enfrentado um movimento inverso quando se trata da divisão sexual do trabalho e da temática salarial, na qual os

níveis de remuneração das mulheres são em média inferiores àqueles recebidos pelos homens, o mesmo ocorrendo com relação aos direitos sociais e trabalhistas (Antunes & Alves, 2004).

2.2.1 Desigualdade salarial

A maior autonomia das mulheres não tem se traduzido, necessariamente, em igualdade de renda em relação aos homens. Ainda assim, tal desigualdade parece vir paulatinamente diminuindo. Segundo dados do IBGE (2000), em 1991, a renda das mulheres equivalia a 63,1% da dos homens. Já em 2000, esta relação havia atingido 71,5%.

O fato de as trabalhadoras disporem de credenciais de escolaridade superiores aos seus colegas de trabalho, entretanto, não tem se revertido em ganhos semelhantes, pois os dados deixam claro que homens e mulheres com igual escolaridade obtêm rendimentos diferentes. O nível de ganhos dos brasileiros é reconhecidamente baixo e as mulheres brasileiras - como as mulheres de todo o mundo - ganham ainda menos do que os homens. (www.fcc.org.br/mulher/serieshistoricas.com.br)

2.2.2 Desigualdade ocupacional

O Relatório Global sobre Discriminação no Mercado de Trabalho (2003), elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), expressa que no Brasil homens e mulheres tendem a trabalhar em setores diferentes da economia. Tal segregação ocupacional aparece também em novas áreas de trabalho relacionadas às tecnologias e à comunicação, o que aponta para a persistência e reprodução de

uma segregação ocupacional por gênero (Cambota & Pontes, 2007). Vale dizer que dados do IBGE de 2002 mostraram que 17,4% das trabalhadoras prestavam serviços domésticos, enquanto para os homens essa proporção era de apenas 1%.

A setorização de atividades por gênero não é algo recente. Nos séculos anteriores, a maioria das mulheres trabalhadoras aparecia nas chamadas atividades femininas tradicionais, marginais ao processo de produção e sendo remuneradas abaixo do padrão de pagamento masculino, na mesma função. O Primeiro Censo Geral do Brasil, realizado no Império em 1872, mostra que predominavam entre as mulheres trabalhadoras, as lavradoras, as costureiras e as que faziam os serviços domésticos (Samara, 2002).

No início do século XX, mulheres profissionais foram aos poucos ocupando alguns outros espaços, passando a frequentar, por exemplo, cursos superiores; no entanto, tal fato restringia-se às mulheres da elite e das classes médias urbanas e, ainda assim, era algo escasso e restrito a algumas poucas áreas (Samara, 2002).

Estudos sobre a estrutura ocupacional realizados em diversos países, também têm mostrado a concentração de mulheres em algumas categorias ocupacionais, constituindo o que se poderia chamar *guetos femininos* no mercado de trabalho. Além disso, estudos de categorias profissionais ou que tomam como objeto um determinado local de trabalho revelam também uma forma de segregação vertical, apontando para a concentração da mão-de-obra feminina nos níveis mais baixos da hierarquia técnica, funcional e salarial na estrutura das empresas ou nas categorias ocupacionais (Holzmann, 2000).

2.3 A mulher pobre e o trabalho

Após ter discutido questões sobre trabalho no capítulo anterior, apresentei, nesse capítulo, pontos relativos a algumas especificidades do trabalho feminino. A seguir, mais uma variável será levada em conta: a questão do trabalho da *mulher pobre*.

2.3.1 Trabalho não abala os fundamentos patriarcais da família

Sarti (2003) defende a idéia de que o trabalho da mulher pobre não abala os fundamentos patriarcais da família, não muda o lugar de autoridade do homem, e não configura, necessariamente, um meio de afirmação individual para a mulher. A autora chama a atenção para o equívoco que se pode cometer, ao uniformizar o trabalho feminino remunerado como afirmação de individualidade feminina. Afirma que

O trabalho pode trazer também à mulher a satisfação de ter algum dinheirinho seu, parco que seja, afirmando em algum nível sua individualidade, mesmo que seus rendimentos não se destinem para si mesma, uma vez que esta individualidade não deixa de ser referida à família (p.100).

Mello (1988) discorre no mesmo sentido. Ela coloca que mesmo quando a mulher pobre trabalha e contribui com porção substancial da renda familiar, as prerrogativas da masculinidade, como a chefia da família e o poder de decisão sobre todos os seus membros, continuam sendo indiscutíveis. Segundo a autora, “o trabalho feminino, absolutamente necessário à sobrevivência do grupo, é ‘consentido’ pelo marido”, enquanto são deixadas à mulher “as decisões ‘menores’ relativas à escola das crianças, às doenças, à obtenção dos alimentos e assim por diante” (Ibid, p.117)

2.3.2 Trabalho feminino e “desordem familiar”

Em suas pesquisas, Sarti (2003) observou que, freqüentemente, o trabalho feminino era entendido como algo que implica em privação dos cuidados maternos. Interessantemente, ela apresenta “o outro lado da mesma moeda”, a visão representativa do discurso de um homem casado, de 27 anos, que confirma a posição masculina de provedor principal:

Quanto à mulher trabalhar, não tem nenhuma diferença, desde que seja necessário. Porque quando o marido tem condições, não digo de dar tudo, porque quem me dera poder dar tudo que a mulher queira, né? Agora, quando o marido tem condições de manter casa, não passar falta, acho que ela deve mais é estar esperando pelo marido, oferecendo aos filhos melhor atenção... (Ibid., pp.100-101)

A autora cita ainda as razões claramente expostas pelo rapaz:

Depois, eu acho que seria muito duro se, no meu caso, vamos supor, amanhã eu não tivesse a minha mulher, e eu ter que trabalhar o dia inteiro e depois chegar aqui e ter que lavar, passar, limpar e cozinhar... (Ibid., pp.100-101).

De forma interessante, Sarti apresenta as razões que esse mesmo entrevistado supõe serem da mulher:

E geralmente a mulher que trabalha, além dela assumir um serviço fora, ela ainda tem o lar pela frente... mesmo que tenha um pouquinho de ajuda do marido, mas não é como a mulher. A não ser que fosse uma família bem conceituada, que tivesse uma empregada pra fazer tudo, né? Até pra cuidar dos filhos e tal... e ela tivesse um cargo... que não fosse um serviço muito chocante, um serviço que maltrata... aí seria uma boa... porque aí ela tinha chances de exercer uma bela função para ajudar a sociedade... Mas, para ela pegar uma condução lotada, sem chances de ter um carro para se

conduzir ao serviço, para chegar lá e dar murros em ponta de faca, ou lavar louça... ou ser uma empregada na casa dos outros, e depois ainda vir para fazer o dela... se torna muito desgastante (Ibid., pp.100-101).

Sarti também chama a atenção para a associação entre trabalho feminino e desordem familiar, segundo ela já observada em trabalhos anteriores (Caldeira, 1984 e Telles, 1992).

[...] Tem muitas famílias que, por causa da grande necessidade, a mulher sai para trabalhar, para ajudar, e esses filhos ficam desvirtuados, jogados na rua, começam a aprender o que não devem. (Sarti, 2003, p.101).

Sem referência à literatura, mas a partir de observações empíricas cotidianas, diria que a associação entre trabalho feminino e privação de cuidados maternos não é algo específico das famílias pobres, mas algo que pode ser observado entre famílias de outras classes sociais.

2.3.3 Trabalho Doméstico

Segundo Hillesheim (2004), “a associação entre tarefas domésticas e trabalho é ambígua, sendo que, para muitos(as), a mulher que realiza os afazeres da casa não trabalha” (p.41) . A autora também apresenta outras representações comuns do trabalho doméstico, como a de que por ser entendido como obrigação, o trabalho doméstico não conta como trabalho, ou a de que por ser um “trabalho para a família”, ele é legítimo e natural.

Em uma pesquisa realizada com crianças de um bairro popular de Porto Alegre, Hillesheim (Ibid.) observou que desde muito cedo, elas realizam afazeres domésticos; os meninos mais novos também realizam, mas a medida que crescem, essas tarefas vão sendo abandonadas. Notou ainda que os termos mais utilizados

pelas crianças para tais afazeres eram “serviço” e “ajuda”, o que, segundo a autora, faria supor que não os consideram como trabalho.

Dentre outras observações feitas, vale assinalar que, para a pesquisadora, as respostas das meninas entrevistadas foram ambivalentes; por um lado, consideram as tarefas domésticas como trabalho, reconhecendo o esforço aí implicado; por outro, desvalorizam estas tarefas, considerando-as “fáceis”. Para a autora

O trabalho doméstico [...] é visto como reservado às mulheres, sendo considerado mais *fácil* e algo a que as meninas estão *acostumadas* desde cedo. Percebe-se que o ser-mulher vai se definindo a partir de experiências concretas e práticas sociais que são entendidas como constituintes de uma *natureza* feminina, e que, portanto, não são questionadas. A destinação do trabalho doméstico às mulheres, portanto, desde a mais tenra idade, constrói uma identidade feminina fundada no não-reconhecimento, na invisibilidade, no cuidado com o outro antes do cuidado de si (tendo a família em primeiro plano), enfim, um ser mergulhado no “serviço de sempre”, que, embora extenuante e preenchendo praticamente todas as horas vagas [...] é apenas uma “ajuda”. (p.49)

Já em Sarti (2003) encontramos a discussão da mesma questão a partir de outro ponto de vista. Nos discursos das mulheres que entrevistou, viu aparecer uma positividade que tinha como foco o trabalho doméstico, o qual

[...] para muito além do sentido concreto de lavar, passar, cozinhar, limpar e arrumar, significa, junto com a maternidade, o substrato fundamental da construção da identidade feminina, definindo um jeito de ser mulher sempre enredado em intermináveis lides domésticas, neste mundo social fortemente recortado pela diferenciação de gênero (p.99).

Para essa autora, haveria um sentido subjetivo no trabalho doméstico: seria uma atividade que não é considerada “trabalho”, mas parte do ser mulher, “da qual

ela retira a satisfação de ver a tarefa que lhe cabe bem feita – a casa *limpa e arrumada* nos pequenos detalhes, os filhos bem vestidos, a família alimentada -, dando-lhe um sentido de *dignidade*” (Ibid.,p.99, grifos do autor).

Vale apresentar aqui, a título de ilustração, um estudo que comparou as horas gastas por mulheres e por homens em atividades domésticas. Realizado por pesquisadores da Universidade Stavanger e do Instituto de Sociologia de Bergen, na Noruega (www.bbc.co.uk) no ano de 2007, o estudo mostrou que as mulheres brasileiras fazem 78% do trabalho doméstico no Brasil, dedicando a esse trabalho 33,5 horas por semana – quase 5 horas diárias, enquanto os homens dedicariam pouco mais de 10 horas por semana a tarefas domésticas.

Eles analisaram a realidade de mais de 17 mil casais, de idades entre 25 e 65 anos, em 34 países, desenvolvidos e em desenvolvimento.

Segundo o estudo, o único país, dentre os pesquisados, onde as mulheres superariam as brasileiras no número de horas dedicadas às atividades domésticas, é o Chile. No Japão, embora o número de horas gasto pelas japonesas com os afazeres de casa sejam menores, a proporção do trabalho desempenhado por elas, em relação aos homens, chega a 91%. Enquanto as japonesas passam em média 27 horas por semana debruçadas sobre os afazeres da casa, os japoneses gastam apenas 2,5 horas – o equivalente a menos de meia-hora por dia.

Os países em que as mulheres menos trabalham em casa são a Noruega (menos de 12h por semana), a Finlândia (12 horas por semana) e a França (12,2 horas por semana).

A interpretação dada pelos pesquisadores é que a quantidade de trabalho feminino é determinada principalmente pelo grau de autonomia dado às mulheres,

enquanto o trabalho dos homens varia de acordo com a dinâmica das atividades econômicas.

V. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

V. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

Este capítulo tem como objetivo apresentar parte da história da Assistência Social brasileira; quais vêm sendo suas práticas, como vem sendo feita a escolha do público-alvo, que visão tem tido da população pobre e marginalizada, quais as suas formas de atendimento, passadas e atuais, serão alguns dos pontos abordados na exposição.

Estará dividido em três momentos. No primeiro, versarei sobre a trajetória da Assistência Social no período anterior à Constituição Federal de 1988, trazendo um pouco de suas origens e do histórico da Legião da Boa Vontade, Fundação que realizou trabalho sócio-assistencial em nosso país por aproximadamente cinco décadas.

No segundo, tratarei do formato atual da Assistência Social brasileira, inaugurado com a Constituição. Discorrerei sobre as mudanças de paradigma ocorridas, assim como sobre acontecimentos relevantes na área, tais como a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, a construção do Sistema Único de Assistência Social, o surgimento dos Centros de Referência da Assistência Social e do Programa Bolsa Família. Buscarei ainda o que dizem os documentos oficiais a respeito desta nova estrutura da Assistência Social, procurando, dentro do possível, confrontar tais proposições com o que, de fato, vem acontecendo na prática.

E, por fim, apresentarei discussão relativa à questão do trabalho no âmbito da Assistência Social.

1. Trajetória da Assistência Social brasileira. De caridade a direito social

A prática da Assistência Social vem sendo desenvolvida desde a Antiguidade. Em torno de 3000 a.C., ela já era praticada no Egito pelas confrarias, em especial pelas “Confrarias do Deserto”, que faziam a assistência junto às caravanas. Com o passar do tempo, o trabalho das confrarias se estendeu também às populações urbanas que sofriam de doenças, abandono e outros males sociais. A assistência concretizava-se na esmola esporádica, na visita domiciliar, na concessão de gêneros alimentícios, roupas, calçados; enfim, em bens materiais que minorassem o sofrimento das pessoas que deles necessitassem (Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal [Uniderp], 2008).

A mesma fonte de dados traz outras informações, algumas curiosas. No Período medieval, por exemplo, eram os príncipes e a Igreja que ocupavam-se da prestação da assistência. No século XVI, Juan Luis Vives, humanista e filósofo espanhol, implantou um sistema para corrigir os pobres dos seus vícios. Ademais, nos séculos XVIII e XIX, em plena vigência da exploração industrial do trabalhador, foram sendo instituídos na Inglaterra os “workhouses”, que davam trabalho aos pobres nos albergues, uma vez que a assistência era vista como causadora de preguiça. A burguesia inglesa, aliada ao Estado e à Igreja, criou a Sociedade de Organização da Caridade, a primeira da Europa, que denominava as reivindicações operárias de “problemas de caráter”. A assistência era, então, direcionada para a “reforma de caráter”, que acontecia através de visitas domiciliares, que também tinham a finalidade de conhecer *in locu* a situação de vida dos trabalhadores (Ibid.)

Com essa pequena amostra, é possível a observação de que possui longa data a preocupação em oferecer algum tipo de assistência àqueles que de alguma

forma necessitam, ou àqueles que se encontram fora do padrão social considerado adequado em dada época. É possível perceber-se também que os objetivos das práticas instituídas não têm sido homogêneos mas, sim, diversos e relacionados a contextos históricos específicos.

Acompanhar esta história com maior profundidade seria muito interessante, mas para os fins deste trabalho tratarei de encurtá-la, limitando-me ao enfoque das últimas décadas dessa trajetória no Brasil.

Começo tratando dos “antepassados” da Assistência, utilizando como referência o livro “A menina Loas” (Sposati, 2003), no qual a autora conta a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (Brasil, 1993) e faz um balanço de seus então 10 anos de existência.

A leitura traz a informação de que as origens da Assistência Social brasileira são mais estrangeiras do que nacionais, e que duas destas origens foram a experiência inglesa de bem-estar social e a francesa de solidariedade e proteção social. Estes “parentes distantes”, como coloca Sposati, teriam conseguido um acordo entre Sociedade-Estado-Mercado na metade da década de quarenta do século XX, após a segunda guerra mundial, para fazer nascer a proteção social de cidadania para todos, garantida por serviços públicos custeados pelo orçamento estatal. Mais tarde, tal experiência foi estendida para outros países da Europa (Sposati, 2003).

Conforme discutirei mais adiante, até a promulgação da Constituição Federal de 1988, a Assistência Social Brasileira foi marcada pela ausência de primazia do Estado em suas ações. E em todo o período da República Velha, no que se refere à assistência pública, o Brasil deu lugar apenas ao nascimento da Previdência Social; com ela, foram beneficiados os trabalhadores de carteira assinada, em sua grande

maioria do sexo masculino. No pensamento idealizado liberal, permanecia a idéia moral de que atribuir benefícios ao trabalhador formal era um modo de disciplinar e incentivar ao trabalho o trabalhador informal, tido por vadio. E no Brasil, os informais sempre foram mais numerosos que os formais (Ibid.)

No período anterior à Constituição, não havia primazia do setor público no campo da Assistência Social; havia *alguma* participação, porém, esta era subsidiária, e dava-se, principalmente, por meio do apoio e financiamento de entidades e organizações privadas, ou via isenções e subsídios. Um relatório publicado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (IPEA, 2007), dentre outras publicações que tratam do assunto, confirma esta colocação, apontando que até a década de 90 o setor privado era o principal responsável pelos serviços e atenções da Assistência Social. Além disso, o texto aponta que na história da Assistência Social brasileira predominaram a caridade e as ações circunstanciais, ofertadas aos mais necessitados. O seguinte trecho descreve bem estas colocações

[...] a assistência social brasileira nasce identificada à filantropia e à benemerência, entendidas como todo tipo de ajuda em direção aos pobres. Inspirada no conceito de caridade cristã e voltada aos desvalidos e aos miseráveis, muito lentamente ela realizou sua aproximação com o Estado no que diz respeito à responsabilidade deste no atendimento à população. (IPEA, 2007, p. 78).

Vale ressaltar aqui a participação da Igreja nas ações da Assistência Social, que sempre se fez presente, através das pastorais sociais, entidades filantrópicas assistenciais e também de movimentos leigos. Tais ações eram, e ainda são, impelidas pela concepção cristã de caridade, e praticadas por grupos de voluntários católicos, praticantes de uma assistência baseada na idéia do amor fraterno às famílias carentes, mendigos, doentes, crianças abandonadas, deficientes físicos e

mentais (Silva, 2006).

Quanto às instituições públicas, o relatório do IPEA (ibid.) nos aponta que as principais eram a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), herdeiro da Fundação Nacional do Menor (FUNABEM). A respeito da CBIA, encontrei material escasso, enquanto sobre o histórico da LBA foi possível obter maior quantidade de informações; para tratar da LBA, utilizarei o livro de Sposati (2003).

A Legião Brasileira de Assistência - LBA - foi criada em 1942, quando Darcy Vargas, a esposa do presidente, reuniu senhoras da sociedade para acarinhar pracinhas brasileiros da Força Expedicionária Brasileira, combatentes da II Guerra Mundial, com cigarros e chocolates. A autora coloca que “a idéia de legião era a de um corpo de luta em campo, ação” (Ibid., p.19), e que era evidente a relação da Assistência Social com o patriotismo. Logo, a atenção inicial aos soldados foi estendida também às suas famílias e, em 1942, a legião campanhista se tornou uma sociedade de finalidades não econômicas, voltada para congregar as organizações de boa vontade. Sposati observa que

[...] a assistência social como ação social é um ato de vontade e não direito de cidadania. Do apoio às famílias dos pracinhas, ela vai estender sua ação às famílias da grande massa não previdenciária. Passa a atender as famílias quando da ocorrência de calamidades, trazendo o vínculo emergencial à assistência social. Agora as secas, as enchentes, entre outras ocorrências que fragilizam grupos e coletivos da população, demarcam a presença do caráter da urgência e do circunstancial no campo genético da menina LOAS (Ibid., p.20).

A LBA estabeleceu ampla parceria com organizações não-governamentais, governos estaduais e municipais e lançou um Programa Nacional de Voluntariado, contando com aproximadamente três mil voluntários (UNIDERP, 2008).

Em 1995, LBA foi extinta, após muitos problemas e escândalos de irregularidades, noticiados pela imprensa. Neste mesmo ano, também foram extintas a CBIA e o Ministério do Bem-Estar Social. Em substituição, foram criadas a Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Não era difícil observar-se a existência de clientelismo e fisiologismo nas ações sociais praticadas até este momento, que acabavam sendo utilizadas como moeda de troca para ações unilaterais dos governos. Além disso, o combate à pobreza e à desigualdade social era feito a partir de ações pontuais e sem continuidade. Ousemos dizer que a assistência social, até este momento, não era *uma política*, mas sim um *negócio de políticos*.

Em 1985, o 1º Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (PND) particularizou a Assistência Social como política pública, reconhecendo o usuário como *sujeito de direitos*, e sugeriu que fosse ampliada sua participação e realizada a ruptura com a leitura caritativa e tutelar com que a assistência social era tradicionalmente gerida (Sposati, 2003).

No ano de 1988, foi promulgada a nova Constituição Brasileira. O momento constituinte acelerou articulações e, em outubro deste mesmo ano, a Assistência Social foi reconhecida como direito à seguridade social pelos artigos 203 e 204 da Constituição. Passo então, a tratar das inovações trazidas pela Constituição no âmbito da Assistência Social, e às duas décadas de história que se seguiram a partir de então.

2. Políticas Públicas de Assistência Social na atualidade

Grande parte das informações que apresentarei nos próximos parágrafos tiveram como fonte, informações advindas da Capacitação para Implementação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e do Programa Bolsa Família, promovida pelo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, direcionada a quatorze mil profissionais de órgãos estaduais e municipais (IBAM & UNICARIOCA, 2008).

2.1 A Constituição de 1988 e a mudança de paradigma na Assistência Social

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a situação da Assistência Social se alterou completamente; o paradigma conservador e assistencialista foi deixado para trás e a Assistência Social passou a ser reconhecida como *dever* de Estado, e não mais como política complementar, de caráter subsidiário às outras políticas. Além disso, o atendimento sócio-assistencial deixou de se configurar como caridade, como um favor aos pobres e desvalidos, prestados sem regularidade, e passou a se configurar como um *direito* de qualquer cidadão brasileiro. Com isso, o Estado passou a assumir esta responsabilidade, trazendo uma nova configuração para a política social brasileira. Ficou instituído, a partir da Constituição, o campo da Seguridade Social brasileira, como área composta pela integração e articulação entre Saúde, Previdência Social e Assistência Social.

Com o estabelecimento da Seguridade Social, foram criadas as bases para a construção de um Sistema de Proteção Social, com duas vertentes: a proteção

social contributiva (que exige contrapartida dos rendimentos do trabalho assalariado para sua garantia), e a proteção social não-contributiva, universal (que assegura suas proteções específicas para todos os cidadãos que dela necessitem, independente de qualquer vínculo com trabalho, ou contribuição). A Assistência Social, ao lado da Saúde, localiza-se na vertente da proteção social não-contributiva, pautada pela universalidade da cobertura e do atendimento, enquanto a Previdência Social está na vertente contributiva.

É possível dizer que o modelo de proteção social não-contributiva significa o conjunto de estratégias públicas que garante o cumprimento de direitos sociais constantes da Constituição de 1988, assegurando a todo brasileiro ou brasileira o livre acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, independentemente de qualquer contribuição, pagamento direto ou vínculo trabalhista.

Para ilustrar e tentar transmitir um pouco da dimensão dessas mudanças, basta lembrar que no período anterior ao ano de 1988, quando o direito a saúde ainda não estava assegurando para *todos* pela Constituição, os brasileiros que procurassem por um atendimento em hospital deveriam ir munidos de suas carteiras de trabalho! Aqueles que não tivessem um trabalho formal com registro em carteira, deveriam procurar as Santas Casas de Misericórdia, entidades filantrópicas, ou os Hospitais Universitários. Foi apenas em 1988 que a questão da Saúde, assim como da Assistência Social, passou a ser custeada pelo governo, se constituindo em política pública.

Sobre o fato de ter passado a ser *direito*, Sposati (2003) afirma

[Assistência Social] tem área de ação definida na Constituição Federal. É preciso parar de transgredir a Constituição e levá-la a sério. Ela não é elixir de pobre [...]. Assistência social é ato de direito e não ato de vontade ou liberdade. Como direito, tem responsabilidade pelos resultados do que

faz e não só vontade de inaugurar coisas novas ou novos nomes. Como direito, a assistência social é **obrigação** para com a coletividade e ao indivíduo. (p.79, grifo do autor).

Sob o escopo da Assistência Social, podem ser caracterizados dois grupos de direitos: o *direito à subsistência* e o *direito à proteção social básica e especial*. Toca mais de perto neste o trabalho o segundo tipo de direito, a partir do qual foram criados os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. O direito à proteção básica e especial, segundo Sposati, deve prover apoios para a autonomia em situações de risco, vulnerabilidades e vitimizações; é o direito à prevenção e à proteção às situações que fragilizam ou agredem os direitos humanos e sociais.

A Constituição, em seu artigo 6^o., afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma dessa Constituição” (Brasil, 1988). Isto é, o reconhecimento dos direitos, na Constituição, passou a pressupor a intervenção do Poder Público, no sentido de conferir materialidade aos direitos conquistados e instituídos; e a assistência social passou a ser uma *obrigação*.

Faço aqui um adendo, a fim de situar os *direitos sociais* dentre *outras* formas de *direitos humanos*, estabelecidos pela ONU. Como *direitos humanos* de *primeira geração* estão os *direitos civis e políticos*, que se constituem de proteções e privilégios de poder pessoal dados a todos os cidadãos circunscritos aos limites territoriais; são as liberdades individuais, o direito de ir e vir, o direito à vida, à liberdade de expressão, à propriedade, à igualdade perante a lei, entre outros. Este tipo de direito é constituído nacionalmente, com cada nação definindo e negociando seu escopo. Em relação aos *direitos sociais*, já exemplificados no parágrafo anterior, junto aos *direitos econômicos e culturais*, são também chamados de *direitos*

humanos de segunda geração, sendo resultados de lutas de movimentos sociais e que impõem uma ação positiva ao Estado. Os *direitos difusos*, ou *direitos humanos de terceira geração*, dizem respeito à coletividade; trata-se do direito à infância, ao meio-ambiente, direito à cidade, direito ao desenvolvimento, direitos de grupos sociais (mulheres, negros, homossexuais). Há também um quarto tipo de direitos humanos, ainda muito recente, que consiste na garantia de direitos aos patrimônios públicos – histórico, econômico e ambiental – assim como em sua boa utilização (L.F.BALERF, comunicado em palestra, 24 de junho, 2008; SACHS, 1998).

Em meio aos direitos humanos, é ao campo dos direitos sociais que a assistência social se filia. Isto significa que ela não opera só com o direito individual de liberdade, mas com o direito peculiar a grupos, categorias, segmentos – vítimas coletivas – na direção do direito à Segurança Social (Sposati, 2003); a Assistência Social deve ter o caráter de política *viabilizadora* destes direitos. (Ibam & Unicarioca, 2008).

A Carta Magna assegurou também que a Assistência se faça de forma integrada, não apenas com as demais políticas de Seguridade, como também com as políticas públicas que asseguram os outros tipos de direitos. Vale registrar aqui que a Constituição Federal, em seu artigo 3º, Inc. III, estabeleceu como um dos objetivos da República Federativa do Brasil, o compromisso com a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como com a redução das desigualdades sociais e regionais (Brasil, 1988).

2.2 A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)

Em 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social, conhecida

como LOAS, que veio regulamentar os preceitos constitucionais sobre a Assistência Social, reafirmando-a como política de *Seguridade Social*, no campo dos direitos sociais.

A LOAS trouxe diversas novidades em seus 42 artigos, que deveriam dar início a uma efetiva política pública na área de assistência social. Entretanto, após sua aprovação observou-se um período de indefinições em relação ao novo papel do Estado nesta área (Sposati, 2003). Talvez isto se deva ao fato de a década de 90 ter apresentado um processo de mudanças em relação a tal papel. Tal processo, que ficou conhecido como a “reforma do Estado”, teve forte caráter neoliberal, e caracterizou-se por medidas de ajuste na economia, privatizações de empresas e organizações estatais, além da restrição de gastos públicos, em especial na área social.

Neste contexto neoliberal, as responsabilidades estatais na regulação das políticas públicas foram reduzidas, tendo sido valorizadas as “virtudes” da regulação do mercado. O enfrentamento da pobreza e da desigualdade foi transferido para a sociedade, através do estímulo de ações de solidariedade. A ação estatal apresentou-se aleatória e dispersa, caracterizada pela defesa de alternativas privatistas; ao mesmo tempo, recolocaram-se em cena práticas filantrópicas e de benemerência, ganhando relevância ações do denominado *Terceiro Setor* (não governamental e não lucrativo). No ano de 1995, nasceu o programa “Comunidade Solidária” que, rompendo com a LOAS, propôs novas articulações entre os diferentes níveis de governo e a sociedade civil, através de ONGs, para o enfrentamento da pobreza. “O pressuposto de ser capaz de organizar a capacidade da sociedade de se auto-organizar, valeu ao Comunidade Solidária a alcunha de ‘despachante de pobre’” (Correio Brasiliense, 27/07/1996, Recuperado em 22 de

março, 2008, de www.revistaseletronicas.pucrs.br).

Foi somente em 2003, uma década depois da promulgação da LOAS, que os debates sobre os serviços e ações sob responsabilidade deste campo de intervenção pública foram retomados, com a realização da *IV Conferência Nacional de Assistência Social*, que teve a finalidade de avaliar a situação atual da Assistência Social e propor novas diretrizes para o seu aperfeiçoamento. Um dos resultados da Conferência foi o fortalecimento do reconhecimento da gestão democrática e descentralizada da Assistência Social.

2.3 Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

No ano de 2004, aconteceram dois fatos relevantes para a área: a edição da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que assumiu o controle das políticas nacionais de assistência social, transferências de renda e segurança alimentar e nutricional.

Com a aprovação da PNAS/2004, o escopo da Assistência deixa de ser compreendido em função de *públicos*, ou segmentos sociais a serem atendidos (crianças, adolescentes, jovens, pessoas com deficiência, idosos), e passa a ser compreendido em termos de *seguranças sociais* que a política de proteção social deve garantir (seguranças de sobrevivência, acolhida, convívio familiar e comunitário), de direitos. Com isso, evidencia-se uma tendência de superar a associação entre a Assistência Social e os grupos identificados como incapazes para o trabalho e a vida autônoma.

A PNAS é regida por princípios democráticos e participativos extensivos às

populações urbanas e rurais e às comunidades tradicionais (quilombolas, indígena, entre outras), apresentando forte associação com os valores que compõem as noções de direitos humanos, já apresentados.

Quanto ao “leque” de indivíduos ou grupos considerados vulneráveis e em risco pela PNAS, é possível observar que o mesmo é bastante variado, abrangendo diversos tipos de situação. Como usuários da PNAS, são definidos os cidadãos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade (ex: pessoas em situação de rua); desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; diferentes formas de violência, advindas do núcleo familiar, grupos e indivíduos (ex: violência doméstica e abuso e exploração sexual infantil); inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal, dentre outras situações (Brasil, 2004a).

Vale destacar, devido ao tema de pesquisa deste trabalho, o fato de a *inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal* ser descrita como uma das situações que vulnerabilizam os indivíduos, tornando-os público-alvo da Assistência Social.

2.4 Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

O Sistema Único de Assistência Social – SUAS – foi implementado no ano de 2005, apesar de ter sido mencionado desde a I Conferência Nacional de Assistência Social, em 1995. Trata-se de um novo modelo de gestão da política de Assistência Social, cujo objetivo é consolidá-la como política pública de segurança

social, tendo como matrizes estruturantes a família, a participação social e a complementaridade da rede de serviços, organizada com base no território onde moram os beneficiários.

O SUAS representa a consolidação de uma estrutura descentralizada, participativa e democrática, e traz um eixo de gestão que, segundo M.L. Mestriner (comunicado em palestra, 29 de abril, 2008) é o compromisso com o desenvolvimento humano e social, e com a superação das desigualdades sociais. Antes dele, a ausência de um regime próprio nacional de gestão acabava conduzindo a práticas nem sempre convergentes.

Por ser a implantação do SUAS algo muito recente, há muito ainda a ser afinado, ajustado. E um dos pontos mais importantes para que tal ajuste aconteça está na capacitação constante dos gestores e técnicos atuantes neste Sistema. É preciso que compreendam profundamente sua estrutura e funcionamento, assim como seus conceitos inovadores. Muitos destes conceitos são trazidos pelo SUAS de forma superficial, e uma utilização desejável dos mesmos dependerá do quanto serão, digamos, “recheados” com novos conteúdos, do quanto serão superadas antigas concepções e atuações. Apenas com esta apropriação poderá haver uma boa implementação do SUAS, com práticas condizentes com os novos paradigmas da Assistência Social.

O SUAS trouxe uma nova metodologia e, nela, os serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social passam a ser reorganizados por níveis de proteção, em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial.

As “portas de entrada” (unidades físicas) para o SUAS são estatais e estão espalhadas por todo o país: os CRAS (Centros de Referência da Assistência Social), para a oferta da Proteção Social Básica, e os CREAS (Centros de Referência

Especializados da Assistência Social), para a Proteção Social Especial

2.4.1 Proteção Social Básica (PSB)

O objetivo da Proteção Social Básica - PSB - é contribuir para a prevenção de situações de risco social, através do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A PSB prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e familiarização de famílias e indivíduos. Os benefícios, tanto de prestação continuada, como os eventuais, integram-na e devem ser articulados aos demais programas e serviços ofertados pelas três esferas de governo dentro do SUAS. (PNAS, 2004). É operada através de

- Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF) ;
- Rede de serviços socioeducativos e de convivência direcionados para grupos geracionais, intergeracionais, grupos de interesse, entre outros;
- Benefícios de Transferência de Renda (como o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família);
- Benefícios eventuais;
- Projetos de enfrentamento à pobreza.

2.4.2 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)

Além do papel dos CRAS ser marcante na PNAS, a pesquisa deste trabalho será realizada em um desses equipamentos. Assim, é importante descrevê-lo e contextualizá-lo.

Não é raro escutar, em meio a profissionais da área, que os CRAS, também

chamados de “Casas da Família”, são “a menina dos olhos” da Assistência Social. De fato, o surgimento dos CRAS é algo importante para a área, tendo respondido a uma luta histórica da Assistência Social. Para além de uma sigla emblemática, de uma nomenclatura, o CRAS carrega sentidos e uma história, e revela intencionalidades políticas sociais e econômicas do novo desenho institucional da Política de Assistência Social. A existência dos CRAS possibilitou que se saísse da dispersão dos serviços de assistência social entre muitos espaços, partindo-se para a centralização de serviços. Os CRAS trouxeram, digamos, um novo “fôlego” para a área e, junto a isso, muitos desafios também.

O Guia de Orientações Técnicas para o Centro de Referência da Assistência Social (BRASIL, 2006a), **o** define como:

1.1 a unidade pública estatal responsável pela oferta de serviços continuados de proteção social básica de assistência social às famílias, grupos e indivíduos em situação de vulnerabilidade social

1.2 a unidade efetivadora da referência e contra-referência do usuário na rede socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e unidade de referência para os serviços das demais políticas públicas;

1.3 a “porta de entrada” dos usuários à rede de proteção social básica do SUAS;

1.4 a unidade que organiza a vigilância social em sua área de abrangência;

1.5 uma unidade pública que concretiza o direito socioassistencial quanto à garantia de acessos e serviços de proteção social básica com matricialidade sócio-familiar e ênfase no território de referência;

1.6 um equipamento onde são necessariamente ofertados os serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e onde podem ser prestados outros serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica relativos às seguranças de rendimento, autonomia,

acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária e de sobrevivência a riscos circunstanciais.” (pp.11-12, grifo do autor)

Como a referência dos serviços de Assistência Social para as famílias do seu território, cabe ao CRAS, além de desenvolver o Programa de Atenção Integral à Família (que será apresentado posteriormente), garantir a informação e a orientação às famílias sobre a rede de serviços socioassistenciais existente em sua área de abrangência: os programas para as crianças pequenas, os programas para os jovens, os centros de convivência dos idosos, os programas para pessoas com deficiência, entre outros. (BRASIL, 2004)

Esses serviços podem ser executados de forma direta ou indireta pelo Poder Público local. De forma direta, no próprio CRAS e nas demais unidades públicas de Assistência Social locais. De forma indireta, nas ONGS de Assistência Social, neste caso sob a coordenação do CRAS. (ibid.)

Fazendo um paralelo com a área da Saúde, quando se dirige a uma UBS, o usuário sabe bem o que encontrará; já nos CRAS, ainda não há uma definição tão clara; está-se, neste momento, diante do desafio de se fazer definições.

Sposati (2006) descreve duas formas equivocadas de funcionamento que podem ocorrer em um CRAS; ela as denomina de:

- 1) proposta reducionista do CRAS. Neste tipo de funcionamento, o CRAS seria uma espécie de “posto de fiscalização de condicionalidades” de programas, ou uma “agência de despachantes”, onde simplesmente se realiza encaminhamentos e se transfere responsabilidades para outros serviços.
- 2) proposta exacerbada, ampliada. Aqui, o CRAS seria uma “mini-Secretaria” em dado território, executando a totalidade da política de Assistência Social; o coordenador do CRAS seria tão

importante quanto o órgão gestor da política.

Em seu funcionamento adequado, o CRAS deve funcionar com uma proposta “centrada”: é parte do SUAS, é parte da rede socioassistencial (ibid.) E deve participar desta rede como um facilitador, mobilizador; precisa se articular com serviços especializados que atendam àquilo que ultrapassa sua capacidade e seus objetivos.

Como unidade coordenadora dos Serviços de Proteção Básica o CRAS constitui, ainda, importante instrumento de produção, sistematização e divulgação de indicadores sociais e urbanos de sua área de abrangência, para conexão com outros territórios. Além disso, o CRAS articula os serviços da Proteção Social Básica com as demais políticas públicas locais, buscando-se assim o atendimento integral necessário para a superação das situações identificadas. (BRASIL, 2004)

Segundo artigo do IPEA (2007), em pouco mais de 1 ano, o número de CRAS subiu 64%, passando de 1.978 em 2005 para o número de 3.248 unidades, em janeiro de 2007. Nesta data, segundo o artigo, os CRAS já estavam disseminados por 2.629 municípios (aproximadamente 47% dos municípios brasileiros), referenciando cerca de 11.970.385 famílias.

Em Setembro de 2008, todos os município que possuem CRAS em funcionamento, tiveram que responder um questionário denominado “CENSO CRAS 2008”, porém os resultados ainda não foram divulgados. Dados preliminares apresentados na Reunião da Frente Paulista de Gestores da Assistência Social no mês de Outubro, indicaram o número atual de 5099 CRAS, presentes em 5564 municípios brasileiros, sendo 678 no Estado de São Paulo.

Em relação ao tipo de trabalho que *pode* ser desenvolvido nos CRAS, ou estar referenciado no território de abrangência, o Guia de Orientações Técnicas para

o CRAS (BRASIL, 2006a) cita serviços, benefícios, programas e projetos:

- Os *serviços* podem ser: socioeducativo geracionais, intergeracionais e com famílias; sócio-comunitário; reabilitação na comunidade, dentre outros.
- Os *benefícios*: Transferência de Renda (Bolsa Família ou outros); Benefícios de Prestação Continuada; Benefícios Eventuais – assistência em espécie ou material, dentre outros.
- Os *Programas e Projetos*: Capacitação e promoção da inserção produtiva; Promoção da inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF e no Benefício de Prestação Continuada; Projetos e Programas de Enfrentamento à Pobreza; Projetos e Programas de Enfrentamento à Fome; Grupos de Produção e Economia Solidária; Geração de Trabalho e Renda.

É possível observar que atualmente, aproximadamente 80% das verbas destinadas aos CRAS estão voltadas para benefícios, restando pouco para a estruturação de serviços, que seriam justamente os propulsores, em potencial, de transformações nas vidas das pessoas e das comunidades. (M.L. MESTRINER, comunicado em palestra, em 27 de maio de 2008). Tal fato me remete a algumas reflexões feitas por Ruth Cardoso, antropóloga e ex-presidente do Conselho da “Comunidade Solidária”.

Cardoso (2004) coloca que, apesar do assistencialismo vir perdendo força nas sociedades contemporâneas, “porque já se sabe que reproduz a pobreza em vez de combatê-la, [...] continua a ser praticado porque é fruto de uma visão filantrópica ainda muito generalizada” (p.4). Ela afirma que o assistencialismo precisa ser arduamente criticado, e assim o foi, gerando quase a eliminação da palavra. Entretanto, assinala algo que em geral não é tratado

[...] não houve interesse em sumarizar os conhecimentos existentes sobre a falência das ações assistencialistas e nem delimitar em que situações grupos fragilizados necessitam de assistência. Assistência não se confunde com assistencialismo, mas, dado o alarme contra esta prática, as duas palavras foram desqualificadas. (ibid., p.3)

Cardoso (ibid.) coloca que já se sabe com certeza que as práticas assistencialistas não eliminam a pobreza e não criam envolvimento dos pobres para combatê-la e, sim, criam uma relação de submissão. Além disso, ela aponta para o fato de as camadas mais pobres da sociedade serem sempre caracterizadas só a partir de suas necessidades, designadas como carentes ou excluídas

[...] expressões que traduzem distância entre os que fazem parte da sociedade (e falam) e aqueles que estão fora [...] Este modo de olhar propõe sempre doações que atendam às necessidades que o observador de fora diagnostica. Ao terem supridas suas carências, espera-se que os beneficiários ganhem força para enfrentar, sozinhos, a falta de oportunidades com que convivem no dia-a-dia. Esta é a velha concepção de filantropia que ainda hoje está bem implantada e que justifica a volta de práticas assistencialistas e clientelísticas, mesmo quando não se usam essas expressões. (ibid.,ip.4)

No entanto, Cardoso ressalta que faltam avaliações objetivas que ajudem a definir os aspectos negativos e, se houver, os positivos das ações tradicionais. Concordo com esta consideração, afinal, o trabalho diário em uma região de alta vulnerabilidade social não me deixa dúvidas de que ainda há um número grande de pessoas que estão passando fome e vivenciando situações e faltas inaceitáveis para uma pessoa, situações que contrariam completamente o que está posto na Declaração de Direitos Humanos. Acredito ser, sim, necessária a ação em caráter emergencial mas, claro, acompanhada de uma série de outras ações, e com o cuidado de que não se torne *naturalizada* a permanência de tal ação emergencial por anos. Castel (1998) aponta que, no início, este tipo de ação tem um caráter pontual e improvisado e se propõe a ser provisória, mas que "sua consolidação progressiva marca a instalação no provisório como *modo de existência*".(p.543, grifo do autor).

Falarei agora um pouco a respeito do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), programa que deve ser *necessariamente* ofertado nos CRAS.

O PAIF é o principal programa de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social. Foi criado em abril de 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e tem por perspectivas o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, o direito à Proteção Social Básica e a ampliação da capacidade de proteção social e de prevenção de situações de risco no território de abrangência do CRAS (ibid.). Sobre o trabalho de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários

[...] deve interligar as relações internas ao grupo familiar e as relações deste com a comunidade, a sociedade e o Estado. São três as dimensões do vínculo: legal ou jurídica, socio-cultural e afetivo-relacional. Na dimensão legal, ou jurídica, o vínculo implica em obrigações e direitos mútuos, tendo caráter normativo, regulado por lei. Busca-se o esclarecimento, a delimitação, o cumprimento (e o apoio para o cumprimento) das obrigações e dos direitos definidos pelos estatutos legais. Na dimensão sócio-cultural, os vínculos estão associados aos papéis familiares, suas representações e relações. Busca-se fortalecer a identidade e resgatar a história do grupo familiar, seus valores, regras, ideais e relação da família com o contexto sócio-cultural. Na dimensão afetivo-relacional, são abordadas as relações de cuidado, afeto e comunicação na família, buscando superar contingências que levam à violação de direitos no interior das relações familiares e comunitárias. (ibid.,p.25)

Este programa é uma importante estratégia do SUAS de integração dos serviços sócio-assistenciais e dos programas de transferência de renda.

Um dos pressupostos do PAIF é o de que não existe família enquanto modelo idealizado e, sim, famílias resultantes de uma pluralidade e arranjos e re-

arranjos estabelecidos pelos integrantes dessas famílias. Os documentos oficiais assumem que hoje já não há mais referenciais fixos para se caracterizar uma família; suas formas apresentam-se de maneiras muito variadas.

2.4.3 Proteção Social Especial (PSE)

Passo agora a tratar dos serviços de Proteção Especial previstos pelo SUAS

A Proteção Social Especial é a modalidade de atendimento às pessoas em situação de risco pessoal e social em decorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situações de rua, situações de trabalho infantil, entre outras. (BRASIL, 2004). Os serviços de PSE podem ser subdivididos em serviços de média complexidade e de alta complexidade. São considerados de média complexidade aqueles que oferecem atendimento às famílias, seus membros e aos indivíduos com direitos violados, mas cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Neste caso, requerem estrutura que permita atenção especializada e/ou acompanhamento sistemático e monitorado. Já os serviços de Proteção Social Especial de alta complexidade garantem proteção integral: moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido. Eles se dirigem às famílias, seus membros e indivíduos que se encontrem sem referência e/ou ameaçados e, nestas condições, necessitem ser retirados de seu núcleo familiar e comunitário. (ibid.)

Para que as intervenções da PSE sejam efetivas, é necessária uma permanente articulação com as demais políticas públicas, com o Sistema de Justiça, com o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e com a Proteção Social Básica. (IBAM & UNICARIOCA, 2008).

A unidade pública responsável pelo oferecimento da PSE é o Centro de

Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), que deve se constituir como pólo de referência, coordenador e articulador da proteção especial de média complexidade, sendo responsável pela oferta de orientação e apoio especializados e continuados de assistência social a indivíduos e famílias com seus direitos violados, mas sem rompimento de vínculos. (BRASIL, 2006b). Os CREAS não precisam ser, necessariamente, instalados em cada município; podem estar em uma região que atende a diversos municípios.

Para os fins deste trabalho, considero suficiente esta apresentação da Proteção Especial e dos CREAS.

2.4.4 Programa Bolsa Família (PBF)

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda, que veio reunir o Auxílio-Gás, o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação e o Cartão-Alimentação, todos antigos programas do Governo Federal, agora chamados de Programas Remanescentes. A intenção dessa unificação foi a de superação de paralelismos, duplicidades e dispersão de recursos. (IBAM & UNICARIOCA, 2008).

De acordo com (IBAM & UNICARIOCA, 2008), de todos os programas públicos brasileiros, o que mais cresceu nos últimos anos foi o Bolsa Família. No ano de 2008, ele estava presente em todos os 5.564 Municípios brasileiros e no Distrito Federal, já beneficiando 11 milhões e 100 mil famílias, o que corresponde a aproximadamente 45 milhões de pessoas, ou o número estimado de famílias pobres.

Estes números chamam a atenção: quase 20% de toda a população brasileira vem sendo atendida por algum tipo de programa social! Quais os impactos disto, nas mais diversas dimensões (econômica, política, social e também

na dimensão psicológica), a curto e a longo prazo? Do ponto de vista subjetivo, o que está sendo gerado? O que se gera a partir de um programa de transferência de renda que pode ser mantido por mais de 15 anos? Será que a cada mês, ao sacar o dinheiro no banco, as pessoas receberiam, subjetivamente, uma espécie de marca que diz “eu sou pobre”, “e por isso o governo deve me ajudar”?

Nos discursos governamentais, encontramos a presença da intenção de se “interromper o ciclo intergeracional de pobreza”; porém, isto de fato vem acontecendo? Em minha prática e a partir de relatos de outros profissionais, é possível se constatar diversas situações onde a segunda, ou até a terceira geração de uma mesma família já está sendo atendida pela Assistência Social, ou, situações onde uma mesma família, após ter saído de um programa, e cumprido o período de carência, volta a se candidatar a este mesmo programa. Assim, fica a pergunta: caminha-se para a direção da interrupção do ciclo de pobreza, ou, para a promoção de sua perenização?

Em relação a uma das críticas feitas aos programas de transferência de renda, de que gerariam “conformismo” por parte dos beneficiários, o IPEA (2006) fez uma pesquisa em que aponta que tal fato não acontece, já que a renda advinda dos programas não seria alta o suficiente para gerá-lo, e as pessoas continuariam precisando trabalhar para ter uma renda que garantisse a sua sobrevivência . Porém, acredito haver ressalvas em relação a essa explicação; percebo, dentre os (as) usuários (as) do CRAS, famílias que sobrevivem a partir de uma renda baixíssima; algumas vezes, *tudo* o que recebem é a renda de um programa de transferência e/ou uma cesta básica da prefeitura.

3. Assistência Social e a questão do trabalho

3.1 O lugar do trabalho e da formação para o trabalho nas políticas de Assistência Social

Com a intenção de compreender os critérios norteadores do oferecimento de cursos profissionalizantes (ou de formação para o trabalho, de forma geral) no âmbito da Assistência Social, fiz uma revisão de alguns documentos e leis publicados nessa área. Busquei encontrar explicitações dos objetivos existentes no oferecimento desses cursos, assim como explicitações sobre o público-alvo a ser atingido, e as razões da escolha de determinadas modalidades de cursos, e não de outras. Analisei o que diz a Constituição Federal (Brasil, 1988) sobre esse tema, assim como a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Brasil, 1993), a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Brasil, 2004a) e, por fim, o Guia de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (Brasil, 2006a).

Na Constituição Federal, encontrei apenas *uma* referência ao tema. Em capítulo referente à Seguridade Social, no artigo 203^o, inciso III, ficou estabelecido que a Assistência Social tem como um de seus objetivos “a promoção da integração ao mercado de trabalho” (Brasil, 1988). Entretanto, a questão da formação para o trabalho não é citada nesse mesmo capítulo, mas em capítulo referente à Educação. Nesse último, o artigo 214^o prevê a existência do plano nacional de educação, de duração plurianual, que deve conduzir, dentre outros itens, à “formação para o trabalho”.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) reafirma o que fôra estabelecido na Carta Magna; em seu artigo 2^o, coloca como um dos objetivos da Assistência Social “a promoção da integração ao mercado de trabalho”. Além disso, o capítulo IV da LOAS, que trata “Dos Benefícios, dos Serviços, dos Programas e dos Projetos de Assistência Social”, em sua Seção V fala, especificamente, dos projetos de enfrentamento da pobreza. No artigo 25^o, fica estabelecido que

Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Isto é, a LOAS prevê o investimento financeiro e técnico nos grupos populares, de forma a lhes propiciar possibilidades de produção econômica e de gerir seu próprio trabalho, a fim de que tenham melhores condições de vida. Além disso, o artigo seguinte diz que o incentivo a esses projetos de enfrentamento da pobreza deve ser realizado a partir da articulação de diferentes áreas governamentais, e com a cooperação de organismos não governamentais e da sociedade civil, não sendo de responsabilidade apenas de organismos governamentais.

Não há na LOAS nenhuma referência mais específica a trabalho ou à formação para o trabalho, além dessas, genéricas, citadas. Parece que apesar de um dos objetivos da Assistência Social ser a promoção da integração ao trabalho, não está claro o que seria exatamente sua incumbência, e de que forma pode ser feita a referida promoção.

Já a PNAS prevê, no âmbito da Proteção Social Básica, o oferecimento de serviços que promovam a integração ao mercado de trabalho, tais como “programa de inclusão produtiva e projetos de enfrentamento da pobreza”, e “Centros de informação e de educação para o trabalho”, voltados para jovens e adultos (p.35). Entretanto, não encontrei especificações em relação ao que seriam esses serviços.

Vale dizer que termos como profissionalização, capacitação, ou formação para o trabalho não foram citados na PNAS (apenas educação para o trabalho, citado uma vez).

Por fim, dos serviços, programas, benefícios e projetos previstos pelo Guia de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social, alguns programas e projetos possuem relação com trabalho. São eles:

- Capacitação e promoção da inserção produtiva;
- Promoção da inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família-PBF e no Benefício de Prestação Continuada;
- Projetos e Programas de Enfrentamento à Pobreza;
- Grupos de Produção e Economia Solidária;
- Geração de Trabalho e Renda;

Em relação à promoção da inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família, vale tecer alguns comentários. Uma das principais críticas feitas ao programa era a de que ele não promovia articulações com a questão do trabalho e da qualificação profissional; dizia-se que o Bolsa Família era uma “porta de entrada” que, no entanto, não apresentava “porta de saída”. No sentido de superação dessa crítica, no segundo semestre de 2008 foi lançado um projeto de adesão de beneficiários do Bolsa Família ao Plano Setorial de Qualificação (PlanSeq), que consiste em capacitação na área da construção civil, com posterior

inserção de parte desses trabalhadores qualificados nas obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PlanSeq é parte integrante do Plano Nacional de Qualificação, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através da Secretaria de Políticas Públicas e Emprego, que caracteriza-se como “um espaço de integração entre políticas de desenvolvimento e emprego [...] com oportunidades concretas de ocupação nos novos empregos gerados” (Brasil, 2007, p.04). Foi instituído em 2004, tendo como público-alvo “trabalhadores/as desocupados/as e populações socialmente vulneráveis” (Ibid., p.03).

A operacionalização da articulação do PlanSeq com o Programa Bolsa Família vem acontecendo da seguinte forma: estão sendo enviadas pelo MDS, cartas endereçadas às famílias beneficiárias do programa (de forma gradual, com um número determinado a cada mês), fazendo o convite para que um dos integrantes dessa família (homens ou mulheres), maior de 18 anos e com, no mínimo, quatro anos de escolaridade, participe de uma das modalidades de qualificação oferecidas; a participação não é obrigatória. Finda a capacitação, há a possibilidade de que o indivíduo formado seja inserido nos canteiros de obras do PAC mais próximos de sua residência.

Segundo artigo publicado no Jornal do Brasil (19/01/2009), com o título “Beneficiários do Bolsa-Família recusam a porta de saída”, o Secretário de Articulação Institucional e Parcerias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) considera que “a construção civil é o setor ideal para absorver o público do Bolsa Família”. Entretanto, até o momento a adesão dos beneficiários ao PlanSeq tem sido baixa. A matéria aponta para o fato de que apenas 5% dos 360 mil convites enviados foram aceitos. Afirma ainda que o MDS

tem atribuído a baixa adesão ao fato de o programa ter sido lançado em um período de transição política, quando mais da metade das administrações municipais foram trocadas. Outros fatores seriam a dificuldade de se chegar às famílias e a baixa qualidade de leitura das mesmas, que também teriam impedido uma adesão mais efetiva.

Ainda assim, o artigo assinala que em 2009 serão lançados outros PlanSeq's, com a intenção de treinar vinte e cinco mil pessoas na área de Turismo; “de olho na alta do dólar e na copa de 2014 no Brasil, o MDS acredita que esse segmento será capaz de contratar uma parcela considerável de trabalhadores nos próximos anos”.

Com relação à inclusão produtiva dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada ainda não existe nada sistematizado.

3.2 A prática - formação para o trabalho em CRAS do Estado de São Paulo

Sobre os outros itens previstos pelo Guia de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social, vale dizer que cada município, através de sua Secretaria de Assistência Social (o nome da Secretaria nem sempre é esse), tem tido autonomia para desenvolver seus serviços, programas e projetos. Com isso, é possível a observação de uma grande diversidade em relação ao que cada CRAS oferece.

Antes de falar sobre o que é oferecido atualmente nos CRAS, em termos de cursos de formação para o trabalho, entendo ser importante buscar um resgate da construção histórica de tais cursos. Vale lembrar que nas pesquisas bibliográficas realizadas, não encontrei material a respeito dessa temática. Assim, entrei em

contato com a Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) de Osasco, responsável por supervisionar os trabalhos desenvolvidos por quinze municípios da região da Grande São Paulo na área de Assistência Social, e solicitei informações. Não foi possível obter material escrito, mas a partir de conversa informal com um dos técnicos da DRADS, pude traçar *linhas gerais* sobre o tema, especificamente sobre a história específica de uma região da Grande São Paulo. Os próximos parágrafos que apresentarei, referem-se a essas linhas gerais.

A maior parte das Secretarias de Assistência Social oferece cursos de qualificação a seu público-alvo, não tendo sido possível precisar há quanto tempo isso acontece. Entretanto, na maioria dos casos, esse oferecimento parece ser anterior ao surgimento do SUAS e da instalação dos CRAS. Isto é, os cursos não “nasceram” com a nova Política de Assistência Social.

A denominação que recebem esses cursos pode variar: são chamados de cursos profissionalizantes, cursos de qualificação profissional, oficinas, e cursos para geração de trabalho e renda. Mas embora variem os nomes, os conteúdos não parecem diferir tanto.

Historicamente, a maior parte do público-alvo da Assistência Social tem sido o feminino. A partir das práticas cotidianas, teria surgido a possibilidade de oferecer cursos a essas mulheres, para que ocupassem seu “tempo livre” - numa espécie de laborterapia-, e também para que adquirissem alguma habilidade que, de preferência, pudesse lhes ser útil em casa e gerar alguma renda. Além disso, teria sido considerado interessante que tais atividades aprendidas pudessem ser realizadas nos próprios domicílios, já que, em geral, essas mulheres tinham grande parte de seu tempo ocupado com as atividades domésticas e o cuidado com os filhos. Mais um fator levado em consideração teria sido seu baixo nível de

escolaridade, que talvez dificultasse o aprendizado de tarefas mais complexas. Assim, assistiu-se a uma proliferação na criação de cursos, em sua maioria relacionados a modalidades de artesanato, à culinária, e à costura.

Um segundo motivo que merece ser levado em conta ao refletirmos sobre como foram escolhidas as modalidades de curso a serem oferecidas, é a questão da conhecida falta de recursos para a área da Assistência, que vem sendo tratada de forma secundária e fragmentada, quer no conjunto da ação federal, estadual ou municipal. Esta informação é comunicada pelo técnico da DRADS, e confirmada através de literatura (CFP/CEFESS, 2007). Como decorrência da limitada disponibilidade financeira, nota-se que foi freqüente que os municípios contratassem uma “moça oficineira” para dar aulas, já que ela que cobrava pouco para ensinar aquilo que sabia, e também precisava ganhar algum dinheiro. Isto é, não pareciam haver grandes planejamentos em relação ao oferecimento de cursos; as coisas iam acontecendo, conforme apareciam necessidades e possibilidades.

No entanto, mudanças significativas ocorreram no âmbito legal da área da Assistência Social. As diretrizes e objetivos do atendimento a população-alvo mudaram. Apesar disso, determinadas práticas parecem ter mudado muito pouco, sendo reproduzidas até o presente momento. A Política de Assistência Social foi inteiramente reformulada, mas tal fato é relativamente recente, e junto a novas formas ainda coexistem práticas antigas, heranças de um outro modelo.

Parece que muitos dos CRAS, através das respectivas Secretarias Municipais de Assistência Social, ainda promovem principalmente cursos que poderiam ser chamados de ocupacionais (termo empregado pelo técnico da DRADS) como por exemplo os cursos de biscuit e crochê, além de grande oferta de

cursos de cabeleireiro e manicure, sem que, no entanto, sejam feitos estudos sobre qual a capacidade de absorção destes profissionais em dada região.

Se a intenção hoje é promover a integração da população usuária dos serviços da Assistência Social ao mercado de trabalho, como diz a Constituição Federal e a LOAS, dentre outros documentos, as práticas deverão ser repensadas, e estratégias terão que ser reformuladas. Provavelmente, o trabalho a ser realizado extrapole as possibilidades de uma Secretaria de Assistência Social, e torne-se necessária uma articulação com outras Secretarias, por exemplo, Secretaria do Trabalho, como já vem fazendo alguns municípios.

3.3 Os cursos oferecidos pelo CRAS em questão

Para matricular-se em um dos cursos oferecidos pelo CRAS onde se realizou esta pesquisa, o interessado (ou interessada, já que a maior parte dos inscritos é do sexo feminino) precisa comprovar a residência no município e ter uma renda familiar máxima de dois salários mínimos por mês. As inscrições são feitas duas vezes por ano, e chegam a se inscrever, em média, duzentas pessoas por semestre.

Atualmente, os cursos oferecidos são: manicure, cabeleireiro, artesanatos diversos (biscuit, crochê, bijouteria, ponto russo, decoupage, bordado em fita), corte e costura, confeitaria, culinária e informática. A duração média dos cursos é de quatro meses, com aulas que tem a duração média de duas horas, em um dia da semana. A carga horária total dos cursos, então, é de aproximadamente 32 horas. Findos os cursos, há uma cerimônia de formatura, com entrega de certificados.

Há também o oferecimento de turmas específicas para os beneficiários do programa Renda Cidadã, onde a carga horária é ainda menor, já que são dadas apenas duas aulas mensais. O motivo de serem dadas menos aulas, está relacionado com o fato de, nesse caso, o curso ser algo obrigatório; assim, não exige-se que as mulheres participantes tenham que ir ao CRAS todas a semana, mas apenas duas vezes por mês. O resultado é que ao final do semestre, as alunas recebem o certificado de um curso, tendo feito menos de 15 horas de aula. Quando os cursos dados exigem um desenvolvimento maior de habilidades (por exemplo o de manicure, quando comparado a um curso de artesanato), algumas alunas se queixam, ao final do quadrimestre, de terem aprendido muito pouco, e de não terem adquirido conhecimento e segurança suficientes para exercer aquela atividade (no exemplo dado, fazer a unha de alguém).

É oferecida uma modalidade específica de curso, às vezes duas, em cada quadrimestre. Aquelas que não tiverem afinidade com o tipo de curso oferecido, podem escolher qualquer outra modalidade dentre os cursos oferecidos naquele semestre (não voltados especificamente para o programa Renda Cidadã, e com aulas semanais).

Diversos pontos poderiam ser discutidos. Uma discussão possível diz respeito a que tipo de qualificação as mulheres que participam desses cursos adquirem. Aonde poderão chegar depois de terem concluído-os? Parece não ser preciso reflexões demasiadamente profunda para se considerar que as possibilidades abertas pela participação nesses cursos é bastante limitada. Dentre as mulheres que conseguem obter uma fonte de renda após a participação em um deles, a maior parte diz respeito ao mercado informal. Vale dizer que em um período de dois anos, me lembro de menos de dez pessoas que depois de terem feito um

curso, tiveram um acesso facilitado para conseguir um emprego (a maioria delas tinha feito cursos de culinária ou confeitaria). Quanto as cabeleireiras e manicures formadas, seria possível pensar na obtenção de empregos em salões de beleza, não fosse o fato citado de serem “formadas” inúmeras mulheres a todo semestre, moradoras da mesma região. Isto é, são cursos que não promovem uma mudança efetiva, há algo de ilusório em pensar que esse cursos profissionalizam, ou qualificam para o trabalho.

Falando brevemente sobre a questão da qualificação profissional, cito algumas colocações interessantes feitas por Franzoi (2006).

A autora busca, na comparação entre os significados de qualificação na língua de diferentes países, a origem do conceito de qualificação e a tendência do debate de cada um desses países, e refere que as respostas às perguntas “*o que é um trabalhador qualificado? E o que é qualificação em geral?*” são dadas de formas diferentes em cada país” (pp.43-44).

Enquanto na Alemanha o termo Facharbeit, utilizado para definir qualificação, refere-se à especialização no sentido smithiano, ou seja, parcelização, as definições nas línguas inglesa e francesa, apesar de suas nuances, guardam em comum a idéia de um trabalho de muito boa qualidade, ligado à habilidade, que pode ir desde a simples destreza física ao talento, chegando, na língua italiana, a abarcar virtude e idoneidade – ‘um sentido espiritual excepcional do êxito’ (Naville, 1996, p.7). Referem-se, enfim, à idéia de que é o trabalho bem feito, que pode ser executado pelas pessoas individualmente, dentro de suas especialidades”. (Franzoi, 2006, p.44)

Apesar desta diferença de significados, a autora considera ser possível reter dois pontos em comum nas diferentes definições de qualificação: a adaptação às normas técnicas e o tempo de aprendizagem. (Ibid.)

Pensar a partir do primeiro ponto colocado é difícil no caso dos cursos aqui enfocados. Talvez seja possível pensar em alguma forma de normas técnicas de cabeleireiro ou manicure, mas ainda assim o segundo ponto limitaria tal adaptação. Como afirmei anteriormente, em relação ao tempo de aprendizagem (mesmo sem referências concretas de qual seria o tempo de aprendizagem suficiente para se falar em qualificação nessas modalidades oferecidas), é possível se pensar que o tempo dos cursos é insuficiente para que fale em qualificação. Afirmo isso a partir do que os próprios monitores dos cursos e alunos dizem, sobre os cursos darem apenas uma introdução àquele campo, ensinando somente o básico. No curso de cabeleireiro, dá tempo de ser ensinado apenas o corte básico, por exemplo. Não se aprende como fazer tinturas, nem se avança para cortes mais “complexos”. No curso de informática, há apenas a introdução, para quem não tem conhecimentos relacionados.

Acredito não ser necessário estender mais essa questão.

VI. METODOLOGIA

VI. METODOLOGIA

1. Retomando os objetivos da pesquisa

O objetivo desta pesquisa foi *ouvir* algumas mulheres em situação de pobreza, buscando compreender sua dimensão subjetiva a respeito dos cursos oferecidos pelo CRAS. O objetivo específico foi saber delas o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) nunca participaram desses cursos, tendo em vista já terem procurado serviços ou programas sócio-assistenciais que o CRAS oferece, como programas de transferência de renda e de fornecimento de cestas básicas

No capítulo I formulei algumas hipóteses para a ocorrência do fato acima descrito; em resumo, questioneei se entre os denominados “excluídos sociais”, dentre eles as mulheres que encontram-se em situação de pobreza, ocorreria uma forma de “auto-exclusão”. Em outras palavras, hipotetizei se tais mulheres, provavelmente excluídas por tanto tempo de tantas oportunidades, ao depararem-se com o oferecimento das mesmas, sentiriam que a tais oportunidades não têm direito, que “não é para elas”. E, para refletir sobre tal hipótese, me dispus a escutar o que algumas destas mulheres tinham a dizer.

2. Concepção metodológica

A metodologia utilizada neste trabalho para a coleta de material foi a qualitativa, tomando em conta a especificidade e complexidade da pessoa humana e do objeto da pesquisa.

A base teórico-metodológica utilizada foi a da psicologia sócio-histórica, cuja perspectiva busca a compreensão do fenômeno em estudo (no caso, a não-participação nos cursos) para além do empírico, da evidência direta, da imediatez que marca a relação sujeito/objeto no mundo concreto. Não há, como objetivos deste trabalho, a descrição, a predição e o controle, e sim a *compreensão* de processos subjetivos complexos.

Concordo com Rey (2005) quando adverte que a construção de um viés qualitativo de pesquisa não deve dar-se apenas a nível metodológico, em relação aos instrumentos, mas também no nível epistemológico. Assim, remeto-me à proposta de Vigotski, que a partir da revisão dos métodos de pesquisa existentes no campo da psicologia no início do século XX, entendeu ser necessário desenvolver uma nova metodologia capaz de abarcar uma visão materialista histórica e dialética (Vigotski, 2000). No final do mesmo século, Rey retomou as proposições vigotskianas, tendo destacado alguns princípios que considerou essenciais para um processo de investigação, alinhado ao que chamou de *epistemologia qualitativa* (Rey, 2005).

Um dos princípios assinalados por Rey refere-se ao fato de que não nos apropriamos do conhecimento como quem se aproxima de forma linear de um fenômeno estático, ou de algo previamente dado e que espera para ser descoberto. A realidade, segundo o autor, existe numa intersecção de diferentes campos que por

sua vez existem para além de nossas práticas. E quando nos aproximamos desta realidade através de uma destas práticas, como por exemplo através do fazer científico, produzimos um campo novo, no qual os aspectos sensíveis da realidade e as nossas práticas formam uma totalidade inseparável (Rey, 2005).

Marchesan (2007) aponta para uma perspectiva que também adoto neste trabalho; ele não crê que as respostas estejam no sujeito, e que o trabalho do pesquisador seja revelá-las. Acredita, sim, que os instrumentos utilizados durante a pesquisa acabam por produzir no sujeito respostas que ele não possuía anteriormente. Assim, a própria palavra 'resposta' não parece adequada, visto que os dados se constituem na relação. Para o autor, o conhecimento é uma forma de acesso ao real, que será sempre parcial e limitado por nossas práticas. O autor coloca que

Nesse sentido, deixamos de lado tanto uma postura relativista absoluta que propõe que a realidade não é passível de ser conhecida, quanto a idéia positivista de que a realidade já está previamente dada e é independente do observador, que deve ser neutro e precisa evitar sua influência sobre os fenômenos estudados. (Marchesan, 2007, p.116)

A partir da idéia de que o conhecimento é uma *construção* humana, surgiu o conceito de zona de sentido. Rey (2005) define zona de sentido como "... aqueles espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica e não esgotam a questão que significam, senão que pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica" (p.23).

Tal recurso metodológico se coaduna com uma visão não reducionista da realidade, que leva em conta sua complexidade e possibilita constantemente novas produções teóricas, a partir do confronto do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos que se mostram. Ainda, abre a possibilidade de tais construções

se relacionarem e se articularem de novas maneiras, “permitindo que a sensibilidade do modelo seja depurada, avançando na produção de novas zonas de sentido”. (Rey, 2005, p.24)

Outra característica da epistemologia qualitativa, segundo Rey, é a compreensão da comunicação como forma privilegiada de acesso aos sentidos subjetivos do indivíduo. A partir disso, há a necessidade de que sejam levados em conta determinados fatores na hora desta comunicação com o sujeito, tais como: quem é o pesquisador, a partir de que lugar ele fala; a partir de que lugar o sujeito fala. Tais fatores “atuam na construção dos sentidos subjetivos por parte do sujeito no próprio momento de comunicação com o pesquisador, daí seu caráter dinâmico” (Ibid.).

Minayo (1998) também ressalta a importância de se saber de que lugar o sujeito fala; ela assinala que estabelecer o contexto sócio-histórico do grupo social dos sujeitos da pesquisa constitui o marco teórico-fundamental para a análise, e que tal contexto deve estar presente durante todo o processo de pesquisa e também no momento interpretativo¹⁷.

A questão da singularidade também é tocada por Minayo (Ibid.) como nível legítimo da produção de conhecimento. Ela afirma que numa abordagem qualitativa o critério de representatividade não é numérico: “preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão” (p.102).

Vale observar que o fato de pesquisar-se um número limitado de sujeitos não implica em exclusão de pensar outros casos, mas sim em uma contribuição à *reflexão* de outros casos, tomando este estudo por referência. Mesmo porque,

¹⁷ Farei tal descrição no item 6 deste Capítulo.

embora a compreensão a ser buscada seja da subjetividade de *cada* indivíduo, e dos sentidos particulares por eles produzidos, é necessário que se considere haver algo do sujeito que não é apenas dele. Para a perspectiva adotada, a própria subjetividade é mediada pelas situações sociais e históricas. Assim, o social se revela no individual e vice-versa. Cada ser é único, mas tem encarnado em si o mundo social com que se relaciona. Nesse sentido, Minayo (1998) fala sobre os modelos culturais interiorizados que são revelados numa entrevista, os quais refletem o caráter histórico e específico das relações sociais.

Uma preocupação presente nos momentos iniciais desta pesquisa era de que por ser funcionária do CRAS e por já conhecer os sujeitos, o estudo poderia ter um viés comprometedor. Mas as leituras a respeito da metodologia qualitativa logo desconstruíram tal preocupação. Minayo (Ibid.) é uma das autoras que trata desta questão:

No caso da pesquisa qualitativa, [...] o envolvimento do entrevistado com o entrevistador, em lugar de ser tomado como uma falha ou um risco comprometedor da objetividade, é pensado como uma condição de aprofundamento de uma relação intersubjetiva. Assume-se que a inter-relação no ato da entrevista contempla o afetivo, o existencial, o contexto do dia-a-dia, as experiências, e a linguagem do senso comum, e é condição 'sine qua non' do êxito da pesquisa qualitativa". (p.124).

O fato descrito não seria, então, algo que necessariamente viesse a "atrapalhar" a pesquisa. O que se faz necessário é que esta situação seja explicitada, assim como os lugares de onde falam o sujeito e o pesquisador. Assim, o fato de pesquisadora e entrevistadas já se conhecerem, a partir de um determinado tipo de relação (psicóloga x usuária da Assistência Social) não é algo

desprezível, mas, sim, algo que faz diferença, e que deve ser levado em conta no momento de análise e interpretação do material.

Minayo (1998) assinala a “premissa básica [...] de que *entrevista* não é simplesmente um trabalho de coleta de dados, mas sempre uma *situação de interação* na qual as informações dadas pelo sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador” (p.114).

A dissimetria nas posições do entrevistador/entrevistado, o fato de pertencerem a diferentes classes sociais também é algo que precisa ser compreendida e assumida criticamente em todo o processo de pesquisa. Seguindo Minayo (Ibid.) “o impacto resultante do pertencimento a outra classe, que se concretiza em experiências socioculturais e até conflitantes, é um dado condicionante da pesquisa, junto com todos os outros fatores que acompanham qualquer uma de suas fases” (p.115).

3. Os sujeitos da pesquisa

3.1 Critérios de escolha

Foram sujeitos desta pesquisa três mulheres, moradoras de um bolsão de pobreza em um município da Grande São Paulo e beneficiárias de algum dos programas sócio-assistenciais oferecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, através de um CRAS. A opção por fazer a pesquisa com indivíduos do sexo feminino deu-se por serem as mulheres, conforme já explicitado no Capítulo I, o público que predominantemente frequenta o CRAS e os cursos oferecidos (até porque a maior parte das modalidades de cursos é direcionado ao público feminino).

Para a escolha dessas mulheres, foi feita uma pesquisa nos cadastros do CRAS, buscando o cumprimento de alguns critérios. Cada uma das entrevistadas deveria:

- ser membro de família com renda mensal inferior a dois salários mínimos (já que tal limite de renda é critério para a matrícula nos cursos);
- residir próximo ao CRAS;
- não ter participado de quaisquer dos cursos profissionalizantes oferecidos;
- participar de algum dos programas sociais do CRAS;
- já ter sido informada sobre a existência dos cursos profissionalizantes (tal informação é registrada pelos profissionais que realizam os atendimentos);
- não ter filhos menores de 2 anos, o que por si só poderia ser impeditivo à frequência nos cursos do CRAS, ou mesmo para o trabalho, já que apenas crianças a partir desta idade podem ficar nas creches municipais, ou na Casa de Brinquedos do CRAS;

- trabalhar no mercado informal, fazendo “bicos”, ou estar desempregada;
- situar-se na faixa etária de 25-35 anos.

No caso de trabalho com “bicos”, o mesmo não deveria exigir qualificação profissional. Assim, foram excluídas as mulheres que têm profissão com alguma qualificação, o que poderia justificar a falta de interesse em uma *outra* qualificação.

Selecionando quem trabalha, ou que já tenha trabalhado, ficaram excluídas da pesquisa mulheres cujas famílias mantêm a cultura de que é apenas o homem quem deve sustentar a casa, cabendo a elas, mulheres, ficar em casa e cuidar dos filhos.

Sobre a escolha de uma determinada faixa etária, houve a intenção de delimitar uma fase do ciclo geracional, já que a presença de pessoas em fases muito distintas poderia aumentar muito o número de variáveis da pesquisa, considerando que as preocupações e valores de pessoas de diferentes gerações tendem a ser bastante distintos.

A decisão pela faixa específica de 25-35 anos se deveu ao fato de não serem mais tão jovens, já terem adquirido uma certa maturidade ou experiência de vida e, ao mesmo tempo, ainda serem jovens o suficiente para fazer projetos, eventualmente buscarem qualificação para o trabalho; enfim, por terem ampla gama de possibilidades pela frente (ao menos não limitada pelo fator idade).

3.2 *As entrevistadas*¹⁸

a) Primeira entrevistada

Nome: Diana

Idade: 25 anos

Número de filhos: 02

Idade dos filhos: gêmeos de 04 anos

¹⁸ Os nomes apresentados são fictícios.

Programas sócio-assistenciais dos quais participa: Viva Leite, Renda Cidadã e aguarda vaga para o Bolsa Família.

Atualmente não está trabalhando, mas até pouco tempo atrás fazia “bicos” de faxineira em uma casa de família.

b) Segunda entrevistada

Nome: Eli

Idade: 35 anos.

Número de filhos: 04

Idade dos filhos: 03, 05, 07 e 13 anos.

Programas sócio-assistenciais dos quais participa: Viva Leite, Renda Cidadã e aguarda vaga para o Bolsa Família.

Atualmente faz “bicos” esporádicos de faxineira em um hotel e em uma casa de família.

c) Terceira entrevistada

Nome: Silvia

Idade: 30 anos

Número de filhos: 03

Idade dos filhos: 02, 06 e 10 anos

Programas sócio-assistenciais dos quais participa: Viva Leite, Alimentação e aguarda vaga para o Bolsa Família.

Atualmente faz “bico”, cuidando de um bebê, duas vezes por semana.

4. Procedimentos

4.1 Entrevista aberta com roteiro

Por haver interesse em várias dimensões das falas dos sujeitos, considerei que uma entrevista fechada, ou questionário, não seria método indicado. Era preciso um instrumento que permitisse saber das memórias das entrevistadas, de sua afetividade, desejos, carências, sofrimentos e do sentido que dão às suas experiências e a determinado objeto (os cursos oferecidos pelo CRAS). Movida pela intenção de conhecer as configurações do pensar, agir e sentir das entrevistadas, elegi como instrumento a *entrevista aberta com roteiro*.

Segundo Minayo (1998) esse tipo de entrevista é

[...] instrumento privilegiado de coleta de informações, pois a fala é reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos; além de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos sociais em situações sócio-econômicas, históricas e culturais específicas (p.23).

A autora considera ainda que este tipo de entrevista é um instrumento para orientar uma “conversa com finalidade”, devendo ser o facilitador de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação (Ibid.). Ozella, (2003), citado por Marchesan (2007), destaca a necessidade de instrumentos que provoquem a expressão do sujeito, permitindo que ele forneça ao pesquisador indicadores que viabilizem o processo construtivo/interpretativo, necessário para a construção do conhecimento.

4.2 Roteiro para as entrevistas

Para a condução das entrevistas, foi formulado um roteiro composto por quatro eixos, com o objetivo de estimular a expressão dos sujeitos a respeito de alguns pontos que julguei importantes. Mas com a preocupação de que tal roteiro ampliasse a comunicação, e que não se tornasse um obstáculo à mesma, as perguntas, durante a entrevista, não foram feitas exatamente conforme tal roteiro, e sim de acordo com o andamento da conversa, acompanhando o seu “fluir”. A intenção, com essa abertura, era poder apreender a “atmosfera” de cada entrevistada, emprestando expressão utilizada por Bosi (2003), a partir da liberdade que tinham de compor, à sua vontade, suas lembranças ou pensamentos. Os eixos foram os seguintes:

- 1) Motivo(s) das entrevistadas nunca terem participado de cursos oferecidos pelo CRAS.**
- 2) História da entrevistada – especialmente em relação a seu passado escolar e experiências profissionais.**
- 3) Questões relativas a trabalho.**
- 4) Projetos de vida.**

Apresento este roteiro no Anexo 1, ao final deste Capítulo, junto a algumas considerações sobre o que me motivou na construção de cada um deles.

4.3 A abordagem das entrevistadas

Quanto à abordagem das entrevistadas, o contato inicial com cada uma das escolhidas foi feito no CRAS, já que, por participarem de programas sociais, todas freqüentam-no por, no mínimo, uma vez por semana. Para cada uma delas,

expliquei, em linhas gerais, minha intenção ao entrevistá-las e o objetivo da entrevista. As três aceitaram prontamente o convite, e com cada uma agendei um horário no CRAS, fora do horário de expediente.

Nos dias e horários pré-agendados, expliquei a cada entrevistada que estava fazendo uma pesquisa, e que apesar de ser funcionária do CRAS, este vínculo não se estendia à pesquisa. Expliquei que sou psicóloga neste CRAS e também pesquisadora em outra instituição. Expus os objetivos do estudo e apresentei, por escrito, um termo de consentimento livre e esclarecido, relativo à participação na entrevista. Além disso, dei-lhes a garantia de privacidade e anonimato, a partir da confidencialidade dos dados coletados e da publicação dos resultados da pesquisa como um todo. Também comuniquei a elas que o áudio da entrevista seria gravado em fita, a qual seria inutilizada após a transcrição.

Vale dizer ainda que no trabalho de transcrição das fitas gravadas procurei garantir na transposição do oral para o escrito, o máximo daquilo que ficara em minha memória, incluindo pausas, entonações, olhares, gestos, pausas. Além disso, o exercício da escuta na íntegra foi uma espécie de retorno à entrevista, favorecendo posteriormente a interpretação realizada.

5. Análise do material qualitativo

Para a análise do material qualitativo, antes de recorrer à literatura especializada, procurei estruturar o material obtido nas entrevistas, organizando-o em categorias e compondo as falas, discriminando idéias, contradições, relacionando-as; enfim, buscando compreender a *maneira de ser* de cada entrevistada, assim como seus pontos de vista, evitando enquadrá-los, reduzi-los ou adequá-los a quaisquer teorias.

Para isso, realizei uma leitura repetida das entrevistas, exercício denominado de “leitura flutuante”, o que me auxiliou a apreender idéias centrais sobre o tema em foco, ajudando a estabelecer as categorias de análise.

Foram construídas seis categorias de análise, a partir de dois critérios.

O primeiro critério foi a importância que atribuí a alguns temas, a partir do conteúdo desenvolvido nos capítulos teóricos anteriores à realização das entrevistas. Tais temas, inclusive, fizeram com que perguntas específicas tenham sido feitas durante as entrevistas. Foram construídas dessa forma quatro categorias: Cursos Profissionalizantes, Escolarização, Trabalho e Futuro.

O segundo critério utilizado foi a frequência com que alguns temas apareceram, e sua capacidade de gerar emoções e motivar as entrevistadas. As categorias construídas dessa forma foram: Filhos e Relações Sociais de Gênero. Esse mesmo critério foi utilizado para a construção de sub-categorias, já que todas elas foram construídas em momento posterior à realização das entrevistas. Os temas dessas sub-categorias foram posicionados abaixo das categorias que as contextualizavam.

Para a discussão de cada uma das categorias e das sub-categorias, procurei abordar aquilo que de mais significativo aparecia nas falas de cada entrevistada,

citando, em diversos momentos, trechos de seus discursos. Depois da apresentação das falas das entrevistadas, procurei fazer uma análise fundamentada em literatura relativa ao tema, discutindo conjuntamente aquilo que apareceu em comum entre elas e/ou discutindo separadamente aspectos distintos surgidos.

6. O CRAS em que a pesquisa foi realizada¹⁹²⁰

O CRAS em que foi realizada a pesquisa está localizado em um município da Grande São Paulo e é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

Foi inaugurado em meados do ano de 2006, tendo sido instalado em uma região distante do centro da cidade, considerada de grande vulnerabilidade e risco social²¹.

A área de abrangência deste CRAS inclui quatro bairros, nos quais grande parte da população possui baixa condição sócio-econômica. Em relação à moradia, muitos moram em quintais coletivos, onde em um mesmo terreno vivem aglomeradas diversas famílias. São comuns as casas de um ou dois cômodos, de aluguel ou cedidas por familiares, com condições precárias; em épocas de chuva, por exemplo, muitas casas apresentam goteiras e vazamentos. É freqüente ouvir dos moradores que em suas casas “*chove mais dentro do que fora*”.

Junto a essa população pauperizada e às residências bastante simples, coexistem, em algumas partes do território, condomínios fechados e chácaras, onde pessoas com alta condição sócio-econômica residem, ou apenas mantêm as casas para freqüentarem aos finais de semana.

Em relação à ocupação laborial, boa parte dos moradores do sexo masculino trabalha na área da construção civil, enquanto as mulheres em geral

¹⁹ Farei, intencionalmente, uma descrição mais detalhada sobre o CRAS do que os objetivos deste trabalho exigiriam. Faço essa opção por considerar que pode ser importante ilustrar o funcionamento desse equipamento, visto que até o momento quase não existem publicações a respeito.

²⁰ Os cursos oferecidos pelo CRAS foram apresentados no Capítulo V, item 3.3.

²¹ De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), vulnerabilidade e risco são situações que decorrem de: perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida, identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social (Brasil, 2004a).

trabalham como faxineiras ou domésticas nos condomínios. Muitas dessas mulheres também obtêm alguma renda tomando conta das crianças de vizinhas ou parentes que precisam sair para trabalhar. Boa parte destes trabalhadores, talvez a maioria, faz apenas “bicos”, não tendo registro em carteira. Sua remuneração é baixa, não chegando, para muitos, a um salário mínimo mensal. É possível dizer que uma das características dessa população é uma constante alternância entre a ocupação e a não-ocupação.

A oferta de empregos na região é pequena, sendo bastante alta a taxa de desemprego. Opções de cultura e lazer também são escassas, sendo esta falta um motivo de freqüentes queixas dos moradores, especialmente dos mais jovens. Além disso, há um crescente número de problemas relacionados à violência e ao uso de drogas, ao qual a população assiste assustada.

Em meio a esse cenário, os serviços e programas do CRAS são bastante procurados. As pessoas chegam a ele por indicação de outras pessoas ou através de encaminhamentos de outros serviços públicos.

Com relação às instalações físicas, o CRAS funciona em uma casa alugada pela prefeitura, tendo duas salas de atendimento (psicologia e serviço social), uma brinquedoteca, salas para cursos e para reuniões.

A equipe de recursos humanos é reduzida, não atendendo, até o momento, às exigências da NOB-RH. Quanto ao trabalho realizado, quando uma pessoa ou família chega ao CRAS, é recebida inicialmente por uma recepcionista que, de acordo com o caso, encaminha-o para uma das técnicas. Após uma acolhida inicial e a escuta da demanda, são feitos os encaminhamentos necessários, seja para programas, cursos e serviços do próprio CRAS, seja para a rede de serviços do território (Conselho Tutelar, Posto de Saúde, CAPS, Secretaria de Educação, etc.).

Além dos cursos oferecidos no CRAS, são oferecidos também quatro programas sócio-assistenciais: o *Ação Jovem*, o *Renda Cidadã* e o *Viva Leite e o Alimentação*. É relevante descrevê-los sucintamente, principalmente pelo fato de as três entrevistadas participarem de pelo menos um deles.

Os Programas *Ação Jovem* e *Renda Cidadã*, ambos do Governo Estadual de São Paulo, são programas de transferência direta de renda. No primeiro, o público-alvo são jovens de 15 a 24 anos que estejam estudando, e o objetivo do programa é estimular que terminem os estudos. Há 60 jovens participando deste programa atualmente no CRAS. Quanto ao *Renda Cidadã*, as diretrizes do Governo Estadual para este programa estipulam que se priorize a inclusão de famílias residentes em bolsões de pobreza, que tenham elevado número de filhos, e cuja renda mensal per capita máxima seja de até cem reais. Além disso, devem ser priorizadas as famílias chefiadas por mulheres. Há cerca de 60 participantes em cada um desses programas. Cada um deles recebe a quantia de sessenta reais por mês.

Apesar de ambos os programas constituírem-se em simples transferência direta de renda, é facultativo aos municípios participantes que associem outras atividades a esta transferência às famílias. No CRAS em que foi realizada a pesquisa, ambos estão condicionados à participação das famílias ou dos jovens em reuniões sócio-educativas mensais, e no caso do *Renda Cidadã*, há ainda a obrigatoriedade de participação em um dos cursos oferecidos.

O Programa *Viva Leite* é oferecido pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Atende mais de 250 crianças no CRAS, com idades entre 06 meses e 07 anos. Vale dizer que quando há sobra de leite em um dia de entrega, esta é doada para pessoas que não estão inscritas no programa.

Por já saberem desse procedimento, no horário estipulado para a entrega, uma grande quantidade de pessoas se aglomera para tentar garantir ao menos um litro de leite; muitos vêm andando por diversos quilômetros.

Já no Programa Alimentação, as famílias cadastradas recebem uma cesta básica por mês. Como condicionalidade, precisam assistir a uma reunião socioeducativa mensal, nas quais são dadas palestras, em geral com temas relacionados à alimentação. Atualmente há 60a famílias beneficiárias deste programa no CRAS. Cada família pode permanecer nele por até um ano.

Há também um segmento do programa que beneficia idosos acamados, os quais recebem uma cesta básica por mês em suas casas; para eles não há tempo pré-estipulado para este recebimento; é feito enquanto dele necessitarem. Aos idosos que precisam, também é realizada entrega de fraldas geriátricas. Por fim, são feitos no CRAS atendimentos com órteses e próteses.

Quanto ao Programa Bolsa Família, no município onde o trabalho foi realizado ele não é gerido pela Secretaria de Assistência Social. Assim, no CRAS são feitos apenas os encaminhamentos das famílias, cujo perfil se enquadra no programa, ao local das inscrições.

VII. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

VII. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Conforme foi descrito no capítulo de Metodologia, a primeira etapa da análise das entrevistas consistiu na realização de uma “leitura flutuante” do material transcrito. Com isto, foi possível captar uma determinada maneira de ser das entrevistadas. Também foram anotadas algumas impressões sobre cada uma delas, e tais anotações serão apresentadas antes do início da análise propriamente dita.

As leituras repetidas das entrevistas, seguidas de reflexões inspiradas na perspectiva teórica deste trabalho, permitiram que fossem delimitadas seis categorias de análise, entendidas como temas gerais, a partir dos quais subcategorias também foram desenhadas. As categorias foram: cursos oferecidos pelo CRAS, escolarização, filhos, relações sociais de gênero, trabalho e futuro.

Sobre as entrevistadas:

Eli passa a impressão de ser uma mulher forte; fala bastante, com firmeza e continuidade. A cada pergunta feita, ela discorre fluentemente; um assunto a leva a outro, fala com veemência, acentua palavras, destaca frases, expressa opiniões com segurança. Sua voz apresenta diferentes entonações, dependendo do conteúdo daquilo que fala em cada momento. É, visivelmente, uma pessoa bastante ativa, de raciocínio rápido, cheia de energia e agilidade nos movimentos e pensamentos.

Diana se apresenta como uma pessoa calma, tímida, por diversas vezes bastante reticente. Quando lhe é feita uma pergunta, não responde de imediato; expressa algumas palavras aos poucos, de maneira bastante breve e nem sempre bem articulada.

Nos contatos que tive com Sílvia antes da entrevista, a percebia como alguém que, apesar de agitada, pouco falava. No entanto, durante a entrevista, ela fala bastante, muitas vezes não conseguindo nem esperar que eu termine uma pergunta, já me interrompendo. Mas, diferentemente de Eli, que parece ser alguém que é *geralmente* falante, as falas de Sílvia parecem nervosas, e passam a impressão de angústia. Repete algumas frases, e usa muitas expressões de indefinição, como “não sei”, “sei lá”, que parecem indicativas de alguém que está sentindo-se confuso. Ao final da entrevista, me agradece muito por tê-la escutado, dizendo que foi muito bom ter desabafado e que se sentia muito aliviada.

A) Categorias de análise

Feitas as considerações acima, iniciarei a apresentação das categorias, começando por aquilo que motivou esta pesquisa: a questão da não-participação nos cursos oferecidos pelo CRAS.

1. Cursos oferecidos pelo CRAS

1.1 A não-participação nos cursos

A princípio, Diana diz que não sabia da existência dos cursos oferecidos pelo CRAS. Porém, prossigo com essa questão, já que estranho esse desconhecimento, e ela afirma então que, quando ia ao CRAS, via as pessoas fazendo os cursos, sabia que eles existiam, mas que, no entanto, nunca havia perguntado à recepcionista “*do que se tratava*”. Em seguida, coloca que achava que os cursos eram destinados apenas às pessoas que participavam de programas no

CRAS, sem saber explicar o que a levou a fazer tal relação. Alguns instantes depois, Diana afirma que “*nunca nem passou pela sua cabeça*” fazer quaisquer dos cursos oferecidos no CRAS, atribuindo isto à uma “*falta de vontade*”, sobre a qual falarei posteriormente.

Vale apontar para a contradição expressa por Diana nesse início da conversa: primeiramente ela diz que nunca ouvira falar dos cursos, e logo depois afirma que sabia, sim, que eles aconteciam, apesar de achar que eram destinados a um público específico.

Minayo (1998) aponta para a premissa básica de que a entrevista é sempre uma *situação de interação* na qual as informações dadas pelo sujeitos podem ser profundamente afetadas pela natureza de suas relações com o entrevistador; assim, não é desprezível o fato de que sou pesquisadora e também técnica no CRAS onde a entrevista ocorreu. Levando isso em consideração, uma interpretação possível para a contradição apresentada por Diana é a de que talvez ela tenha atribuído um sentido de cobrança à pergunta que fiz; pode ter entendido que *deveria* ter feito cursos - embora eu tenha procurado evitar que houvesse qualquer tom desse tipo em minhas falas – e, assim, ter preferido afirmar que nem sabia da existência dos mesmos.

É claro que estas pontuações feitas não significam que Diana tenha articulado conscientemente essas relações, no curto intervalo de tempo entre a pergunta feita e a resposta dada, medindo minuciosamente as palavras que diria e a impressão que intencionava causar. Vale dizer que diante de algumas experiências, os indivíduos não conseguem apreender os múltiplos estados emocionais nelas envolvidos; assim, alguns aspectos permaneceriam inconscientes.

Como um dos pressupostos adotados neste trabalho é o de que as respostas não estão *a priori* no sujeito mas, sim, que os instrumentos utilizados durante a pesquisa acabam por produzir no sujeito respostas que ele não possuía anteriormente, é possível pensar que Diana não possuía uma resposta *pronta* a ser expressa; mas tal fala fôra construída naquele momento, no início da entrevista, a partir de minha pergunta e, provavelmente sob um estado emocional de alguma tensão, por encontrar-se em uma situação nova e em que não sabia o que seria esperado dela.

Logo no início da entrevista de Eli, algo chama a atenção: ela relata que desde criança deseja fazer um curso de manicure e, agora, tendo sido incluída no Programa Renda Cidadã e havendo a necessidade de fazer um curso, conformou-se em fazer um curso de cabeleireiro²². Por diversas vezes Eli expressa a preferência por fazer o curso de manicure, e não por qualquer outra modalidade (algumas das beneficiárias do programa, por exemplo, optaram em fazer cursos de artesanato); entretanto, faz afirmações como: “*saiu esse aí*”, “*saiu o de cabelo, então vou fazer*”. É como se existisse uma determinação que viesse pronta, quase que por uma “ordem superior”, à qual Eli não pudesse recorrer nem argumentar. A palavra “saiu”, usada por ela, se assemelha mais ao que se diria se tivesse acontecido um sorteio, do que a algo relativo ao fato de *peessoas* que trabalham em um determinado local (o CRAS) terem, por algum motivo, feito essa escolha (de naquele semestre oferecer, para além dos cursos regulares, o curso de cabeleireiro para os participantes do

²² Conforme foi colocado anteriormente, uma das condicionalidades do programa Renda Cidadã nesse município, é a exigência de que os beneficiários façam um curso. A cada semestre, é oferecido uma modalidade específica de curso, mas aos que preferirem, há a opção de fazer outras modalidades, não voltadas especificamente para os beneficiários do programa.

Renda Cidadã), escolha que talvez pudesse ser conversada, repensada. Eli sempre quis fazer curso de unha! Não de cabelo. Mas “*saiu o de cabelo*”, então vai fazer.

É possível se pensar, a partir da atitude de Eli, que não há uma apropriação dela, como usuária do CRAS, dos serviços oferecidos (no caso, dos cursos), conforme preconizam as normativas da Assistência Social. Para que possam ser atingidos os objetivos do CRAS, os(as) usuários(as) precisarão *ocupar* esse espaço, no sentido de apropriarem-se dele, poderem falar dele, fazer reivindicações. Tais colocações levam à uma discussão que não cabe ser feita aqui²³; entretanto cabe, sim, apontar que não há ainda esta apropriação por parte, pelo menos, de uma das entrevistadas, que considera a ordem que está colocada de forma *naturalizada*, e determinada de forma externa a ela, sem que apareça qualquer movimento em relação a cogitar sua participação na organização dessas atividades.

No caso de Sílvia, inicialmente ela também fala em falta de vontade de fazer os cursos, mas logo surge nova afirmação: tem vontade de fazer o curso de bordar pano; já chegou, inclusive, a se inscrever: “*até fiz inscrição, eu ia fazer inscrição pra pano, pra bordar pano. No fim, acabei nem vindo. Aí minha irmã ainda começou a fazer o curso de corte e costura, eu ia começar com ela, daí também não vim...*”

Diferentemente de Diana e Eli, as falas de Sílvia (e o tom de voz com que fala) parecem vir carregadas de angústia; ela diz que quer vir ao CRAS, “*pensa em vim*”, tem vontade, mas não vem, não consegue, não sabe o que acontece. Sílvia diz: “*eu tenho vontade de fazer desse aí, de bordar o pano, né. Eu tenho vontade mas assim... eu falo que venho fazer, acabo não vindo. Não sei o que acontece*”. Tenta explicar: não sabe se são as crianças que a impedem. Suas falas parecem

²³ Caberia uma discussão, por exemplo, a partir do ponto de vista do serviço: de que forma a participação dos(as) usuários(as) vem sendo possibilitada e estimulada?

truncadas, angustiadas. Por diversas vezes fala sobre o fato de querer fazer algum curso, não conseguir e não saber por que isso acontece.

Em dado momento, Sílvia fala a respeito da falta de estímulo do marido, e a impressão que tenho nesse momento é que isso foi a gota d'água para aliviar algo que estava preso. É sobre essa falta de incentivo do marido que ela fala na maior parte do tempo, repetindo isto por diversas vezes. O marido não a incentiva, a desencoraja, considera bobagem que ela faça os cursos nos quais está interessada, e Silvia acaba se desanimando: *“Tudo ele acha assim que... que é besteira. Tudo o que eu vou falar, que eu quero fazer, ele põe tipo uma pedra no meio do caminho, sabe? Então às vezes isso que me desanima, às vezes”*.

Mais adiante falarei sobre questões de gênero aí implícitas. Por ora, basta identificar que nessa terceira entrevistada há interesse em fazer os cursos oferecidos, mas que é um motivo externo a eles que a impede de fazê-los.

Das três entrevistadas, a única que parece realmente nunca ter cogitado fazer quaisquer dos cursos é Diana. Ao longo de sua fala, não foi possível identificar qualquer momento em que tivesse havido algum interesse em fazer um dos cursos. Ela fala sobre sua falta de interesse, e pela tranquilidade com que fala isso, considero difícil poder relacionar este fato com a hipótese feita no início deste trabalho. Não parece, a princípio, haver relação com uma possível auto-exclusão, em que a entrevistada se julgasse incapaz ou sentisse não ter direitos àquilo que está sendo oferecido.

Quanto à possibilidade de desejarem outras modalidades de curso, que não aquelas já oferecidas pelo CRAS, não aparecem quaisquer manifestações das entrevistadas. Não expressam a vontade de fazer *outros* cursos, e quando falam sobre “falta de interesse” ou de “vontade”, parecem referir-se ao *fazer cursos*, em

geral. A esta afirmação, poder-se-ia contrapor que uma pergunta sobre *outros* interesses não foi feita diretamente e que, se tivesse sido, talvez estimulasse que as entrevistadas pensassem a respeito, surgindo eventualmente sugestões. Também poder-se-ia colocar que não há como alguém falar sobre aquilo que não conhece, que não imagina. Silvia, por exemplo, em determinado momento da entrevista, diz que tem vontade de trabalhar em uma firma, trabalhar com carteira assinada; quem sabe se fosse oferecido algum tipo de curso que contribuísse para sua inserção no mercado de trabalho formal, sua motivação até aumentasse. Aproveito essa colocação para dizer que a maior parte dos cursos do CRAS parece não visar o mercado formal, dada as modalidades oferecidas e algumas das características apresentadas como, por exemplo, a reduzida carga horária.

Vale ressaltar também que diversos pontos das falas das três entrevistadas foram comuns às falas de outras mulheres usuárias do CRAS. Ao longo da análise, enunciarei algumas dessas semelhanças.

1.2 Os sentidos atribuídos aos cursos

Quando questionada sobre o valor que atribui aos cursos, Diana diz que eles *“ajudam bastante”*. Segundo ela, os cursos *“ajudam a arrumar trabalho”*, *“principalmente pra quem não terminou os estudos”*. Para a entrevistada, tendo feito os cursos, *“pelo menos, se arrumar um serviço, já tem mais ou menos uma noção, entendeu? Já entende mais ou menos. Fez curso, né?”*

Nessas falas, os cursos aparecem imbuídos de um sentido positivo. A relação que Diana faz com *“o pessoal que não terminou os estudos”*, denota que, para ela, os cursos podem suprir, de alguma forma, uma deficiência escolar prévia.

Além disso, a entrevistada relaciona-os de maneira bem direta com o mundo do trabalho: quem já fez curso, vai estar mais preparado para o trabalho, já vai ter “*uma noção*” ou, “*mais ou menos uma noção*”. Sua noção de curso parece ser a de algo que inicia o aluno de forma introdutória e prática no trabalho.

É interessante assinalar que depois de ter opinado sobre os cursos prepararem as pessoas para o mundo do trabalho, Diana finaliza com a frase “*fez curso, né?*”. É como se, para ela, esta frase resumisse tudo; dizer que alguém “fez curso” seria auto-explicativo, como se não precisasse ser seguido de explicação alguma, e não fosse necessário vincular nenhum adjetivo à palavra curso (fez um *bom* curso, por exemplo). Fazer um curso, parece significar, para Diana, ter feito algo que necessariamente tem qualidade e que, *naturalmente*, torna quem o fez mais apto a conseguir e a realizar um serviço. Não há qualquer crítica ou suspeita em relação aos cursos eventualmente não terem tanta qualidade, ou não ser aquilo que o mercado de trabalho “espera”.

Eli também atribui sentidos positivos aos cursos: eles são *bons*: “*é muito bom, né, é muito bom, é bom pra quem não tem condição de pagar um curso, sabe, é bom demais esse curso que o CRAS dá aqui pra gente*”. Explica que são bons por serem gratuitos, permitindo que pessoas com poucos recursos financeiros deles participem, e até que realizem sonhos, o que não seria possível não fosse sua gratuidade. Vale enfatizar a afirmação de Eli de que os cursos que o CRAS “dá”, são bons pra quem não pode pagar. Ela faz uma relação direta entre os cursos oferecidos, ou “dados”, e uma determinada “carência” que ela e seus pares apresentam, a privação de recursos financeiros. Talvez isso seja significativo para explicar algo que foi apresentado na sub-categoria anterior: o fato de Eli não ter requisitado a troca de um curso que lhe foi designado, por outro com o qual sempre

sonhou. Substituirei longas explicações pelo dito popular: “À cavalo dado não se olha os dentes”.

Eli também valoriza o fato de os cursos trazerem um valor não material, o aprendizado, que uma vez adquirido por alguém, desse alguém não poderá ser retirado: “*é uma coisa que a gente vai carregar direto, pro resto da vida*”, “*é uma coisa que ninguém vai tirar da gente esse curso*”. Essa questão de poder “carregar algo direto” parece ser especialmente significativa para Eli. É possível pensar que no contexto em que vive, onde as pessoas têm muito pouco em relação a recursos materiais, pouquíssimas coisas podem “carregar direto”. E, talvez o cerne da questão seja o fato de a entrevistada mostrar a existência de uma consciência daquilo que verdadeiramente pertence aos indivíduos, que é a questão da formação, em contraposição ao mundo do consumo, que é algo que não deixa marcas: um dia se tem, no outro não tem mais; é transitório e ilusório. Assim, Eli parece se referir ao curso produzir uma transformação na subjetividade de quem o faz.

Na fala de Sílvia, os cursos também aparecem conotados positivamente. Ela fala em algo bem concreto, palpável, próximo de sua realidade.

Se eu fizer um curso de bordar, alguma coisa, eu posso estar fazendo pra mim vender, alguma coisa tipo assim, né. Eu vejo muita gente fazendo e vendendo. Eu conheço, tem uma colega minha lá do Marco Pólo que ela faz e vende, inclusive às vezes eu compro dela também. Ela faz pra vender.

Sílvia associa os cursos com a possibilidade de aprender a fazer um produto a partir do qual poderá obter alguma renda. Fala isso a partir da observação que faz de seu entorno, de situações concretas, Sílvia observa a colega que faz e vende e, inclusive, é também cliente dessa colega. Percebe que a possibilidade de fazer o mesmo é real. Aqui aparece a questão do trabalho precário, com um curso oferecido pelo CRAS viabilizando que a aluna possa vir a fazer alguns “bicos”.

É possível pensar na possibilidade de o fato das entrevistadas considerarem os cursos como algo necessariamente bom, ter relação com o “consenso nacional” existente sobre a necessidade de que quaisquer pessoas constantemente busquem capacitações, cursos, reciclagens e certificados, conforme assinalado por Batista (2008).

1.3 Apenas uma ajuda?

Apesar de as três entrevistadas apresentarem visões positivas a respeito dos cursos e de suas conseqüências na vida de quem os faz, é possível, a partir de algumas falas, o apontamento de que tais benefícios, advindos dos cursos, seriam também limitados.

Podem trazer uma “ajuda” para algumas pessoas: aquelas que não têm dinheiro para pagar cursos pagos, aquelas que não terminaram os estudos e que podem adquirir *mais ou menos* uma noção etc. Enfim, as entrevistadas parecem crer que os ofícios aprendidos podem facilitar que consigam algum trabalho, principalmente o informal, mas não promoveriam alterações maiores do que aquela que uma “ajuda” pode trazer. A fala de Eli é ilustrativa: *“vou cortar o cabelo de alguém aí, “corta o meu cabelo”, dez, cinco reais, já é dinheiro. Já é uma ajuda, entendeu?”*

Ela vai aprender a cortar cabelo, e imagina que poderá ganhar “algum dinheiro” a partir disso, mesmo que seja uma quantia pequena. É quase como se dissesse: “Já é alguma coisa, melhor do que nada”.

2. Escolarização

A idéia de tratar da questão da escolarização das entrevistadas surgiu da hipótese de que talvez os cursos representassem a possibilidade de a dimensão escolar ser revivida na atualidade. Se isto fosse confirmado, seria possível se pensar na relação da não participação de alguma(s) da(s) entrevistadas nos cursos, com eventuais experiências ruins vivenciadas na escola, por exemplo.

2.1 O passado escolar - pouca valorização dos estudos

Em relação à escolarização, parece ser comum entre as três entrevistadas uma baixa valorização dos estudos durante seu passado escolar. Nenhuma delas concluiu o Ensino Básico, e as três, ao interromperem os estudos, o fizeram em meio ao ano letivo, não tendo concluído a série escolar que cursavam. Posteriormente falarei sobre o que as levou a essa interrupção.

Diana estudou até o primeiro ano do Ensino Médio, tendo parado quando tinha dezesseis anos. Afirma que na época de escola, *“mais faltava do que ia”*, tendo repetido mais de uma vez em decorrência de faltas. Sobre o motivo de faltar tanto, afirma que *“não dava vontade de ir e não ia”*. Sobre o que fazia nos dias em que não ia à escola, diz que não fazia nada de especial, apenas ficava em casa.

A entrevistada parece tranqüila em relação ao fato de não ter levado os estudos muito a sério, não expressando qualquer tipo de arrependimento. O fato de não sentir vontade de ir para a escola em certo dia, era suficiente para que realmente não fosse. Parece não ter havido um controle da família em relação a

essas ausências, já que, se Diana ficava em casa, é provável que seus pais soubessem.

Eli “resolveu sair de casa” para casar e “parou os estudos”. Na época, cursava o quarto ano do Ensino Fundamental e tinha 16 anos. Tenta ressaltar que não houve fatores externos pressionando-a a parar; “*se fosse pra ter continuado*”, “*eu tinha continuado*”. Decidiu parar, optando por ir viver com o namorado em outro lugar, provavelmente porque sua família não apoiaria esse casamento.

Já Sílvia estudou até a oitava série do Ensino Fundamental. Afirma que faltava muito, tendo repetido a sétima série por esse motivo. Sobre o motivo das faltas, ela diz: “*Hum... bagunça, né? (ri) Fazer o quê? Não tinha juízo, né?*”

Diana e Sílvia colocam que algo que as prejudicou em relação ao término dos estudos foi o excesso de faltas. É possível supor que seus pais não fizessem uma cobrança nesse sentido; talvez seus pais não valorizassem tanto os estudos dos filhos, ou não associassem a conclusão dos estudos com a possibilidade de um melhor futuro, ou com a possibilidade de obtenção de melhores empregos.

Atualmente, e isto será melhor discutido adiante, a maior parte dos pais parece cobrar a frequência escolar dos filhos, já que acreditam que da escolarização dependerá o futuro dessas crianças. Isto não parecia ocorrer com os pais das entrevistadas; provavelmente, não viam essa relação entre os estudos e um bom futuro para as filhas²⁴.

Outro aspecto que pode ser ressaltado é o de que as três entrevistadas possuíam uma idade avançada para o ano escolar que cursavam quando interromperam os estudos (principalmente Eli, que com dezesseis anos ainda estava na quarta série). Isso provavelmente aponta para o fato de terem ocorrido mais

²⁴ Há um fato que merece ser destacado. Atualmente, boa parte das famílias em situação de pobreza, participa do programa Bolsa Família, no qual uma das condicionalidades é que as crianças e adolescentes estejam matriculadas na escola, e com frequência escolar mínima de 85%.

repetências do que aquelas citadas nas entrevistas, ou interrupções no ano escolar anteriores a esta última.

Ao término da análise dessa sub-categoria, é possível afirmar que não foi possível observar dados que apontassem para a hipótese de que talvez os cursos representassem a possibilidade de a dimensão escolar ser revivida na atualidade. Além disso, nenhuma das entrevistadas manifestou vivências ruins marcantes em relação ao passado escolar, que pudessem ser atualizadas nos cursos, levando à não participação.

2.2 Gravidez, casamento e a interrupção dos estudos

Para as três entrevistadas, o que ocasionou a interrupção dos estudos foi a gravidez ou o casamento; para Diana e Sílvia a gravidez e, para Eli, o casamento. Quando questionadas sobre o por quê dessa interrupção, as respostas dadas são as seguintes:

Diana: *“Porque eu fiquei grávida, né, daí eu parei. Não voltei mais”.*

Eli: *“Porque eu quis, porque eu resolvi casar. [...] resolvi sair de casa e parei os estudos”.*

Sílvia: *“Quando eu engravidei eu saí da escola”.*

A princípio, parece claro que as “causas” da interrupção dos estudos tenham sido a gravidez e o casamento. No entanto, é possível aprofundar essa questão e colocar que, talvez, esses motivos expostos não tenham sido, de fato, os “causadores”, mas, apenas, “o estopim”, digamos, de algo que tinha probabilidade alta de acontecer. Para além do empírico, vale pensarmos sobre quais eram os projetos de vida dessas moças, bastante jovens na época. Façamos a hipótese de

que talvez houvesse uma descrença nos estudos, e a escolaridade não se constituísse, para elas, em um projeto de vida, em um valor, enquanto o casamento ou a maternidade, sim, constituíam-se como tal. É possível pensar que maternidade e casamento estivessem mais investidos de sentidos positivos do que os estudos.

Assim, pode ser que acontecimentos como gravidez e casamento não tenham sido exatamente aquilo que ocasionou que o projeto de escolarização não fosse concretizado; simplesmente, talvez tal projeto não existisse. Diana mesmo coloca que em sua sala, existiam algumas meninas grávidas que continuavam freqüentando as aulas; quer dizer, ela entendia que o fato de estar grávida não trazia como consequência *necessária* a interrupção dos estudos, mas mesmo assim parou. Em sua fala, afirma que não foi simplesmente o fato de estar grávida que a fez parar, ou uma eventual vergonha que sentisse dos outros colegas ou professores, ou receio de que a julgassem, por exemplo. A interrupção também não teve relação com seu parceiro daquela época, que estudava com ela. Em sua fala, Diana parece ter a intenção clara de destacar a idéia de que a decisão de ter parado foi realmente uma *escolha* sua.

Tal decisão reforça a idéia de que a escolarização não seria um projeto em sua vida, não era uma meta, enquanto a maternidade, sim, parecia ocupar esse lugar.

Vale destacar alguns estudos que têm tratado dessa temática. Em 1998, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou um artigo com o título “Gravidez na Adolescência vira projeto de vida para jovem carente”. Segundo a matéria, apesar de o sistema público de saúde oferecer métodos anticoncepcionais, em alguns casos com pílula do dia seguinte e distribuição de preservativo nas escolas, adolescentes brasileiras, principalmente as mais pobres e menos escolarizadas,

continuavam engravidando precocemente. Ter um filho, dizia o artigo, seria “uma maneira de chamar a atenção e mudar de vida”.

Na mesma direção, artigo publicado no Jornal “Folha de São Paulo” no ano de 2007 (www.folha.uol.com.br/fsp/mundo), apresentou resultados de uma pesquisa realizada na Argentina pelo Centro de Estudos de Estado e Sociedade, que apontava para a possibilidade de a maternidade ter se convertido em “um projeto de vida alternativo contra a falta de perspectivas para adolescentes pobres”. De acordo com essa pesquisa, ter um filho permitiria que essas adolescentes tivessem um projeto próprio, “além de garantir identidade à sua subjetividade fragilizada”.

Sawaia (1990) faz colocações que, de alguma forma, vão ao encontro dessas idéias. Ao falar sobre mulheres pobres, moradoras de uma favela da cidade de São Paulo, ela afirma que

Essas mulheres expropriadas de todas as oportunidades de realização pessoal encontram na maternidade a única possibilidade de criação, de objetivação da sua individualidade, capaz de garantir o sentimento de valor pessoal e de auto-estima” (p.49).

A autora não concorda com aquilo que por muitas vezes é apregoado pelo senso comum, de que as crianças seriam vistas, nas famílias pobres, “como uma garantia de repartir o esforço para produzir a sobrevivência” ou “como uma segurança para a velhice”. Para Sawaia, as crianças representam “a realização da identidade feminina. Essa é a função biológica que foi destinada à mulher, a única que lhe é possível cumprir, na qual se afirma como pessoa que tem algo de importante e útil” (Ibid., p.49).

Pode parecer, à primeira vista, que as questões recém discutidas distanciam-se da temática da não participação nos cursos. Defendo que, apesar de

não haver uma relação direta, há, sim uma relação indireta, no sentido de que as discussões feitas referem-se a um determinado campo de sentidos existente na vida de cada uma das entrevistadas. Imaginando uma situação fictícia, faz diferença se alguém sempre teve um objetivo, em relação a trabalho, por exemplo, dedicou-se aos estudos e agora não faz determinado curso (talvez houvesse uma aproximação da hipótese inicial apresentada neste trabalho), ou se alguém não tinha o estudo como projeto de vida, mas sim o projeto da maternidade. É claro que as afirmações anteriores tiveram significado em outros momentos históricos, e as questões atuais podem ser outras; mas ainda assim, não deixam de ser válidas.

2.3 A vinda de um filho como algo que leva à busca de trabalho

Para Sílvia, a vinda do primeiro filho parece tê-la levado a buscar um trabalho. Seu caso parece ter algo de substancialmente diferente em relação às outras duas entrevistadas: quando engravidou, Sílvia não tinha um companheiro que assumisse a ela e ao filho que viria. Assim, pode ser que tenha tido que substituir o estudo pela busca de um trabalho, já que agora teria alguém para sustentar. Sílvia explica: *“quando eu engravidei desse menino, na verdade meus pais não aceitaram, porque assim, eles me davam muito conselho, assim, rebelde, né? Não dava muito ouvido a eles, aí acabei engravidando, e foi através disso que eu comecei a ir atrás de serviço²⁵”*.

Houve necessidade de começar a trabalhar, pois agora tinha um filho; porém, a fala de Sílvia não deixa claro se a necessidade era financeira, ou moral (não podia mais continuar vivendo sustentada pelos pais; não era mais apenas filha,

²⁵ O fato de Sílvia ter começado a procurar um trabalho depois de ter engravidado, será discutido também a partir de uma outra perspectiva, discutida na sub-categoria 5.1.2.

era também mãe). Sarti (2003) afirma que filhos, como o casamento, significam responsabilidade: “os filhos dão à mulher e ao homem um estatuto de maioridade, devendo torná-los responsáveis pelo próprio destino, o que implica idealmente se desvincular da família de origem e constituir novo núcleo familiar (p.74)”. No caso de Sílvia, constituir novo núcleo familiar não era possível; era mãe solteira. A autora faz uma discussão interessante a respeito de mulheres que se tornam mães solteiras:

A capacidade de trabalho torna-se o meio através do qual a mulher pode *reparar seu erro*, mostrando que é *digna do respeito* conferido ao homem neste código moral. O trabalho *para sustentar o filho* redime a mulher, que se torna a mãe/provedora. Subordinado à maternidade, o trabalho confere à mulher a mesma autonomia moral que é reconhecida no homem/trabalhador/provedor. Ela trabalha e sustenta sua prole como forma de *reparação do erro* de ter uma vida sexual sem um parceiro fixo que legitime seu lugar de mulher, [...] A autonomia moral da mulher/mãe solteira tem como condição necessária que ela trabalhe e prove que é *muito mulher para criar seu filho*, condição necessária mas não suficiente, uma vez que sua independência econômica depende, para se consolidar como respeitabilidade moral, do apoio e da garantia de seus familiares (p.76, grifos do autor).

Não é possível afirmar se essa dimensão discutida acima por Sarti, sobre buscar o trabalho como forma de *reparar o erro*, estaria presente no caso de Sílvia, já que essa questão não foi suficientemente aprofundada na entrevista. Assim, fica colocada apenas como uma possibilidade interpretativa.

A fim de prosseguir, retomo a questão de que as entrevistadas talvez não tivessem, na época em que estavam na escola, a escolarização como um projeto. Por serem bastante jovens na época, proponho a seguir a discussão do contexto familiar em que as entrevistadas se inseriam, em relação ao aspecto específico da escolarização e dos sentidos atribuídos pela família ao mesmo. O que disseram

elas a respeito da escolarização de seus pais, e a respeito do que eles esperavam para suas filhas, em relação aos estudos?

2.4 A questão do estudo para a geração anterior: os pais das entrevistadas

Os pais de Diana estudaram até a quarta série do Ensino Fundamental. O pai trabalhava como pedreiro e a mãe como empregada doméstica.

As respostas da entrevistada são contraditórias: primeiro ela diz que o pai não valorizava os estudos dos filhos, e reforça esta afirmação com a observação de que apenas um dos filhos terminou os estudos: *“eu acho que eles não valorizavam muito. Porque de todos nós o único que terminou foi o caçula dos homens. Foi o de 27 anos. O único que terminou. Porque o resto, ninguém terminou”*. Porém, logo depois afirma que eles (pais) diziam que os filhos tinham que estudar, já que eles próprios não puderam fazê-lo: *“ele falava que a gente tinha que estudar, né. Porque eles não estudaram, então a gente tinha que estudar. Mas o único que estudou mesmo foi esse aí”*. Para além do conteúdo específico da contradição, chama a atenção o fato de Diana parecer não se dar conta da mesma. Mais de uma vez durante a entrevista, ela afirma algo e logo em seguida faz afirmação contrária ao que acabara de dizer; não procura justificar a nova afirmação, parecendo não perceber a contradição.

O pai de Eli era analfabeto e a mãe ela não sabe até que série estudou. Ela trabalhava fazendo entregas na feira e ele trabalhava na roça.

Eli afirma que o pai chegava a dizer que “*se os filhos quisessem ser gente*” teriam que estudar. Apenas estudando poderiam no futuro não “*rastar enxada*”, não trabalhar na roça como ele²⁶. Eli não se refere à opinião da mãe a respeito.

A mãe de Sílvia foi dona-de-casa, tendo há pouco tempo começado a trabalhar fora, passando roupa e cuidando de crianças; o pai é pedreiro. Quando questionada sobre a escolaridade de seus pais, Sílvia titubeia, e parece pouco à vontade para falar disso: “*Eles não tem, não tem.... acho que até a quarta série só também*”.

Ela coloca que os pais pouco conversavam com ela e a irmã, mas que a mãe, mesmo não incentivando os estudos das filhas diretamente, “*na vontade*” queria que as filhas “*terminassem o serviço*.” “*O serviço, não!*”, corrige Sílvia, “*a escola, e arrumasse um serviço*”. Sobre esse engano de Sílvia, é possível pensar que sua mãe até gostaria que as filhas terminassem os estudos, mas que talvez demonstrasse de maneira mais incisiva o desejo de que as filhas trabalhassem (não ficando claro se com “*serviço*” referia-se a um trabalho remunerado, ou ao trabalho doméstico).

De alguma forma, as três entrevistadas afirmam que os pais desejavam, sim, que as filhas estudassem. Porém, aqui cabe discutir uma questão: quais seriam as referências dessa valorização da escolarização por parte dos pais das entrevistadas? O pai de Eli, por exemplo, achava que os filhos tinham que estudar *para ser gente*, porém, é possível pensar que talvez para ele, “estudar” não fosse sinônimo de completar mais de uma década de Ensino Fundamental e Médio. Para ele, que não era alfabetizado, talvez alfabetizar-se já fosse algo significativo.

²⁶ Esta fala remete à idéia de referência negativa, sobre a qual discutirei na sub-categoria 3.4.

É interessante notar, nesse sentido, que Eli expressa que se daria por satisfeita se chegasse à sétima série. Quando pergunto se ela acredita que a volta aos estudos ocasionaria mudanças em sua vida, ela responde: “*ah, muita... principalmente se eu chegasse até a sétima série*”. Explica:

eu arrumei um serviço num condomínio [...] e ela perguntou até que série eu estudei, aí eu falei assim ‘estudei até a quarta’, e ela falou: ‘se você tivesse chegado ao menos na sétima série, você pegava o serviço, porque lá só pega até a sétima’. E eu falei ‘caramba, né, isso eu não pensei, né’.

Eli fala também sobre seu irmão que mais estudou dentre os irmãos, e que chegou a ser caminhoneiro:

dos meus irmão tudo que estudou, hoje ele trabalha, ele é caminhoneiro, tem um estudo muito bom, de tudo, entendeu, tudo. Ele viaja daqui para o Rio, entendeu, é um menino muito estudado, muito esforçado, interesseiro pra tudo, ele é interesseiro. Foi o único, também, dos nossos irmãos, sabe, que estudou e se deu bem, só.”

Para Eli, o irmão que se tornou caminhoneiro foi o único que estudou e “*se deu bem*”. Essas suas falas apontam para a existência de valores diferentes daqueles das classes médias e altas que, em geral, assumem como referência do “bom estudo” a realização de, no mínimo, o Ensino Médio, ou até mesmo de Ensino Superior²⁷.

2.5 Voltar à escola?

Em Eli e Silvia aparece a vontade de voltar a estudar; já Diana não cogitou, na entrevista, tal possibilidade. Ambas, Eli e Silvia, são pragmáticas, e relacionam a volta aos estudos à possibilidade de conseguirem um trabalho. Eli diz que já pensou

²⁷ Farei algumas colocações sobre a questão de “referências” e do “bom trabalho” na sub-categoria 5.4

em voltar a estudar “*só por causa de um serviço, [...] que se eu tivesse estudando, tinha pegado*”. Porém, ela diz que acaba desanimando, já que o estudo, somado às atividades que já faz, resultaria em ainda mais cansaço. Em momento posterior da entrevista, Eli diz que cogita voltar a estudar no ano que vem, no mesmo horário que seu filho. Vale lembrar mais uma vez a questão de não haverem respostas prévias à entrevista por parte das entrevistadas, prontas a serem desveladas pelo pesquisador. Eli, depois de ter dito que dificilmente voltaria a estudar - já que desanimava ao pensar no cansaço que sentiria -, afirma que talvez volte a estudar no próximo ano. A impressão que tenho com isso é que, conforme a conversa foi se desenvolvendo, e Eli falou sobre estudos, ela pôde tomar consciência da relação que fazia entre estudos e a possibilidade de ter melhores oportunidades de trabalho. Eli teria, naquele momento, produzido uma relação, dando novo sentido à possibilidade de retorno aos estudos e, a partir disso, teria feito a afirmação de que pretendia, sim, voltar a estudar no ano que vem.

Silvia acredita que não ter terminado os estudos a “*atrapalha muito [...] de arrumar um serviço*”, e apenas não volta a estudar porque não pode; afirma que “*se pudesse, terminaria*”. Explica que o marido não a apóia nessa empreitada, e isto será discutido adiante. Porém, é interessante notar que, ao mesmo tempo em que Sílvia acredita que terminar os estudos a ajudaria a conseguir um trabalho, constata a dura realidade da irmã, que apesar de ter terminado o Ensino Médio e de ter feito alguns cursos, até agora nada conseguiu.

3. Filhos

A categoria “filhos” foi construída *depois* da realização das entrevistas, quando pude observar a frequência com que as entrevistadas falaram sobre seus filhos e a forte afetividade envolvida ao falarem sobre eles. Foi possível observar que muito daquilo que essas mulheres não sonham e não esperam para si, em relação à formação e a trabalho, encontra-se depositado em seus filhos.

3.1 A importância da escolarização dos filhos. Escola como “cabide de sonhos” das mães

Quando questionadas a respeito de seus sonhos e daquilo que desejam para o futuro, Eli e Sílvia demonstram “sonhar sonhos” para os filhos. Eli chega a dizer: *“o sonho que eu tenho pra mim é assim: não sei se é pra mim ou se é dos outros”*. Esses outros, ela logo explica, são seus filhos, e seu sonho é um dia poder *“fechar o olho”* e vê-los *“estudados”*. Eli justifica: *“com estudo eles podem chegar mais tarde num lugar e arrumar um serviço. Não ficar batendo cabeça que nem eu tô batendo”*.

Sílvia também expressa querer para os filhos algo diferente daquilo que têm hoje ela e o marido:

o que eu não fiz eu quero que eles façam, assim tipo... eu não estudei, eu quero que eles estudam [...] eu explico as coisas pra ele, que hoje eu tô assim, que eu não tenho um emprego bom, que nem meu marido também não tem, por causa de estudo, e eu, o que eu quero pra eles é o melhor deles, né? Eu explico bastante essas coisas pra eles, pego bastante no pé.

Assim, para as duas entrevistadas o estudo dos filhos é algo fundamental, e tem um sentido que se relaciona à possibilidade de obtenção de um bom emprego e, conseqüentemente, de um bom futuro. Desejam para os filhos uma vida melhor do que elas próprias hoje têm.

Pesquisa realizada por Mello (1988) em um bairro periférico da cidade de São Paulo, encontrou resultados semelhantes aos apresentados acima. O conteúdo da pesquisa foi a reflexão de dez mulheres a respeito de seu próprio trabalho de empregadas domésticas e, embora o tema central fosse “trabalho”, elas também falaram a respeito de outros assuntos. Nos relatos feitos sobre seus filhos e sobre a educação dada a eles, a pesquisadora pôde observar uma grande valorização da escolarização, além de altas expectativas familiares depositadas nessas crianças.

Mello teceu considerações a respeito, e concluiu que a escola tornou-se o “cabide de sonhos dos pais”²⁸. Assinalou que, embora a escola seja apenas um dos aspectos da sobrevivência no grande quadro da vida urbana, adquire para os pais especial importância. Considera difícil, inclusive, definir toda a expectativa difusa que os pais situam na escolarização prolongada dos filhos.

A partir de alguns depoimentos colhidos, a pesquisadora hipotetizou que o fundamento básico dessas expectativas possui um acentuado cunho ideológico, oriundo das noções de mobilidade social.

A grande diversidade de funções, profissões e fortunas, que as mulheres apreendem como parte do panorama da vida urbana, tem a escola como centro. Ela é a fonte das oportunidades, a porta que dá acesso às boas posições, ao “bom trabalho”. Mas a ideologia, no entanto, sofre um duro embate com a realidade, que ensinou a moderar os sonhos, porque o

²⁸ Em relação a esta categoria, busquei inspiração e fundamentação em Mello (1988) mas, diferentemente da autora, falo em “cabide de sonhos das mães”, por só ter entrevistado mulheres.

essencial nunca foi dado às mulheres, foi sempre conquistado pela labuta dura e infindável (Mello, 1988, p.131).

Além de notar que para as mulheres que entrevistou a escola tem um sentido importante e central, a autora também tratou da questão ideológica envolvida.

Essas aspirações dos pais (ou das mães) podem até parecer algo trivial, *natural*, mas basta recorrer à literatura, ou mesmo a relatos de pessoas a respeito de um passado próximo, para observarmos que trata-se de algo *datado*, de uma construção histórica. Como já foi discutido, a preocupação da geração anterior a das entrevistadas com os estudos dos filhos até aparece nos relatos desta pesquisa, mas talvez não aparecesse nos pais desses pais, vindos do campo, do interior, e que, inclusive, pouco estudaram, tendo que trabalhar desde muito cedo. Mello afirma que

De uma certa maneira a cidade modifica o cerne da relação entre os pais e os filhos, as necessidades e aspirações não caminham na mesma direção. A começar pela escola. [...] Todas as mulheres com menos de 40 anos foram à escola, algumas terminaram o primário. Já não são analfabetas como as gerações que as precederam, pelo contrário, dominam, mesmo que precariamente, símbolos que propiciam um novo modo de vida, símbolos que lhes permitem uma adaptação razoável ao novo meio em que vão viver, quando fazem o grande salto da migração. Os filhos dessas mulheres já nasceram aqui, ou vieram para cá muito pequenos. Seus pais já não trabalham na roça, são pedreiros, carpinteiros, operários. As mães são faxineiras, empregadas domésticas, ou ficam em casa, presas aos cuidados de um grande número de filhos. As crianças não vão trabalhar com os pais. As crianças, como as crianças dos lares burgueses, são poupadas ao trabalho. Seu destino é outro, deve ser outro para preencher as aspirações dos pais: elas estudam. A lei básica que rege e organiza a

socialização ainda é a mesma lei ancestral: a sobrevivência. Mas as regras que compõem essa sobrevivência mudaram (pp.130-131).

No clássico “História Social da Criança e da Família”, de 1978, o historiador Phillipe Ariès descreve que é com o nascimento da burguesia que as crianças vão assumindo um papel mais central no âmago das famílias; nascem, nesse momento, valores como a escolaridade e a infância. Preocupações com a educação e formação dos filhos não eram usuais anteriormente.

Mello (1988) afirma que a noção de educação e de formação dos filhos, “*que as mulheres tratam com tanta ansiedade*” (p.126), já seria fruto da assimilação de padrões urbanos que não estavam presentes na educação que receberam. Segundo Mello

A escola é importante, as mulheres descobriram-no com pena e esforço. Mas agora elas afirmam que a escola é mais importante que o trabalho, ou melhor, elas acreditam que há uma idade para estudar e uma idade para trabalhar, que a escolaridade deve preceder o trabalho e facilitá-lo. Esses novos valores, a infância e a escolaridade, que não faziam parte dos valores essenciais do mundo rural de origem, correspondem a um processo de modernização das mulheres, de assimilação, ainda que parcial, dos valores urbanos. [...] A transformação dos valores, decorrente da ruptura com as origens rurais, aparece claramente na dilatação da infância, e do tempo para as crianças ingressarem no mercado de trabalho, e na valorização da escolaridade, também ela ligada ao trabalho, mas já um trabalho futuro e distante do trabalho que os pais realizam (Ibid., pp.126-127).

A autora afirma que essa transformação vai implicar em um modo diferente de *ver* a criança, de relacionar-se com ela, de redimensionar as obrigações dos pais e de distribuir o peso das responsabilidades. E é sobre este modo de *vê-la* que tratarei a seguir.

Mello (Ibid.) observa que nas narrativas das mulheres de sua pesquisa há aproximações em relação ao que Ariès descreveu como “sentimento de infância”, que corresponderia à consciência da particularidade infantil, que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Ela se remete à colocação de Ariès de que com o nascimento do sentimento de infância, não apenas o futuro da criança, mas também sua simples presença e existência passaram a ser dignas de preocupação – “a criança havia assumido um lugar central dentro da família” (Ariès, 1978, p.164).

É possível observar, nas falas das entrevistadas, considerações que podem ser atribuídas à presença do “sentimento de infância”. Sílvia, por exemplo, em diversos momentos fala sobre os filhos e sobre a preocupação em dar o melhor que puder a eles, em proporcionar-lhes conforto e condições para um bom futuro. Ao falar sobre isso e sobre a dificuldade de dar conta dessas expectativas, ela se emociona e chora. Parece haver um abismo entre aquilo que gostaria de poder oferecer aos filhos e o que, de fato, tem tido possibilidade, e isto lhe causa muito sofrimento.

Eli também fala sobre os filhos diversas vezes durante a entrevista. Uma de suas falas expressa a centralidade do valor dos mesmos em sua vida:

[...] hoje eu vivo por causa dos meus filhos [...]. Sabe, meus filhos não é só assim “meus filhos”, não tenho prazer só de abrir a boca pra dizer “meus filhos”, meus filhos é pra tudo, meus filhos é amigo, meus filhos são brincalhão, sabe, nós somos tudo, sabe, meus filhos é tudo pra mim, sabe. Antes meus filhos não era tudo pra mim, hoje meus filhos é tudo pra mim. Tudo! Em primeiro, em primeira coisa que eu fizer já penso logo em meus filhos, sabe, porque se eu tiver bem, meus filhos vai tá bem, se eu tiver mal, meus filhos vai tá mal, entendeu, é assim, sabe. Penso muito hoje neles, muito.

Em grupos de conversa com mulheres usuárias do CRAS, já se perguntou sobre seus sonhos. As respostas costumam girar em torno de três eixos: um bom futuro para os filhos, a obtenção de um bom trabalho para si e/ou para o marido (de preferência registrado) e ter uma casa (falarei sobre estes dois últimos posteriormente). As mulheres costumam colocar os filhos como sua maior razão de viver, dizendo frequentemente que “eles são tudo”, e que fariam absolutamente de tudo por e para eles. Fazem o possível para que tenham um futuro melhor do que elas próprias tiveram, e associam essa melhoria de vida com a dedicação aos estudos agora. Não acham que os filhos devam trabalhar; são crianças e precisam estar na escola²⁹.

Outro aspecto interessante de ser destacado é que, embora a escola seja o “cabide de sonhos das mães”, e elas sonhem com os filhos estudando e tendo um bom trabalho futuramente, aquilo que os *filhos* desejam também parece ser considerado. As crianças em geral sonham, imaginam aquilo que gostariam de fazer quando crescerem, e as mães entrevistadas neste trabalho não menosprezam tais interesses.

Quando pergunto para Eli se ela imagina algum tipo de trabalho para os filhos, ela diz que *“um já fala, quer ser bombeiro. O outro... fala que quer ser jogador de vôlei, ele é, ele joga vôlei. E... eu não sei. Isso aí vai deles, não vai da gente escolher”*. Já Sílvia, a partir da mesma pergunta, diz: *“o meu menino mais velho quer trabalhar de... em negócio de avião [...] O outro... sei lá. O outro só fala em vaca,*

²⁹ Vale assinalar que é possível a observação das políticas públicas se colocando a serviço dessa mudança de mentalidade. Existe atualmente um programa da Assistência Social denominado PETI, criado com o objetivo de erradicação do trabalho infantil, e no qual paga-se uma bolsa a famílias onde isso ocorre, com o intuito de que essas crianças deixem de trabalhar.

em cavalo. Falou em bicho, é com ele mesmo. Ele fala que vai ter uma fazenda, não sei”.

Eu pergunto diretamente se elas imaginam algo que gostariam que os filhos fizessem. Até por colocar a palavra “imaginar”, haveria abertura para falarem livremente sobre quaisquer eventuais vontades suas; mas respondem colocando as vontades dos próprios filhos, e não algo que esperam deles. A individualidade dos filhos é considerada, respeitada. Algo que chama a atenção é que as duas falam sobre aquilo que desejam os filhos do sexo masculino. Intrigada com essa questão, procurei confirmar se elas só tinham filhos meninos, ou se tinham meninas, e não estavam tratando daquilo que elas desejam em relação a trabalho. Verifiquei que as duas possuem *filhas* do sexo feminino, mas são mais novas do que os meninos e, provavelmente, ainda não podem falar sobre “o que querem ser quando crescer”.

3.2 Referência negativa?

Há algo que considero importante apontar, relativo às questões que discuti nos últimos parágrafos. As entrevistadas falam sobre aquilo que gostariam para seus filhos, comparando esses desejos com aquilo que elas próprias não têm ou não tiveram, e que hoje resulta em sofrimento. Elas parecem se colocar como uma espécie de “referência negativa”, ao desejarem que os filhos não sigam seus exemplos (em alguns aspectos), em relação ao que fizeram ou, que *não* fizeram. Mello (1988) faz considerações que podem contribuir com essa reflexão. Segundo a autora

Se o sentimento que orienta a procura da escola e a manutenção das crianças em casa, sem trabalhar, até bem mais tarde, é um sentimento positivo, voltado para o futuro, ele possui a sua contrapartida negativa,

negação que atinge a raiz da identidade das mães e dos filhos. Eles devem ir à escola, estudar o máximo possível para não serem, no futuro, iguais aos pais, a quem cabe a labuta pesada, grossa, feia e suja. Não é possível saber, sem um estudo mais aprofundado, o nível que atinge o repúdio da própria identidade, não só pessoal mas do grupo social a que pertencem, mas o problema parece suficientemente sério quando se pensa na forma com que esse conflito pode assumir no processo de formação e integração das identidades infantis (p.132).

Como foi dito pela autora, sem um estudo específico mais aprofundado, não é possível compreender o nível em que a identidade pessoal e do grupo de pertencimento pode ser atingido. Mas de qualquer forma, o problema parece, como coloca Mello, “suficientemente sério”, já que as identidades infantis, em processo de formação, provavelmente também sejam afetadas.

4. Relações sociais de gênero

A perspectiva teórica adotada nesse trabalho implica que as relações, vínculos e condições sociais em que vivem os indivíduos, não só os influenciam, como os *constituem*. Pensando nas relações sociais de gênero no contexto desta pesquisa (o de mulheres brasileiras em situação de pobreza), é possível afirmar que se expressam através da divisão do trabalho e da divisão do poder (dentre outras expressões) e que, portanto, essas dimensões são constituintes das mulheres entrevistadas, o que, necessariamente, acarreta em influências nas formas com que elas vêem o mundo, a família, o trabalho e até os cursos oferecidos pelo CRAS.

4.1 Trabalho da mulher pobre não abala os fundamentos patriarcais da família

As três entrevistadas têm ou já tiveram experiências de trabalho, e as decorrências dessas experiências confirmam a afirmação de Sarti (2003) de que o trabalho da mulher pobre não abala os fundamentos patriarcais da família, não muda o lugar de autoridade do homem, e não configura, necessariamente, um meio de afirmação individual para a mulher. O conteúdo das entrevistas apontou para a presença de padrões patriarcais nas famílias dessas mulheres, na mesma direção apontada pela autora: a autoridade masculina mostrou-se fortemente presente, com o homem assumindo o papel de “chefe da casa”, e fazendo a mediação entre a família e o mundo externo.

Para exemplificar, vale colocar que durante um determinado período, Sílvia precisou trabalhar para contribuir com as contas da casa. Ela conta: “*assim que a*

gente veio pra cá, meu esposo tava fazendo só bico, eu que pagava o aluguel, ele pagava só a luz". Mesmo depois de ter arcado com uma das despesas mensais mais pesadas, o aluguel da casa, o lugar de autoridade na família não se alterou, conforme mostram diversas falas de Sílvia. Ela assumiu um papel de co-provedora familiar apenas provisoriamente, enquanto isto foi necessário; no entanto, isso não fez com que adquirisse autonomia em relação ao marido. Ele continuou exercendo forte poder sobre Sílvia, determinando as atividades que ela pode, ou não, fazer.

Essa proibição do marido em relação às atividades de Sílvia, às vezes é deliberada, e às vezes vem camuflada: ele a desanima, tenta convencê-la de que trabalhar fora não vai compensar. Sílvia afirma

[...] muitas vezes já cobrei perda de serviço, já arrumei vários serviços, ele não... ele acha que é besteira, porque prefere que eu fico dentro de casa cuidando de criança, que não sei o que, porque se for pra mim trabalhar pra mim ganhar pouco, não compensa [...] eu comecei a vender perfume, [...] aí começou a me desanimar, me desanimar, aí peguei parei, aí comecei de novo, aí começou a desanimar, sabe. [...] até assim às vezes eu quero voltar a estudar, ele também não deixa. Não sei se é ciúmes, não sei o que acontece com ele. Porque tudo assim que eu vou fazer, ele arruma pretexto, ele fala que não vai dar certo, que não sei o que... às vezes eu quero sair assim um pouco, pra casa dos meus parente, ele já coloca defeito, tudo ele põe defeito. Então... sei lá.

É possível pensar que a forma com que age o marido de Sílvia, no sentido de fazê-la desistir do que pretendia fazer, chega a ser manipulatória, e que talvez seja algo mais danoso para a subjetividade de quem está sendo objeto dessa manipulação do que uma proibição propriamente dita. No caso de uma proibição explícita, a pessoa que sofre essa investida ao menos tem clareza daquilo que foi colocado, podendo aceitar ou não. Mas no caso em que as coisas não estão tão

claras, como no caso de Sílvia, em que o marido a desanima, põe defeito, não incentiva, e ela não entende bem por quê, o resultado pode ser o de alguém muito confuso, angustiado, e que acaba sem saber se a falta de vontade de fazer algo vem do marido ou dela própria.

Diana expõe o fato de seu atual marido não deixá-la trabalhar. Peço para que fale um pouco mais a respeito disso, e ela então explica que está grávida de três meses e que por esse motivo ele não deixa. Porém, ela não sabe explicar a razão de não poder trabalhar por estar grávida, e quando pergunto o que acha dessa proibição, Diana responde: “*não deixa, vai fazer o quê? (ri) Fica em casa!*”.

Diana parece conformar-se com a decisão do marido, não transparecendo nenhum tipo de questionamento em relação a isso; para ela, parece ser natural que o marido exerça a função de autoridade, decidindo a respeito de suas próprias ações.

A entrevistada conta que já trabalhou em um lava-rápido e que, há pouco tempo, foi chamada para voltar a trabalhar lá, mas que quando comentou com o marido, ele disse: “*não, vai fazer o que lá? Cê não vai não*”. É interessante notar que para o marido de Diana, não haveria razão para ela trabalhar: ela “*vai fazer o que lá?*” Ele julga que esse papel não cabe a ela, mulher; provavelmente, considera que seu papel de mulher deve ser exercido dentro de casa, com sua família. A partir dos relatos de Diana, observa-se que o marido declaradamente a proíbe de fazer determinadas coisas, e que ele nada explica, nem justifica; simplesmente proíbe.

Diana afirma que já teve algumas experiências de trabalho, enquanto casada com esse atual marido, mas diz que ele “*não sossegou*” enquanto ela não parou de trabalhar. Talvez seu marido só tenha ficado tranquilo quando Diana voltou a ficar em casa: nesse momento, pode ter sentido que tudo estava em seus respectivos

lugares, com cada qual exercendo seus devidos papéis. Mais do que isso, é possível que o marido tenha sentido que tinha novamente o controle da situação. Assim, novamente vale a afirmação de que o trabalho não alterou os fundamentos patriarcais familiares, não abalou o lugar de homem e o lugar de mulher; por determinado período, o marido não conseguiu evitar que a esposa trabalhasse, mas esse fato não trouxe mudanças estruturais para a família.

Em dado momento da entrevista, Diana fala que acredita que depois do nascimento do bebê, o marido vai deixá-la trabalhar. Busco entender o quê a leva a pensar dessa forma, e ela explica que *“pode ser que ele não deixe agora por causa do neném. Mas depois que ele... eu tenho esperança que depois que eu ganhar o neném ele deixa”*. Mais uma vez, parece faltar reflexão nas falas da entrevistada; pouco tempo antes, disse que o marido não sossegava enquanto ela não deixava os trabalhos que fazia, sendo que *não* estava grávida quando isso acontecia. Em seguida, diz que acha que pode ser que ele não a deixe trabalhar devido à gravidez. Novamente, faz afirmações contraditórias, parecendo não se dar conta disso.

Mais um aspecto a ser assinalado é que Diana considera que nada é possível fazer para que o marido mude de opinião; assim, só lhe restaria *“ter esperança”* que depois que ganhar o neném, ele *“deixe”*.

Cabe levantar uma pergunta, sem ter a pretensão de aqui esgotar uma resposta: por quê as mulheres ficam nessa posição? Teria relação com as colocações feitas por Sarti, de o homem ocupar o lugar de provedor, e de quem guarda a respeitabilidade da família? Pode ser que elas atribuam ao fato de ter um homem em casa o sentido de estar presente aquele que ocupa o lugar do provimento econômico, e do provimento de respeito, sem o qual a vida da família

não é possível. Mas trata-se de questão complexa, cujo aprofundamento extrapolaria os objetivos desse trabalho.

4.2 Separação como um momento de despertar

Eli está atualmente separada, e é notável a diferença que ela expressa ter ocorrido em sua vida depois da separação. Ela não diz nada sobre o ex-marido tê-la proibido de algo enquanto estava casada, porém, o próprio fato de estar casada parecia ser determinante para que agisse de uma determinada forma. Era como se ela, mulher, tivesse que se preocupar com determinados assuntos, internos à casa, enquanto ao marido cabia a preocupação com outros assuntos, externos a ela, como o sustento da família. Cabia a ele o papel de *provedor*. Todas as expectativas de vida de Eli pareciam estar baseadas no casamento; enquanto casada, ela “*não acordava pra nada*”, não despertava para as possibilidades externas à casa e à família. Dessa forma, embora a pessoa do marido não lhe *impusesse* formas de agir, estas estavam implícitas, pois existiam um *lugar de mulher* e um *lugar de homem* naturalizados na relação conjugal.

Eli fala sobre as mudanças advindas da separação, que parecem ter sido geradoras de *potência de ação*, no sentido de terem feito com que ela assumisse uma postura mais ativa, afirmativa. Eli afirma que depois que se separou, “*começou a se virar e correr atrás de várias coisas*”, principalmente para não deixar faltar nada para seus filhos. Quando questiono sobre quais são as coisas que começou a correr atrás, ela diz: “*ah, eu acho que de tudo, viu?[...] Nossa, pra tudo eu acordei. Dou meus pulos, corro atrás, me saio no objetivo, pagar meu aluguel,*

minha luz, pra botar comida dentro de casa, pra botar uma coisa, botar outra, sabe?”

Essa fala aponta para o fato de Eli ter assumido o papel de provedora, já que é ela quem “corre atrás” de tudo o que é necessário para si e para os filhos. Discuti anteriormente as idéias de Sarti (2003), que assinala que, mesmo que na ausência de um homem, a mulher assuma o papel de provedor, o papel da “autoridade”, ou de “chefe da família”, não seria assumido por ela. Para a autora, é comum que a figura de autoridade seja substituída por outro homem da rede familiar. No depoimento de Eli, isso não se evidencia. Ela mesma parece ter se tornado a “coluna” da família, a referência. Seu filho mais velho tem 13 anos, sendo muito novo ainda para assumir um lugar de autoridade. Fica claro que ele não ocupa esse lugar, quando Eli diz: *“hoje eu tenho uma responsa, hoje eu vivo por causa dos meus filhos, principalmente esse de treze anos [...] Eu viro assim e falo ‘poxa, tenho um filho morando comigo, né”* – isto é, o lugar de autoridade ainda é dela.

Porém, Eli cita as idas e vindas para a casa de um irmão, que mora em São Paulo. E com isso, surge a dúvida se esse irmão, de alguma forma, seria uma referência em relação ao papel de autoridade para essa família, mesmo estando, em boa parte do tempo, distante fisicamente.

Quanto ao que Sarti afirma sobre uma possível fragilização social ou desmoralização da família onde não há um homem ‘provedor’, com o conseqüente abalo do respeito dos familiares, nada é possível afirmar no caso de Eli. As falas da entrevistada não expressam quaisquer sinais nesse sentido.

5. Trabalho

Um dos objetivos da análise dessa categoria é buscar a compreensão do que as mulheres entrevistadas entendem por trabalho, que sentidos atribuem a ele, e qual é a necessidade de trabalho expressa por elas, já que disso pode depender o interesse em fazer, ou não, cursos.

5.1 As experiências de trabalho das entrevistadas

Quanto aos trabalhos que as entrevistadas já realizaram, foi possível observar o seguinte:

Diana: trabalhou durante dois anos cuidando dos filhos de sua irmã; por três semanas trabalhou em uma lanchonete como faxineira; durante quatro meses trabalhou em um lava-rápido; por cinco meses trabalhou em uma casa onde fazia salgadinhos e também faxina.

Eli: vem trabalhando com faxinas, mas não falou sobre quantos trabalhos já fez, ou por quanto tempo. Também faz bicos como arrumadeira em um hotel.

Sílvia: trabalhou por aproximadamente um ano em uma casa de família, nove meses em uma empresa como auxiliar de produção, por alguns meses revendendo perfume, e há menos de dois meses está cuidando da criança de uma vizinha.

5.1.1 A curta permanência nos empregos, e outras constantes mudanças

É possível notar que as três mulheres passaram por diversos trabalhos, sendo a maior parte deles no mercado informal e com curta duração (menos de um ano). Vale dizer que entre as usuárias e usuários do CRAS, também é possível

observar freqüentemente uma curta permanência nos trabalhos. Um dos motivos para isso seria a própria característica do mercado informal, no qual é comum que haja um período determinado para a realização de atividades (por exemplo, muitos dos maridos das usuárias do CRAS são pedreiros e tem seu período de trabalho relacionado ao período que dura determinada obra). Além disso, podemos levantar outros aspectos para tentar explicar esse fenômeno.

Sarti (2003), apoiada na literatura sobre famílias pobres no Brasil, estabelece uma relação entre as condições sócio-econômicas e a estabilidade familiar; segundo a autora, como em um círculo vicioso, as famílias desfeitas são mais pobres e as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente. É possível pensar que talvez aconteça algo análogo em relação à permanência no trabalho, em um imbricado contexto. Explico: se as famílias mais pobres tendem a desfazer-se mais facilmente, pensemos em algumas das possíveis conseqüências. A separação dos cônjuges acarreta na mudança de pelo menos um deles da casa em que moravam enquanto casados. Tal mudança pode dificultar o acesso ao local de trabalho, por exemplo, ou, ainda, pode acarretar em que um antigo vizinho que tomava conta das crianças para que a mãe pudesse trabalhar, já não esteja próximo para assumir essa tarefa (esses acontecimentos são observados com freqüência no cotidiano do CRAS), dentre vários outros exemplos que poderiam ser dados. Com isso, a permanência em um determinado trabalho pode ser dificultada e até impossibilitada.

Independentemente das rupturas conjugais observamos, dentre os usuários do CRAS, que as famílias com renda mais baixa mudam de residência com uma alta freqüência. Algumas vezes mudam-se porque surgiu uma oportunidade de trabalho

em local mais distante, outras vezes mudam-se pois o provedor da família perdeu o emprego e passou a ser impossível pagar aquele aluguel, dentre outras razões.

O caso de Eli é ilustrativo deste tipo de situação. Ela afirma que mora no bairro há dez anos mas que, durante esse tempo, mudou-se diversas vezes. Em suas palavras: *“eu vou e volto, vou e volto. Entendeu? Eu saio daqui, vou embora, volto”*. Ela explica: *“porque de vez em quando aperta a situação, então mudo pra lá, que fica melhor de serviço, essas coisas”*.

Quando “aperta a situação”, Eli busca um rearranjo que possibilita sua sobrevivência e de sua família durante algum tempo. Este rearranjo parece ser freqüentemente necessário. Talvez seja possível afirmar que a estrutura física em que Eli vive, assim como outras famílias com condição sócio-econômica semelhante, permite que as mudanças de residência sejam relativamente simples. Quando muda para outra casa, tem poucos móveis para carregar, por exemplo. Quanto à escola pública das crianças, pede transferência à outra, próxima da nova residência.

Enfim, parece haver todo um contexto de instabilidade estrutural nas condições de vida dessas pessoas, que possivelmente tem relações com o fato observado da curta permanência nos diversos trabalhos. Além disso, não posso deixar de citar os casos em que o trabalho é interrompido porque o funcionário é dispensado, e substituído facilmente por outro, com qualificação igualmente baixa.

5.1.2 Suas motivações ao buscarem trabalho

Com 17 anos, Diana foi morar com a irmã em outra cidade, e lá passou a trabalhar como babá, cuidando da filha dessa irmã. Sobre o que a levou a mudar-se e começar a trabalhar, ela diz: *“ah, porque ela me chamou, né, aí eu fui. E também*

ela trabalhava, não tinha quem olhava a menina dela, aí eu fui. Eu olhava a menina dela pra ela, pra ela poder ir...”

Diana parece ter tido sua primeira experiência de trabalho de forma circunstancial, não chegou a *buscar* um trabalho; sua irmã precisava de alguém para ficar com sua filha, e ela “foi”. Aliás, em outros trabalhos que teve, esse início parece ter ocorrido de forma semelhante. Sobre o trabalho que fazia em uma casa, fazendo risoles e faxina, ela conta como começou: *“é que minha irmã já trabalhava lá, e eu já tava ajudando ela sexta-feira na faxina. Aí um belo dia o patrão dela me chamou”*.

Eli também fala sobre como começou a trabalhar fora; conta que sempre quis trabalhar, desde quando ainda morava com seus pais, mas a mãe achava que não havia “*precisão*”. Começou a trabalhar bem mais tarde, com quase trinta anos, quando já estava em São Paulo e “*a coisa apertou mesmo*”; nesse momento foi “*trabalhar de um lado*” e o marido “*trabalhar de outro*”. Quer dizer, havia o desejo de trabalhar fora desde cedo, mas isto só aconteceu realmente quando houve necessidade financeira. É interessante apontar para um modo de viver que não parece “ferozmente” relacionado a um projeto de acumulação, tão presente no capitalismo.

No caso de Sílvia, conforme já discuti anteriormente, houve necessidade de começar a trabalhar, pois agora tinha um filho. Além disso, existiu outro momento, quando já estava casada com o atual marido e vieram morar no bairro que atualmente estão, em que o motivo que levou Sílvia a trabalhar foi a necessidade de contribuir com as despesas da casa³⁰.

5.2 A impossibilidade de trabalhar

³⁰ Esse fato foi discutido na sub-categoria 4.1.

Em relação à atual situação de trabalho, as entrevistadas parecem vivenciar momentos diferentes. Eli está ativa, fazendo “bicos” e buscando constantemente oportunidades de trabalho. Diana foi impedida pelo marido de trabalhar, mas aparentemente está tranqüila, apostando que no futuro poderá voltar ao trabalho. Já Sílvia, embora esteja cuidando de uma criança e obtendo alguma renda com isso, desejaria realizar outros tipos de trabalho, além de fazer cursos que imagina que poderiam lhe ajudar a obter oportunidades, mas esbarra em empecilhos na relação com o marido, que tem limitado sua realização nesse sentido.

Vale retomar a perspectiva proposta por Ribeiro (2007), adotada também neste trabalho, a respeito do trabalho ter um valor fundante para todos os indivíduos, e a impossibilidade de laborar na construção do mundo, via trabalho, poder gerar rupturas psicossociais significativas. Nesse sentido, Sílvia se encontra limitada em sua possibilidade de laborar no mundo, o que a faz sentir-se insatisfeita e incompleta. Podemos pensar também em termos de uma limitação de sua *potência de ação*, no sentido proposto por Espinosa (1988, citado por Sawaia, 2002b), que se refere ao direito de *ser*, de se *afirmar* e de se *expandir*.

Sílvia parece ter consciência da situação limitadora em que vive, e ter consciência de sua “paralisação” (quer fazer coisas, mas não pode, não consegue). Percebe-se a existência de alguma ação em Sílvia: rejeita tal situação, não conforma-se com ela, já chegou a discutir com o marido por causa disso. Sawaia (1995b) coloca que perceber uma situação com a qual não se concorda, mas não se ter força suficiente para lutar e modificá-la, é algo que pode gerar intenso sofrimento psicossocial.

Vale fazer um adendo: talvez algumas (ou muitas) mulheres que passam por situações semelhantes à de Sílvia ao longo de muitos anos, acabem chegando a um

momento em que tornam-se apáticas e resignadas, com sua potência de ação sendo quase anulada³¹.

5.3 Sentidos do trabalho

Com essa categoria, a idéia é buscar compreender se essas mulheres *sentem-se* trabalhadoras, se entendem que o trabalho é para elas algo necessário, se visualizam a si mesmas como indivíduos que podem entrar no *mercado de trabalho*. Em síntese, o objetivo é procurar apreender qual o *sentido* do trabalho para elas, e se o trabalho está presente em seus projetos de vida.

5.3.1. Trabalho = salário?

As três entrevistadas relacionam trabalho com fonte de renda, porém também fazem associações com outros elementos. Tratarei primeiro da questão do salário.

Pergunto à Diana o que lhe vem à mente quando pensa na palavra trabalho, ao que ela responde: *“Ah, acho que é bom, né. Pelo menos a gente tem nosso dinheirinho, né. Acho que é bom, a gente trabalha porque tem nosso dinheirinho”*.

Isto é, o primeiro sentido que Diana atribui à palavra trabalho, e que valoriza, é o fato de sua *força de trabalho* valer dinheiro.

³¹ Estas considerações me fazem lembrar de pesquisas realizadas a partir de contextos diferentes desse que é aqui apresentado, mas que descrevem situações onde talvez existam alguns elementos sejam comuns. O trabalho de Ribeiro (2004), por exemplo, compara processos experienciados por pessoas em situação psicótica e pessoas em situação de desemprego, ambas situações onde ocorre uma ruptura biográfica, mostrando que existem fases pelas quais tais pessoas passam que, em síntese são: o momento em que a pessoa reage e nega a nova situação, o momento em que surge o desânimo e retraimento social, e momento em que há uma acomodação e resignação fatalista, que fixaria a pessoa numa identidade estigmatizada e deteriorada (p.89). Talvez, algo semelhante possa ocorrer mulheres que vivenciam situações onde uma limitação lhes é constantemente imposta.

Quanto à Sílvia, procuro saber o que ela sente ao estar trabalhando, e ela diz que gosta, *“porque é uma coisa que me ajuda também, né. Assim, eu penso mais nos meus meninos assim, de comprar coisa pra eles, que... não é fácil (ela se emociona e chora)”*. Sílvia pensa no que gostaria de comprar para os filhos, e o embate com a realidade lhe causa sofrimento: percebe que não pode. O sentido que atribui ao trabalho, é o de algo que lhe possibilitaria adquirir bens materiais que deseja e necessita, minimizando, conseqüentemente, seu sofrimento.

Em outro momento deste trabalho, apresentei uma citação de Mello (1988), feita a partir de depoimentos colhidos por ela em suas pesquisas com mulheres em situação de pobreza. Retomo algumas de suas colocações, a fim de fundamentar minha análise. Mello afirma que *“o salário é a única relação significativa com o trabalho, que, em si mesmo, não tem gosto ou cor”* (p.179). Argumenta também que o trabalho dessas mulheres é o tipo de trabalho que Marx chamou de *“abstrato”*, já que não possui inteligibilidade para o trabalhador, que não compreende sua relação com o todo, e não atribui importância ao trabalho em si.

Os resultados obtidos com as entrevistas realizadas no presente trabalho, permitem que concorde em grande parte com Mello, já que a importância do trabalho para as entrevistadas também não é dada pelo trabalho em si, mas sim por seu produto final, o dinheiro. Entretanto, apesar de o trabalho propriamente dito não ser compreendido em sua relação com o todo, não possuir inteligibilidade, ele parece ser investido de sentidos que vão para além do salário unicamente. Embora nas entrevistas de Eli e Sílvia, o primeiro sentido atribuído ao trabalho ter sido a questão do salário, a continuação das mesmas foi abrindo espaço para que as entrevistadas falassem também de outros aspectos.

5.3.2 Trabalho trazendo autonomia

Diana expressa a vontade de voltar a trabalhar; não fala exatamente o que a faz pensar nisso mas, de qualquer forma, o motivo não parece ser a necessidade financeira, já que considera que o marido “*ganha bem*”. Diana fala em “*a gente*” ter “*nosso dinheirinho*”, o que remete à questão da autonomia. Assim, o marido até pode ganhar o suficiente, mas ela valoriza a idéia de ter seu *próprio* dinheiro. Apesar de a relação ainda ser com o dinheiro, algo mais aparece aí: em uma estrutura familiar em que a mulher tem dificuldades para afirmar sua individualidade, ganhar seu próprio dinheiro pode ter um sentido ainda mais significativo do que a tão somente possibilidade de *comprar* coisas.

Sílvia ressalta também o aspecto financeiro do trabalho, apontando para a importância de poder comprar coisas para seus filhos. Porém, pergunto se, para além disso, o trabalho lhe traria outras coisas, e ela então fala da importância de não ficar apenas “dependendo” do marido. Explica:

Porque tudo que vai precisar de comprar, alguma coisa, roupa pra mim, ou pros meus meninos, é sempre ele, tem que tá pedindo pra ele. A maioria das vezes eu não tenho dinheiro sobrando, que é difícil. Então eu... e quando eu trabalhava, era eu que comprava as coisa pros meus meninos, roupa, essas coisa, sempre fui eu que comprei. Que ele... roupa, assim, ele não liga muito, se eu não pegar no pé, ele não tá nem aí.

Sílvia traz a questão da necessidade financeira, mas também da autonomia: tendo seu próprio dinheiro, deixaria de depender estritamente do marido, e de ter que pedir tudo para ele. Para Sílvia, provavelmente o trabalho também proporcionaria a gratificação de sair de casa, de retirá-la do confinamento

doméstico, já que ela se considera muito presa, “*mal conseguindo respirar dentro de casa*”.

Afirmo anteriormente que as experiências de trabalho das entrevistadas, referindo-me a Sílvia e Diana, não parecem ter permitido que elas afirmassem sua individualidade em relação a seus maridos. Mas talvez o “*trabalho tenha instilado nelas o gosto da autonomia*”, emprestando expressão de Mello (1988); elas *desejam* trabalhar. Vale citar colocações da autora sobre esse tema:

Há [...] um outro aspecto relativo ao trabalho que merece consideração e destaque, tendo em vista a origem e a história da vida das mulheres. O trabalho instilou nelas o gosto da autonomia. [...] o trabalho lhes dá um certo domínio sobre as circunstâncias, ordena a vida, dá dimensões precisas às expectativas de consumo. A estrita dependência do ganho do marido não agrada às mulheres, que sempre sobreviveram às custas do seu próprio esforço. A dependência, que pode acrescentar humilhações ainda mais duras às que são inevitáveis, só pode ser evitada pelo trabalho, e na capacidade de conjurar, com o trabalho, os tempos ruins, reside o orgulho e a dignidade (Mello, 1988, p.177).

A autora explica que não se refere à autonomia como superação da alienação e, sim, a “um sentimento positivo, afirmativo do próprio eu, mas, ao mesmo tempo, um mínimo de domínio sobre as circunstâncias, ou seja, uma rejeição da passividade” (Ibid., nota de rodapé, p.177)

Para Sílvia, haveria alguma autonomia no sentido a que Mello se refere. Conforme já anunciei anteriormente, ela faz um movimento inicial de não aceitar, ao menos internamente, as atitudes cerceadoras do marido. Possivelmente, de alguma forma também externaliza isso, como expressa em seu relato de que ela e o marido discutiam muito e chegaram a se separar há algum tempo, mas acabaram voltando,

principalmente porque ela e os filhos não teriam outro lugar para morar (ficaram provisoriamente na casa da mãe de Sílvia).

Já em Diana, pode ter sido “instilado” também algum gosto de autonomia, mesmo que em um grau menor, fazendo com que ela deseje trabalhar, nem que seja para ter algum “dinheirinho”, pouco que seja. Porém, não é possível observar nas falas de Diana qualquer rejeição da passividade em que se encontra com as proibições impostas pelo marido; ao contrário, ela parece conformar-se com a situação colocada, chegando a sorrir diversas vezes ao falar desse assunto. Não é possível concluir se ela agiria em qualquer momento assim ou se não toma uma posição mais ativa, no atual momento, por estar grávida e acreditar que em breve as coisas serão diferentes.

Mello também assinala que as mulheres que saem para trabalhar, mesmo que obrigadas pela necessidade, já não retornam com prazer à exclusividade do ambiente doméstico. Segundo a autora, “quando ganham seu salário, incorporam com ele uma certa noção de autonomia, que abandonam com dificuldade” (Mello, 1988, p.117).

Entretanto, vale lembrar a colocação de Sarti (2003), já discutida, que chama a atenção para o equívoco que se pode cometer, ao uniformizar o trabalho feminino remunerado como afirmação da individualidade da mulher.

5.3.3 Trabalho como fonte de prazer

Eli traz a associação de trabalho com prazer. Ela diz

Ah, a importância do trabalho é tudo, né. Eu acho que é tudo o trabalho. Principalmente um trabalho quando você faz com prazer, com vontade. Que nem o meu trabalho, o meu trabalho preferido é a faxina. Se você me dá

uma faxina, eu passo o dia todo faxinando e cantando, feliz, pelo que eu tô fazendo, entendeu? Porque o trabalho eu acho que é tudo.

O que dizer a respeito dessa fala de Eli? Apresento uma longa citação de Sarti, que pode trazer elementos para a discussão.

Como a realidade social não é unívoca e a dominação não é absoluta, os indivíduos estão expostos a referências diversas, difíceis de compatibilizar, fazendo com que os sistemas simbólicos comportem sempre alguma ambigüidade e os valores se apresentem aos indivíduos de uma forma frequentemente conflituosa. No caso dos pobres, essa ambigüidade se expressa no fato de que seus valores morais são construídos em conflito com o que o mundo capitalista lhes oferece como possibilidades, que também fazem parte de seu universo de referências simbólicas. A forma como avaliam o trabalho encerra esta ambigüidade, traduzida numa reavaliação do mundo do trabalho sob o capital, a partir de uma concepção da ordenação do mundo na qual constroem um sentido positivo para seu trabalho, afirmando-se perante si e os outros. Para eles, seu trabalho tem qualidades, ainda que socialmente seja “desqualificado” ou “não-qualificado” e dificilmente sustente as aspirações que o mundo capitalista oferece. (Sarti, 2003, p.95)

Vale relembrar que, segundo a perspectiva desse trabalho, as entrevistadas não estão simplesmente dando respostas que já estavam previamente construídas. Falas e sentidos foram construídos *durante* a entrevista, e na *relação* entre entrevistada e pesquisadora. Assim, ao falar de um trabalho socialmente desqualificado perante alguém que provavelmente estava ali representando uma classe social diferente (dominante), pode ter acontecido de a entrevistada construir um sentido positivo para seu trabalho; talvez, para além da relação com outrem, haja a necessidade de que ela construa tal sentido perante si mesma. Não estou dizendo

que Eli não possa gostar do trabalho que faz, ou que não possa ter prazer nele; mas, sim, que não é possível deixar de considerar os elementos acima expostos.

5.3.4 Trabalhar fora “não compensa”, e pode implicar em desordem familiar

Outra questão importante, fortemente trazida por Sílvia, é a de que para a mulher, trabalhar fora pode “não compensar”. Isto parece ser algo freqüente também nas falas de outras mulheres usuárias do CRAS (e mesmo entre mulheres com condições sócio-econômicas mais elevadas). Sílvia afirma

[...] já arrumei vários serviço, ele não... ele acha que é besteira, porque prefere que eu fico dentro de casa cuidando de criança, que não sei o que, porque se for pra mim trabalhar pra mim ganhar pouco, não compensa. [...] Porque tudo assim que eu vou fazer, ele [...] fala que não vai dar certo, [...] que prefere que eu fique em casa cuidando dos menino, que se for pra mim arrumar alguma coisa pra mim fazer, pra mim largar os menino, não compensa.

Essas falas encontram consonância com o que foi discutido no Capítulo III, item 2.3.2, onde apresentei a discussão feita por Sarti (2003) a respeito de o trabalho feminino poder ser compreendido como algo que implica em privação dos cuidados maternos. A partir do que fala Sílvia, é possível observar a confirmação da posição do homem no lugar de provedor da família, e a expectativa de que a mulher possa se dedicar aos cuidado da casa e dos filhos. .

Sílvia expressa em suas falas algo que aponta para a concepção de seu marido sobre o que aconteceria com as crianças se a mãe estivesse fora, trabalhando. Ela diz:

Ele acha que as criança vai ficar pra trás. Mas nunca atrapalhou. Já falei pra ele assim “e mães que tem filhos, que mora sozinha, e trabalha, e não tem

ninguém pra ajudar, por quê que eu não posso trabalhar?”, aí se eu falo ele acha ruim...

Esta fala de Sílvia remete a algo também observado por Sarti (2003) em suas pesquisas: a associação entre trabalho feminino e desordem familiar.

5.3.5 Trabalho doméstico = não-trabalho?

Nas entrevistas não foi tocado, pela entrevistadora ou pelas entrevistadas, na questão do trabalho doméstico. E isto provavelmente é sintomático. Por quê o trabalho doméstico, que inclui dar conta da casa e das crianças (uma entrevistada tem dois filhos gêmeos pequenos, outra tem três filhos, e a terceira tem quatro!) não foi sequer citado, já que em boa parte do tempo a conversa girou em torno do eixo “trabalho”?

Em dado momento, por exemplo, pergunto a Eli o que significa o trabalho em sua vida. Ela responde dizendo que o trabalho é tudo, e que adora fazer faxina. Quando Eli diz isso, a impressão que tenho é que ao falar que *“se você me dá uma faxina, eu passo o dia todo faxinando e cantando”*, a entrevistada dá a entender que se refere ao trabalho de faxina em *outras* casas, nas quais o trabalho lhe é solicitado, e não na sua. Porém, talvez tal impressão ocorra pelo fato de eu já estar predisposta a tal entendimento.

De forma indireta, Sílvia fala sobre o trabalho que tem com os filhos, questionando, inclusive, se tal atividade a impede de fazer os cursos do CRAS: *“não sei se é as crianças assim que me atrapalha mais”*. Ela também cita esse trabalho ao se referir à concepção do marido, conforme já discuti, segundo a qual se a esposa trabalhasse fora, os filhos ficariam privados dos cuidados maternos. Em momento algum Sílvia cita os cuidados com a casa.

Para discutir essa ausência do trabalho doméstico nas entrevistas, podemos lembrar o que diz Sarti (2003) sobre o trabalho doméstico ser uma atividade que não é considerada “trabalho”, mas *parte* do ser mulher. Para a autora, haveria um sentido subjetivo no trabalho doméstico, já que dele a mulher “retira a satisfação de ver a tarefa que lhe cabe bem feita – a casa *limpa e arrumada* nos pequenos detalhes, os filhos bem vestidos, a família alimentada -, dando-lhe um sentido de *dignidade*” (p.99, grifos do autor). Quanto a essas colocações, nada é possível afirmar a partir do material das entrevistas.

5.3.6 Trabalho mediado pelos papéis de mãe e dona-de-casa

Além dos sentidos atribuídos pelas entrevistadas ao trabalho, como a questão do salário, da autonomia e do prazer, algumas falas de Sílvia apontam também para o fato de que é a mulher quem tem o conhecimento sobre aquilo que é necessário na casa, necessário para os filhos, coisas que se ela “*não pegar no pé*”, o marido “*não tá nem aí*”. Para Sílvia, o marido “*não pensa como ela*”; “*bens materiais, assim, essas coisas de casa, ele não liga muito*”.

Em consonância com as falas de Sílvia, Sarti (2003) afirma que “o significado de seu trabalho remunerado é mediado pelo seu papel de mãe e dona-de-casa, para suprir o que ela *sabe* que está faltando, por coisas pelas quais o homem *não vai esquentar a cabeça*” (p.102, grifo do autor).

Mello (1988) também faz afirmações no mesmo sentido, destacando a questão de a mulher poder comprar aquilo que é necessário em casa. Segundo a autora, muitas mulheres se queixam de o marido não reconhecer o que é necessário, e de gastarem muito com bebida, ou com jogo.

Sarti (2003) afirma que a mulher

em seu desempenho como *boa dona-de-casa*, faz com que *apesar de pouco, o dinheiro dê*. Isso implica controlar o pouco dinheiro recebido pelos que trabalham na família, priorizando os gastos (com a alimentação em primeiro lugar) e driblando as despesas (Sarti, 2003, p.61).

5.4 Quais são as referências?

Em momentos diversos da entrevista, aparecem frases como “*eu tava com um bom trabalho*”, “*meu marido ganha bem*”, “*se eu tivesse um serviço bom*”, dentre outras. Cabe buscar a compreensão de quais são as referências para estas adjetivações positivas.

5.4.1 Ganhar bem = ganhar o suficiente

Para Diana, o marido, que é azulejista, é bem remunerado. Ele ganha aproximadamente um salário mínimo e meio por mês (quando tem trabalho, já que ele não é registrado). Diana afirma: “*ele ganha bem. Até eu tô achando que eu não vou conseguir entrar no Bolsa (Programa Bolsa-Família) por causa disso*”. Em sua concepção, talvez o fato de não conseguir ser incluída em um programa sócio-assistencial, seja um indicativo da boa remuneração do marido; ganha bem o suficiente para não se enquadrar no perfil de um beneficiário do Bolsa Família, programa que atende a pessoas *pobres e extremamente pobres*.

Podemos pensar também que a concepção de Diana sobre “ganhar bem” esteja relacionada ao fato de “ganhar o suficiente” para que o mínimo necessário à sobrevivência da família não falte. Pode ser que o salário do marido garanta esse

mínimo, contanto que haja uma complementação externa, proveniente da Assistência Social; Diana participa de um programa onde recebe mensalmente 15 litros de leite, do programa de transferência de renda Renda Cidadã, e ainda aguarda sua possível inclusão no programa Bolsa-Família.

Assim, parece paradoxal o fato de Diana considerar que o marido ganha bem e, no entanto, buscar o auxílio da Assistência Social o que, na perspectiva de Paugam (2002), a caracterizaria como em “situação de pobreza”. Será que Diana não considera-se pobre? Ou considera que o marido ganha bem em vista do que é possível para uma pessoa que é pobre?³²

5.4.2 O “bom” trabalho

As falas das entrevistadas a respeito do que desejariam para si em relação a trabalho, mostram que para elas, um trabalho “bom” está diretamente ligado à questão de uma remuneração que lhes proporcione condições mínimas de sobrevivência e algum conforto, e com a garantia (ou a sensação) de uma relativa estabilidade. Perguntei a Eli se, pensando em trabalho, há algo que ela gostaria que acontecesse. E ela respondeu:

É, queria, né, que acontecesse, mas é difícil... porque... (ri) queria ter minha... se eu tivesse minha... se eu tivesse um trabalho bom, era a primeira coisa que eu fazia era aplicar na minha casa. Sabe, nem que eu tivesse que fazer um empréstimo assim pra pagar, sabe, pra ir pagando, uma casinha. Porque isso, nossa, é em primeiro lugar. Principalmente eu, que tenho quatro filhos, entendeu, isso seria em primeiro lugar que eu fazia.

³² Estes questionamentos me fizeram lembrar que é comum escutar entre os(as) usuários(as) do CRAS que determinada pessoa, ou família, considerada bem de vida, “tem tudo, na base de pobre”.

Eli não explica exatamente o que seria um “trabalho bom”, mas relaciona-o diretamente à possibilidade de adquirir uma casa, mesmo que precisasse financiá-la e ir pagando aos poucos. Assim, é possível concluir que para Eli, “trabalho bom” é aquele cuja quantia de dinheiro recebida como pagamento lhe viabilizasse suprir as necessidades básicas de sua família, e ainda sobrasse uma parte para investir em uma casa. Adicionalmente, provavelmente seria aquele que lhe garantisse um mínimo também de estabilidade, permitindo que assumisse tal financiamento.

Pergunto à Sílvia se existe algo em que gostaria de trabalhar, e ela fala da vontade de “trabalhar em firma”. Pergunto o que ela considera que isso lhe traria de bom, e ela diz:

Ah, sei lá, tudo, né? Porque trabalhando numa firma, a coisa é garantida, né? Registrado, acontece algum problema, ce tá ali registrado, cê tem... todo mês um dinheiro pra você receber, assim você não tando registrado não é uma coisa garantida. Assim, eu tenho vontade de trabalhar em firma. [...] Que nem, no caso da minha irmã e do meu cunhado, ele trabalhou sete anos na Junior, foi mandado embora, já conseguiu, graças a Deus, comprar a casa dele. Graças a Deus, já tá na casa dele. Que nem no meu caso, se eu tivesse trabalhando, também conseguiria alguma coisa, né? Porque só fazendo bico, que nem no caso do meu marido também, que nunca consegue ser registrado... então fica difícil.

Para Sílvia, o trabalho “bom” é um trabalho registrado, onde a coisa é *garantida*; pode esperar seu salário todo mês e terá cobertura caso ocorram quaisquer eventualidades.

Para as duas entrevistadas (Diana não fala sobre isso), o “bom” trabalho não se refere à atividade de trabalho em si, como já foi discutido, ou à função que podem exercer. Nas palavras de Mello (1988)

Assim como a vida lhes foi dada, o trabalho também não constitui uma opção. Embora haja sonhos [...] o trabalho não faz parte deles: ser isto ou aquilo, trabalhar deste ou de outro modo. Aceitam o que têm à mão, o que lhes cabe nesta partilha injusta de esforço e recompensa. (p.162)

Como já disse anteriormente, ao conversar com mulheres usuárias do CRAS, grande parte delas fala sobre o grande desejo de conseguir um emprego com registro. Isto as deixaria tranquilas, traria uma sensação de maior segurança, diminuiria sua ansiedade em relação a conseguir ou não pagar as contas e ter supridas as necessidades básicas para o mês seguinte.

6. Futuro

Esta categoria foi pensada pois entendo que ao se falar sobre a participação em um curso, seja qual for o curso, também se fala, necessariamente, sobre ela. Quando alguém decide fazer um curso, provavelmente toma essa decisão após ter refletido sobre aquilo que acredita que tal curso trará para si e para sua vida, (seja conhecimento, status, seja uma certificação, etc.), em uma perspectiva futura. Tal perspectiva, acredito, só não seria tomada em consideração por aqueles que decidem fazer um curso com objetivo meramente ocupacional.

6.1 Vida no plano emergencial

Algumas falas das entrevistadas apontam para uma falta de horizonte a médio e longo prazo, para vidas que acontecem em um plano emergencial, circunstancial.

Quando Diana, por exemplo, fala sobre seu passado, não é possível identificar quaisquer planejamentos, ou estratégias, que ela tenha feito previamente. Procuro saber o que a levou a ir morar com a irmã em outra cidade, antes de engravidar do primeiro filho, e ela responde: *“ah, porque ela me chamou, né, aí eu fui”*. Entretanto, é preciso afirmar, não é possível descartar a possibilidade de o fato de Diana ter ido morar com a irmã ter sido uma situação emergencial, que eventualmente tenha desarrumado um plano anterior.

De qualquer forma, outras situações se evidenciam. Quando sugiro que Diana pense no seu futuro, tentando imaginar como gostaria de estar, ela responde: *“Ah, eu quero tá bem, né”*. Sobre o que significa esse “estar bem”, Diana diz: *“acho*

que ter o nosso cantinho, né, a casinha da gente. Moro de aluguel, então acho que é bom...". Tento explorar o tema um pouco mais, mas ela considera difícil pensar nisso. Parece não pensar em seu próprio futuro com frequência.

Quando Diana fala de sua atual gravidez, também mostra que não havia planejado, diz que "aconteceu". Pergunto como ela está encarando essa gravidez, e ela responde: "*ah, tá bom, né*", com um tom de conformação.

Quanto a Eli, conforme já discuti, há um "vai e vem" constante, de acordo com as necessidades e oportunidades que lhe aparecem. Não parece planejar com antecedência o que vai fazer, simplesmente age quando há uma determinada necessidade e uma respectiva possibilidade. Quando isso acontece, ela muda-se de endereço, transferindo as quatro crianças de escola.

Eli diz que em São Paulo tudo é mais fácil, e então pergunto o que a faz sair de São Paulo e retornar ao município onde atualmente mora, ao que ela responde:

Era o marido, quando tava com o marido. Agora mesmo dessa vez eu voltei por causa da separação, porque eu me separei dele, aí peguei minhas coisas e vim embora praqui, porque aqui eu já conhecia. [...] mas agora tô arrumando outro serviço de novo, pro fim do ano, tá quase certo, entendeu, aí se der certo vou embora, porque minha patroa vai embora, falou que se eu quiser ir, ela me leva. Aí vou ver. [...] ela tá com um quarto vazio pra lá. Ela perguntou se eu queria ir, aí eu falei "vou".

A fala de Eli parece demonstrar que novamente não havia feito um planejamento ou estratégia; ter um trabalho e um quarto à sua disposição parece ser suficiente para que ela faça uma alteração significativa em sua vida e na de seus filhos. Parece que essa forma de agir resulta de uma necessidade de sobrevivência; Eli toma determinadas atitudes diante do desemprego, da necessidade extrema e da incerteza.

Novamente vale fazer algumas colocações em relação a outras mulheres usuárias do CRAS. Muitas delas afirmam não ter sonhos nem estratégias, já que não seria possível sonhar ou se planejar, quando as necessidades de sobrevivência são muito urgentes. Quando as perguntas são trazidas para um âmbito mais concreto, os sonhos aparecem, talvez como vontades.

Mello (1988), por observar algo semelhante em sua pesquisa, comenta que para essas mulheres pobres “viver o dia de amanhã depende da labuta do dia de hoje, verdade tão profundamente introjetada que elas não elaboram nem mesmo fantasias a esse respeito” (p.168).

Yazbek (2003) realizou uma pesquisa onde escutou narrativas de pessoas que tinham em comum a *experiência da pobreza e da subalternização*, segundo palavras da própria autora. A partir dessas narrativas, destacou que surgiram temáticas relativas ao atendimento de necessidades mais elementares,

aquelas que Marx situa como ‘necessidades existenciais’, ou seja, aquelas que ontologicamente se referem à própria manutenção da vida humana em contraposição a necessidades a que se refere como ‘propriamente humanas’ em que se localiza a construção histórica de objetivações realizadoras do homem (Ibid., p.90).

Trata-se, segundo a autora, de “situações-limite em termos da desumanização do homem” (Ibid., p.89). Mello (1988) também faz considerações nesse sentido. Para ela, “viver dia a dia respondendo apenas aos reclamos do corpo é como estar encarcerado sem carcereiros visíveis” (p.183).

Vale ressaltar o que foi dito: viver “encarcerado sem carcereiros visíveis” e viver preso a necessidades que se referem à manutenção da vida humana é algo extremamente impactante, além de naturalizado em nossa sociedade, e que pode significar a privação das necessidades propriamente humanas.

Voltando a falar das entrevistadas nesse trabalho, Eli diz que quando estava casada, “não pensava no dia de amanhã”, deixando implícito que agora pensa. Explica que depois da separação começou a se virar, principalmente para não faltar nada para seus filhos. Para ela, pensar no dia de amanhã parece ser algo literal, garantir as necessidades mínimas dela e dos filhos no curto prazo. Não se trata de pensar no dia de amanhã como pensar em um futuro um pouco mais distante, não se trata de fazer uma estratégia. O máximo que ela pode fazer é se “desafogar”.

A palavra “desafogar” aparece na fala de Silvia: *“minha vontade é de trabalhar pra poder ajudar ele. Que nem, eu já trabalhei e ajudei, fiquei oito meses trabalhando e eu que pagava o aluguel, já desafogava mais”*.

Mesmo quando Silvia estava trabalhando e podia contribuir com as necessidades materiais da família, o máximo conseguido era um “desafogar” de tantas contas. Não parece que chegavam a um patamar mínimo de tranquilidade, que lhes permitisse pensar a vida da família em relação a um tempo um pouco mais distante.

A partir de tudo o que foi dito, fica a pergunta: *como*, mediante a situação em que vivem, essas mulheres podem planejar suas vidas e de suas famílias, traçar estratégias? Talvez um curso profissionalizante oferecido pelo CRAS seja uma estratégia possível. Mas estratégia que pode levar aonde?

6.1.1 *Tática x estratégia*

Michel de Certeau (1994) faz uma interessante discussão sobre a diferença entre os termos “tática” e “estratégia”, que entendo ser relevante neste momento.

Chama de tática a ação que

não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo. [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as ‘ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. [...] Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega, fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo. (Certeau, 1994, pp.100-101)

E chama de estratégia

o cálculo [...] das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças. (Certeau, 1994, p.99).

Em outras palavras, tática seria uma forma de agir que acontece conforme as necessidades demandam *a cada momento*. Se surge um problema, ele terá que ser resolvido; porém, sua solução, ou mesmo o aparecimento de tal problema, não foram previstos, o que faz com que, para resolvê-lo, seja utilizado “o que estiver a mão”, digamos. Tratar-se-ia do caso de Eli; quando ela se depara com uma situação onde está difícil conseguir trabalho, por exemplo, ela lança mão da possibilidade de se mudar de cidade, indo morar em um local onde as possibilidades são maiores.

Já no caso da estratégia, há um “distanciamento” das situações imediatas, que permite a reflexão, o exercício de antecipação mental daquilo que se deseja, daquilo que pode vir a acontecer, assim como de formas de ação possíveis para lidar com os acontecimentos.

Entretanto, o recurso da tática não fica evidente a partir das falas de Sílvia e Diana, elas parecem ser levadas pelas situações.

6.2 Projeto “melhorar de vida”

As falas das entrevistadas me remetem a uma discussão realizada por Sarti (2003) sobre existir um código de reciprocidade entre os pobres, no qual “deixar de ser pobre”, “ascender”, pode significar romper com esse código. Em diversos momentos, citei trechos das entrevistas que falavam, por exemplo, sobre a questão de que o “bom o salário”, o “ganhar bem” parecem estar relacionados com uma renda que supra condições mínimas de sobrevivência e de algum conforto. Além disso, ao falar sobre sonhos e perspectivas futuras, as entrevistadas, em momento algum, trazem idéias grandiloqüentes, ou referem-se à possibilidade de superar a condição de pobreza, de mudar de classe social, de tornarem-se ricas, dentre outros exemplos que poderiam ser citados. Assim, considero procedente a discussão que apresentarei a seguir. Não trarei a citação de falas das entrevistadas, por entender que elas permearam o que foi discutido até aqui.

Sarti (2003) coloca que “melhorar de vida” é um projeto que mantém os pobres *iguais* em relação a seu grupo de referência. Ela afirma que

Assim, os projetos de *melhorar de vida* que motivam sua existência são formulados dentro dos limites do código de obrigações recíprocas entre iguais, que os mantém “iguais” em relação a seu grupo de referência. Ascender socialmente significa uma forma de ruptura com a reciprocidade entre iguais. Assim, vêm-se diante do conflito entre “ascender”, que implica se retirar de seu meio social, e as obrigações recíprocas dentro das quais formulam seus projetos de vida (pp. 131-132).

A autora afirma ainda que, neste mesmo sentido, são muito mal vistos os que se colocam como “superiores”, que falam num tom que implica alguma desigualdade entre os interlocutores.

Entretanto, Sarti coloca que a família “se delimita por obrigações morais que unem seus membros, como uma forma de solidariedade orgânica no sentido durkeimiano” e “a identidade dos pobres se estabelece também por um referencial moral”. Assim, quebrar o código de reciprocidade com o grupo de origem não resulta, necessariamente, do fato de adquirir recursos materiais ou superar os limites das “linhas de pobreza” definidas nos gráficos dos indicadores sociais. “Um indivíduo ou uma família podem elevar seus rendimentos e se manter *pobres*, o que significa manter seus laços de obrigações recíprocas com seus iguais” (Ibid., 2003, p.131).

Tratando ainda da questão das obrigações morais, Sarti ressalta que os jovens urbanos tem todas as aspirações que a cidade lhes apresenta e que a televisão estimula e uniformiza, e estão expostos à individualização que a cidade impõe, através do trabalho e do consumo. Assim, como seus pais, eles tem planos de melhorar de vida, mas tais planos são formulados no interior de um universo de valores no qual as obrigações morais são fundamentais (Sarti, 2003). Segundo a autora

A elaboração de projetos individuais para *melhorar de vida* através do trabalho esbarra nos obstáculos do próprio sistema onde se inserem como pobres e torna-se particularmente problemática diante das obrigações morais em relação a seus familiares ou a seus iguais, com os quais obtêm os recursos para viver. Assim, os projetos, em que a idéia de *melhorar de vida* está sempre presente, são formulados como projetos familiares. Melhorar de vida é ver a família progredir. O trabalho é concebido dentro desta lógica familiar, constituindo o instrumento que viabiliza o projeto familiar e não individual, embora essa atividade seja realizada individualmente (Ibid., pp.84-85)

Sarti (2003) justifica que a ascensão através do trabalho pode existir, mas que apenas é bem aceita quando tem um sentido moral, isto é, quando o indivíduo

merece; pelo seu *esforço*, portanto, como recompensa. Entretanto, o mérito do indivíduo não se esgota em si mesmo, mas só existe enquanto tal na medida em que *ter uma vida melhor* é uma aspiração projetada para além de si, na família e na vida social.

6.3 O sonho da casa própria

Quando questionadas sobre o que desejam para o futuro, as três entrevistadas falam sobre o desejo de terem uma casa própria.

Diana afirma que “quer estar bem”. Sobre o que é “estar bem”, responde: “*ah, acho que ter o nosso cantinho, né, a casinha da gente. Moro de aluguel, então acho que é bom...*”.

Quando pergunto a Eli se ela tem algum sonho e, relação ao futuro, ela diz:

Sonho... pro meu futuro... no futuro é ter minha casa de volta! Minha, minha! Morrer, dizer assim: “ó, hoje é de vocês agora”,, sabe, é minha casa, tá em meu nome. Isso que eu queria! Já tive, mas em primeiro lugar seria minha casa de volta, que isso me faz muita falta! Muita falta mesmo! [...] Nem que fosse só um vãozinho, sabe, mas que fosse meu, sabe, que eu tivesse minhas coisa ali arrumada de volta de novo, que nem eu já tive. Isso era em prime...nossa! Isso é em primeiro lugar! Era em primeiro lugar!

Sílvia, ao pensar em como gostaria de estar no futuro, diz:

ah, eu queria assim, estar bem, ter assim... uma casa, pra dar um futuro pros meus filhos,, isso que eu penso. [...] porque não é fácil... assim cê ficar sempre assim...pagando aluguel, às vezes eu quero dar uma coisa melhor pros meus filhos, eu não posso... [...] Nem que seja um barraco, mas eu queria ter.

Sawaia (1990), em artigo no qual reflete sobre a favela e seus moradores, os “favelados”, afirma que muitas vezes “a defesa intransigente da propriedade privada

por parte dos favelados tem sido interpretada como manifestação da consciência ideologizada que reproduz o capital” (p.50) Sem negar esta perspectiva, a autora ressalta que também é possível examiná-la por outro lado.

A defesa de propriedade privada pode ser entendida como visão realista das relações que caracterizam a vida sob o capital, onde a propriedade privada é o valor maior, não apenas mero reflexo passivo da ideologia. A casa própria é a única garantia de estabilidade material e emocional para o trabalhador pobre e sua prole, assediados pelo desemprego e pela renda irregular (Sawaia, 1990, p.50).

Segundo a autora, a casa própria reduz o sentimento de insegurança e substitui o lugar de trabalho estável, uma vez que cria condição básica para poder sobreviver sem uma renda regular e razoável. Sawaia coloca que “quando Adoniran Barbosa cantou ‘saudososa maloca, maloca querida’, não estava impregnado de romantismo, mas de realismo um tanto irônico. O barraco, apesar de toda a miséria, é saudososo porque é a única opção de moradia. Fora ele, resta a rua” (Ibid., p.50).

Há também um aspecto apontado por Sarti (2003), de que a casa é um espaço de liberdade, “no sentido de que nela, em contraposição ao mundo da rua, são donos de si: *aqui eu mando*” (p.63).

Algo importante a ser discutido é o fato de não aparecerem, nas entrevistas, quaisquer relações diretas entre a formação e a possibilidade de conseguir adquirir esse bem. Diana e Sílvia não falam sobre isso, e Eli, faz uma relação, ainda que não direta: em dado momento, afirma que se tivesse feito um curso (no caso de informática), teria conseguido um bom trabalho; em outro momento, diz que se tivesse um bom trabalho, compraria uma casa.

B) Retomando a questão da não-participação nos cursos e a hipótese deste trabalho

Finda a análise das entrevistas, pretendo fazer algumas reflexões a respeito da hipótese apresentada no início deste trabalho, sobre as mulheres em situação de pobreza, sujeitos da pesquisa, terem interiorizado a exclusão objetivamente sofrida, não participando dos cursos oferecidos pelo CRAS por este motivo. Vale ressaltar que não tenho a intenção de refutar ou validar a hipótese apresentada, como em uma pesquisa de cunho positiva mas, sim, colocar tal hipótese em discussão.

Não há indícios, a meu ver, no sentido de que as mulheres entrevistadas não participem dos cursos por terem assumido um papel de alguém que não tem direitos, ou que se auto-exclui de atividades. De maneira mais acentuada, o que ficou evidente a partir das entrevistas e de sua análise, foi a influência das desigualdades nas relações sociais de gênero, no âmbito familiar. Com os maridos das entrevistadas (Diana e Sílvia) ocupando um lugar de autoridade na família, e não aceitando que as esposas decidam por conta própria o que querem fazer de suas vidas, essas mulheres vêm-se, por diversas vezes, impedidas de realizar determinadas atividades. No caso de Sílvia, a não participação nos cursos parece estar diretamente relacionada a esse cenário descrito.

No caso de Eli, as relações sociais de gênero também eram significativas em suas decisões, enquanto casada. Depois que se separou, conforme mostrei na análise, tão situação se alterou. Mesmo assim não procurou fazer os cursos oferecidos pelo CRAS.

E em Diana, parece realmente não haver interesse por tais cursos. Ela mostra-se bastante conformada, digamos, com a vida que leva, e não expressa a

vontade de investir em algo que pudesse alterar suas condições de vida (falo de uma forma geral, e não estou dizendo que os cursos oferecidos pelo CRAS representem isso). Algo que também merece ser assinalado, pensando nas falas de Diana é que, apesar de atribuir um sentido positivo aos cursos, talvez não os considere suficientemente atraentes. Não digo o mesmo em relação a Eli, pois ela expressou grande interesse por fazer o curso de manicure.

Cabe levantar algumas outras questões:

Será que a forma com que as entrevistas foram feitas, ou a forma com que foram analisadas, teria feito com que se deixasse de captar algo significativo no sentido da hipótese apresentada? Não tenho elementos para subsidiar esta questão.

Mais uma questão que proponho diz respeito ao motivo de ter surgido tal hipótese. Por quê tanto eu, como diversos colegas atuantes nessa área, teriam a impressão de que pessoas em situação de acentuada pobreza, e em situação muitas vezes de exclusão social, não chegariam aos cursos, não participariam deles, apesar de procurar auxílios assistencialistas? Será que supor a existência, nesses casos, de uma determinada forma de subjetividade, tal qual descrevi, seria uma visão enviesada? Já *olharíamos* para tais pessoas de forma a vê-las como diferentes, reproduzindo em algum sentido a exclusão?

Retomo aqui observações feitas por Sawaia (1995b), sobre a importância de se considerar as diversas dimensões do sujeito em uma análise. Ao se levar em conta apenas a razão por exemplo, corre-se um grande risco de rotular pessoas. A escuta das entrevistadas, realizada nesta pesquisa, possibilitou a introdução da afetividade, com a percepção de nuances, contradições e motivações em suas falas (também em suas “falas não-verbais”). Enfim, perguntando sobre as idéias,

sentimentos, motivações e necessidades de cada uma dessas mulheres, o risco de lhes *imputar* idéias talvez tenha diminuído.

Desejo retomar uma perspectiva apresentada por Rey (2005) no Capítulo VI, que entendo expressar exatamente o que gostaria de dizer para finalizar estas considerações. O autor fala sobre as “zonas de sentido” como a produção de “espaços de inteligibilidade que se produzem na pesquisa científica” e que “não esgotam as questões que significam, senão que pelo contrário, abrem a possibilidade de seguir aprofundando um campo de construção teórica” (p.23). Para Rey, o confronto do pesquisador com a multiplicidade de eventos empíricos que se apresentam, abre a possibilidade de tais construções se relacionarem e se articularem de novas maneiras, permitindo que a sensibilidade do modelo seja depurada, avançando na produção de novas zonas de sentido”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo da não participação de mulheres em situação de pobreza nos cursos oferecidos por um CRAS, diversas questões que permeavam a temática puderam ser levantadas. Algumas, extrapolavam os limites propostos pelos objetivos do trabalho e não puderam ser discutidas na profundidade que mereciam como, por exemplo, a questão da articulação entre os campos da Psicologia e da Assistência Social.

A complexidade da temática, evidenciada neste trabalho, aponta para a necessidade de que a atuação dos(as) psicólogos(as) nos CRAS e CREAS possa ser pensada, debatida, repensada, questionada. A partir disso, poderá ser construída uma visão mais clara sobre a *forma* como a Psicologia pode contribuir com a transformação social, em direção a uma ética voltada para a emancipação humana.

É importante garantir que, apesar das peculiaridades de cada região onde os equipamentos de Assistência Social estão instalados, que pedem práticas também específicas, haja um pano de fundo comum para as atuações dos(as) profissionais; eles devem estar bem sintonizados com o que preconiza o novo paradigma da Assistência, a fim de que não repitam práticas antigas, assistencialistas e que contribuem para cristalizar as pessoas em um lugar de passividade e dependência. É importante também que os(as) psicólogos(as) tenham clareza de que não devem replicar o modelo de um consultório, ou de uma Unidade Básica de Saúde, no interior de um CRAS. No entanto, precisam *construir* algo no lugar, práticas condizentes com o que está posto na teoria. E daí, a necessidade de amplos debates.

Outro ponto que merece ser destacado é a importância de que as práticas que já vem acontecendo em todo o Brasil possam ser publicizadas. Lembremos que já existem mais de cinco mil CRAS em funcionamento, na maior parte dos municípios brasileiros, e que na equipe mínima de cada um deles deve haver um(a) psicólogo(a). Isto é, há muitos profissionais atuando, e muita coisa sendo feita; porém, pouco se sabe a respeito. Provavelmente, existam práticas extremamente interessantes e inovadoras que, por que não, podem inspirar o trabalho de outros(as) profissionais. Sem estas discussões e reflexões, corre-se o risco de que mais um sistema - interessantíssimo, diga-se de passagem-, fique só no papel.

Para terminar, apresento algumas considerações de Sawaia (1995b), com as quais concordo, no sentido de não se idealizar as possibilidades de mudança. A autora diz que ao buscar análises que se orientam pela esperança na emancipação humana, não pretende passar uma visão otimista, apesar da forte dose de utopia presente. Para ela “não existe o paraíso na terra” (p.167), nem a possibilidade de que o sofrimento psicossocial possa ser eliminado, mas existe, sim, a possibilidade de que ele possa ser limitado e impedido de cristalizar-se.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, W.M.J. (2000). Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria “consciência”. *Cadernos de Pesquisa*, nº 110, pp.125-142. Recuperado em 08 de outubro, 2008, da Scielo (Scientific Electronic Library On Line) : www.scielo.br
- Aguiar, W.M.J. & Soares, J.R. (2008). A formação de uma professora do Ensino Fundamental: contribuições da Psicologia Sócio-histórica. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. 12(1), 221-234
- Antonello, I.T. & Diniz, J.A.F. (2001) Do trabalho concreto ao trabalho abstrato – O caso francês. In: Gerardi, L.H. & Mendes, I.A. (orgs). *Teoria, técnica, espaço e atividades: temas de geografia contemporânea*. Rio Claro: AGETEO.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Bontempo Editorial.
- Arendt, H. (1991). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ariès, P. (1978). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Azambuja, M.P.R. & Nogueira, C. (2008). Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública. *Saúde e Sociedade*, 17(3).
- Batista, R. L. (2008). A Ideologia da Educação Profissional: Perspectivas para o Século XXI. *VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Economia e Educação no Século XXI*. (pp.1-15). Marília, SP.
- Bock, A.M.B.; Ferreira, M.R.; Gonçalves, M.G.M.; Furtado, O. (2007). “Sílvia Lane e o Projeto do ‘Compromisso Social da Psicologia’”. *Psicologia & Sociedade*, 19 (2), 46-56.
- Bock, A.M.B. (2004) In: Boletim Clínico – número 17. Recuperado em 14 de junho, 2008, de <http://www.pucsp.br/clinica/publicacoes/boletins/boletim17>
- _____ (2002). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: Bock, A.M., Furtado, O. (orgs). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (pp.15-35) São Paulo: Cortez.
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar: ética do ser humano – compaixão pela terra*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Bosi, E. (2003). *O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial.

- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: [s.n.]
- ____ (1993). Lei Orgânica da Assistência Social. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências
- ____ (2004a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. PNAS/2004.
- ____ (2004b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. *Versão Resumida da Política Nacional de Assistência Social*: Manual informativo para jornalistas, gestores e técnicos.
- ____ (2006a) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. *Guia de Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social*. Versão Preliminar. Brasília: MDS/SNAS.
- ____ (2006b) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - Secretaria Nacional de Assistência Social. *Guia de Orientação n.1 – Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Recuperado em 20 de abril, 2008, de www.mds.gov.br
- ____ (2007) Ministério do Trabalho e Emprego – Secretaria de Políticas Públicas e Emprego. Plano Setorial de Qualificação – PlanSeq's - Orientações para elaboração de projetos.
- ____ (2008) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Programa Bolsa Família*. Legislação e Instruções. Recuperado em 20 de outubro, 2008, de www.mds.gov.br
- Cambota, J.N. & Pontes, P.A. (2007) Desigualdade de rendimentos por Gênero Intra-ocupações no Brasil. *Revista de Economia Contemporânea*. 11(2)
- Cardoso, R. (2004). Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século XXI. *Perspectiva*, 15(2). Recuperado em 15 de fevereiro, 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library on line): www.scielo.br
- Castel, R. (1998). *Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal (CEPAM, 2007). Apoio à Implementação do Programa Bolsa Família nos Municípios - Capacitação para gestores de Assistência Social, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. out-dez 2007.
- Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer* (7ª ed.). (trad. Ephraim Ferreira Alves). Petrópolis, RJ: Vozes.

- Ciampa, A.C. (1987). *A estória de Severino e a história de Severina*. São Paulo: Brasiliense.
- CFP (2007). *Referências Técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Conselho Federal de Psicologia (CFP) Brasília. 48p.
- CFP/CEFESS (2007). *Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social*. 52 p. Brasília
- Cruz, L.R.; Lourdes, M.; Scarparo, D.E; Guareschi, N.M.F. (2007). La trayectoria de la asistencia social en Brasil: atención a la familia y el lugar de la psicología. *Diversitas* 3(2), Bogotá. Recuperado em 17 de novembro, 2008, da Scielo, (Scientific Electronic Library On Line): www.scielo.br
- Devreux, A.M. (2005). A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e Estado*, 20(3), 561-584.
- Duarte, N. (2004). Formação do Indivíduo, Consciência e Alienação: O Ser Humano na Psicologia de A.N Leontiev. *Caderno Cedes*. 24(62), 44-63.
- Favaro, C.S. (2008). A casa delas: perfil das mulheres chefes de domicílios na Região Metropolitana de Campinas. *XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu-MG*. Recuperado em 04 de Janeiro, 2009, da Scielo, (Scientific Electronic Library On Line): www.scielo.br
- Franzoi, N.L. (2006). *Entre a formação e o trabalho: trajetórias e identidades profissionais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Frochtengarten, F. (2005). A memória oral no mundo contemporâneo. *Estudos Avançados*, 19 (55), 367-376.
- Gonçalves F^o, J. M. (1997). O ovo, o salário e o direito. *Revista ADUSP*. pp.51-58.
- _____ (1998). Humilhação Social – Um Problema Político em Psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-67.
- _____ (2007). Humilhação Social : Humilhação Política. In Souza, B.P. *Orientação à queixa escolar* (pp.187-221). São Paulo: Casa do Psicólogo. .
- Guareschi, P. (2002). Pressupostos psicossociais da exclusão: competitividade e culpabilização. In Sawaia (org.), *As artimanhas da exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social* (pp.141-156). Petrópolis: Vozes.
- Hillesheim, B. (2004). Trabalho doméstico: “O serviço de sempre”. In: Strey, M.N, Cabeda, S.T.L., Prehn, D.R. (orgs). *Gênero e cultura: questões contemporâneas* (pp 39-50) Porto Alegre: EDIPUCRS.

Holzmann, L. (2000). Notas sobre as condições da mão-de-obra feminina frente às inovações tecnológicas. *Revista Sociologias*. n.4. Porto Alegre. Jul/dez 2000.

Instituto Brasileiro de Administração Municipal [IBAM] e Unicarioca (IBAM & UNICARIOCA, 2008). Capacitação virtual para gestores da Assistência Social - Implementação do Sistema Único de Assistência Social e do Programa Bolsa Família, promovida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); execução através do Consórcio IBAM – UniCarioca.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2007). *Boletim de Políticas Sociais - acompanhamento e análise*, v.13, edição especial, pp.77-114. Recuperado em 08 de janeiro, 2008, de www.ipea.gov.br

Lane, S.T.M. (1995) A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In Lane, S.T.M; Sawaia, B.B. (orgs). *Novas veredas da psicologia social*. Pp.55-63. São Paulo: Brasiliense: EDUC.

Leite, L.B. & La Taille, Y. (1994). Paineis: Vygotsky e Piaget – (Des) Encontros. *Cadernos da F.C.C.*, Marília, 3(1).

Lucci, M.A. (2006) A proposta de Vygotsky: A Psicologia Sócio-Histórica. *Revista de currículo y formación del profesorado*, 10(2). Recuperado em 08 de setembro, 2008, de www.ugr.es/recfpro/rev102C

Machado, A.M. & Souza, M.P.R. (1997). As crianças excluídas da escola: um alerta para a Psicologia. In: Machado, A. M. & Souza, M.P.R. (orgs.). *Psicologia Escolar: em busca de novos rumos* (pp.35-50). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Machado, A.M (no prelo). Oportunidade de luta. Artigo no prelo, a ser publicado em livro coordenado por Álvaro Medeiros, pediatra de Fortaleza.

Marchesan, E.C. (2007). *A NÃO-ESCOLA: Um estudo a partir dos sentidos atribuídos por jovens com câncer à escola e ao professor hospitalares*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, São Paulo.

Marri, I.G. & Wajnman, S. (2007). Esposas como principais provedoras de renda familiar. *Revista Brasileira de Estudos de População*. 24(1). Recuperado em 08 de outubro, 2008, da Scielo (Scientific Electronic Library On Line) : www.scielo.br

Martins, J. S. (1997). *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus.

- Marx, K. (1993). *Os manuscritos econômicos e filosóficos: Vol. 22. Textos filosóficos*. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- _____ (1988). *O capital: Crítica da economia política*. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural.
- Mello, S.L. (1988) *Trabalho e Sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Minayo, M.C. (1998) *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (4ªed.). São Paulo: Hucitec.
- Paugam, S. (2002). O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais – uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In Sawaia (org.), *As artimanhas da exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social* (pp.66-85). Petrópolis: Vozes.
- Patto, M.H.S. (1981). Da psicologia do ‘desprivilegiado’ à psicologia do oprimido. In: Patto, M.H.S.(org.) *Introdução à psicologia escolar* (pp.208-228). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- _____ (1990). *A produção do fracasso escolar. histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, T.A. Queiroz.
- _____ (1997) (Org.) *Introdução à Psicologia Escolar. Introdução à Psicologia Escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pino, A. (2002). A psicologia concreta de Vigotski: implicações para a educação. In: Placco, V.M. (org.). *Psicologia e Educação: revendo contribuições* (pp.33-61). São Paulo: EDUC.
- Rey, F.G. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade*. São Paulo: Thomson.
- Ribeiro, M.A. (2004) *Orientação Profissional para “pessoas psicóticas”: um espaço para o desenvolvimento de estratégias identitárias de transição através da construção de projetos*. Tese de doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- _____ (2007) Psicose e desemprego: um paralelo entre experiências psicossociais de ruptura biográfica. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*. 10(1) São Paulo Junho de 2007. Recuperado em 08 de janeiro, 2008, da Scielo (Scientific Electronic Library On Line) : www.scielo.br
- Rosenthal, R. & Jacobson, L. (1968). *Pygmalion in the classroom*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Samara, E.M. (2002). O que mudou na família brasileira? (Da colônia à atualidade). *Psicologia USP*. 13(2). São Paulo.

- Santos, J.A.F. (2008). Classe Social e Desigualdade de Gênero no Brasil. *Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 51(2), 353-402.
- Sarti, C. (1992). Família patriarcal entre os pobres urbanos? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.82, pp.37-41.
- _____. (2003). *A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. 2ª.ed.revisada. São Paulo: Cortez.
- Sawaia, B. (1987). *A Consciência em construção no trabalho de construção da existência*. São Paulo. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica – PUC, São Paulo.
- _____.(1990) Morar em favela: a arte de viver como gente em condições negadoras da humanidade. *São Paulo em Perspectiva* - Fundação SEADE, 4(2), abr/jun 1990, pp.46-50
- _____.(1995a). Psicologia social: aspectos metodológicos e éticos. In Lane, S.T.M; Sawaia, B.B. (orgs). *Novas veredas da psicologia social*, pp.45-53. São Paulo: Brasiliense: EDUC.
- _____. (1995b) Dimensão ético-afetiva do adoecer da classe trabalhadora. In Lane, S.T.M; Sawaia, B.B. (orgs). *Novas veredas da psicologia social*. pp.157-168. São Paulo: Brasiliense: EDUC.
- _____. (2002a). Apresentação. In Sawaia (org.), *As artimanhas da exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social* (pp.7-15). Petrópolis: Vozes.
- _____. (2002b). O sofrimento ético-político como categoria da análise da dialética exclusão/inclusão. In Sawaia (org.), *As artimanhas da exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social* (pp.97-118). Petrópolis: Vozes.
- Sen, A.K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (6ª ed., trad. Laura Teixeira Motta). São Paulo: Companhia das Letras.
- Silva, C.N. (2006). Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. *Sociologias*, 15. Recuperado em 20 de abril de 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library on line): www.scielo.br
- Souza, D.T.R. (2006). Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. *Educação & Pesquisa*, 32(3). Recuperado em 11 de maio de 2008, da SciELO (Scientific Electronic Library on line): www.scielo.br
- Sposati, A. (1999). Exclusão social abaixo da linha do Equador, in Veras, M.P.B.(ed.e org.). *Por uma sociologia da exclusão social - O debate com Serge Paugam* (pp.126-138). São Paulo: EDUC.

- _____ (2003). *A Menina Loas: um Processo de Construção da Assistência Social*. São Paulo: Cortez.
- _____ (2006). O que é o CRAS? *I Encontro Nacional de Coordenadores de CRAS*. Recuperado em 22 de abril, 2008, de www.mds.gov.br
- Tolfo, S.R. & Piccinini, V. (2007). Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. *Revista Psicologia & Sociedade*; 19(1), pp.38-46.
- Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal [UNIDERP] (2008). Material didático para curso de graduação em Serviço Social.
- Véras, M.P.B.(1999). *Por uma sociologia da exclusão social - O debate com Serge Paugam*. São Paulo: EDUC.
- _____ (2002). Exclusão social – Um problema brasileiro de 500 anos. In Sawaia (org.), *As artimanhas da exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social* (pp.26-52). Petrópolis: Vozes.
- Vigotski, L.S. (2000). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Wanderley, M.B. (2002). Refletindo sobre a noção de exclusão. In Sawaia (org.), *As artimanhas da exclusão – Análise Psicossocial e Ética da Desigualdade Social* (pp.16-26). Petrópolis: Vozes.
- Weil, S. (1979). Diário da fábrica. In: - *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. (Org. Ecléa Bosi). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Yazbek, M.C. (2003). *Classes subalternas e assistência social*. (4ª.ed). São Paulo: Cortez.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Os eixos das entrevistas realizadas foram os seguintes:

a) Motivo pelo qual não procurou os cursos oferecidos pelo CRAS.

Neste primeiro eixo, explicava às entrevistadas que estava interessada em saber o motivo(s) pelo(s) qual(is) muitas pessoas que moram na região do CRAS já procuraram alguns tipos de atendimento, como a participação em programas sócio-assistenciais, mas nunca participaram dos cursos oferecidos pelo CRAS. Pedia para que falassem um pouco a respeito disso, lembrando que atualmente participam de um dos programas.

Fazia também a seguinte pergunta às entrevistadas: “O que você pensa sobre os cursos oferecidos pelo CRAS?”. Com esta pergunta, a intenção era apreender os sentidos produzidos por elas a respeito do tema. Sendo uma pergunta vaga, entendi que podia abrir espaço para que as entrevistadas conduzissem suas respostas para diversas direções.

b) História da entrevistada – especialmente em relação a seu passado escolar e experiências profissionais.

Com este eixo, meu objetivo era saber um pouco sobre a pessoa com quem estava conversando, sobre suas experiências concretas, e os sentidos dados a elas. Ao falar sobre o passado escolar, também tinha por interesse buscar possíveis sentidos atribuídos pelas entrevistadas aos cursos profissionalizantes do CRAS; mais especificamente, queria verificar se em alguma delas os cursos possuíam o sentido de uma nova forma de escolaridade, a partir de um paralelo com o passado escolar.

Formulei algumas perguntas sobre a vida da entrevistada, principalmente sobre suas memórias a respeito da escolarização e de sua história profissional. Também procurei saber a respeito dos pais das entrevistadas, que formação tiveram, e o que pensavam sobre o estudo dos filhos. E, por fim, sobre o que as entrevistadas pensavam a respeito da escolarização de seus filhos.

ANEXO 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA - Continuação

Ao fazer perguntas sobre as entrevistadas, suas experiências, gostos, preferências, pretendia compreender também sua dimensão afetiva, o que as motivava e quais eram seus sentimentos a respeito daquilo que relatavam.

c) Questões relativas a trabalho.

Com este eixo, procurei saber o que motivou cada uma das entrevistadas a buscar um trabalho, e também o que fez com que deixassem as últimas experiências de trabalho. Procurei apreender o sentido que atribuem à palavra “trabalho”, fazendo a elas uma pergunta: “Quando você pensa na palavra trabalho, o que te vem à cabeça?” Além disso, durante a conversa, perguntei às entrevistadas se já haviam tido, em algum momento de suas vidas, vontade, ou um sonho, de fazer algum tipo específico de trabalho. Com isso, pretendia compreender quais são as formas de trabalho que essas mulheres imaginam que “seja para elas”, qual é o universo, no mundo do trabalho, que imaginam lhes dizer respeito?

d) Projeto de vida.

Por fim, perguntei sobre os planos e projetos que cada entrevistada tinha para sua vida. Depois, especifiquei e perguntei se tinham algum plano relativo a trabalho.

Com este eixo, pretendia se as entrevistadas fazem planos e, em caso positivo, se procuram instrumentalizá-los, criando condições para que de fato sejam realizados.